

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

FLÁVIA FRATE NUNES

**INICIATIVAS VOLUNTÁRIAS SÓCIO-AMBIENTAIS DE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS:
ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS**

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP,
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Administração de Empresas.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Barbieri

d658.408
F844iv



d658.408
F844iv

ex.2
2003



46835

São Paulo

2003

T. 46835

**UNIFECAP-BIBLIOTECA
AV. DA LIBERDADE, 532
SP**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP

Reitor: Prof. Manuel José Nunes Pinto

Vice-reitor: Prof. Luiz Fernando Mussolini Júnior

Pró-reitor de Extensão: Prof. Dr. Fábio Appolinário

Pró-reitor de Graduação: Prof. Jaime de Souza Oliveira

Pró-reitor de Pós-Graduação: Profª Drª Maria Sylvania Macchione Saes

Coordenador do Mestrado em Administração de Empresas: Prof. Dr. Dirceu da Silva

Coordenador do Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica: Prof. Dr. João B. Segreti

FICHA CATALOGRÁFICA

F844i Frate Nunes, Flávia
Iniciativas voluntárias sócio-ambientais por instituições financeiras
brasileiras : estudo de casos múltiplos / Flávia Frate Nunes. - - São Paulo:
UniFecap, 2003
192p.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Barbieri

Dissertação (mestrado) – Centro Universitario Álvares Penteado –
UniFecap – Mestrado em Administração de Empresas.

1. Desenvolvimento Sustentável
2. Responsabilidade Social
3. Iniciativas Voluntárias

CDD 658.408

FOLHA DE APROVAÇÃO

FLÁVIA FRATE NUNES

INICIATIVAS VOLUNTÁRIAS SÓCIO-AMBIENTAIS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS: ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Denis Donaire
Universidade de São Paulo – FEA - USP

Prof. Dr. Dirceu da Silva
Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP

Prof. Dr. José Carlos Barbieri
Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 31 de agosto de 2003

Dedicatória

**Ao meu esposo Eng ° Ademilson Nunes, pela sua compreensão e apoio;
a mamãe Gina e a todos meus irmãos**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primordialmente a Jesus Cristo, pois foi Ele quem sustentou, orientou e capacitou desde o ingresso nesse mestrado

Ao meu querido marido Eng. Ademilson Nunes, que respeitou meus objetivos compreendendo todos os momentos em que estive ausente para me dedicar a esta obra. Atualmente é meu maior apoio, ajuda-me a cumprir e a conquistar todos os meus ideais acadêmicos e profissionais.

À minha mãe e irmãos, por suportarem as diversas vezes que precisei dizer “não” aos encontros familiares e às minhas saídas antecipadas ou ao meu individualismo. Isto também me fez obter o título de mestre.

À Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), que confiou em minha vontade e capacidade de chegar ao fim.

Ao Prof. Dr. José Carlos Barbieri, meu orientador, que acreditou no meu desempenho. Ao Prof. Dr. Dirceu da Silva, coordenador do curso de mestrado, por suas várias palavras amigas, encorajadoras, de ensinamento e encaminhamento.

Aos colaboradores externos: Christopher Wells do Banco ABN Amro Bank, pai de muitos projetos na área sustentável no Brasil e que muito prestativamente auxiliou-me com seu conhecimento, dispondo de seu precioso tempo para me atender e responder a todas as indagações; Juliana Mayrink do Unibanco Ecologia, que desde o primeiro contato empenhou-

se em contribuir com o que estivesse ao seu alcance pela causa acadêmica; Daniela Sinhorini de Moura, da Fundação Bradesco, pela sua assistência e empenho no encaminhamento de materiais e esclarecimentos; Sr. Gladis Ribeiro, da ONG Amigos da Terra, que se colocou à disposição para ajudar-me, forneceu-me os primeiros materiais e o impulso para os primeiros contatos com os representantes das instituições já citadas.

A todos meus colegas de mestrado pois juntos vivemos as mesmas ansiedades. Ao colega Prof. Mestre Diamantino, por ter me fornecido alguns conselhos para que a conclusão de minha dissertação fosse alcançada com um pouco menos de dor. Ao amigo Prof. Mestre Reinaldo de Oliveira da Silva, que contribuiu com sua amizade incondicional, ofereceu-me oportunidade profissional acadêmica para eu já colher daquilo que estava plantando e mostrando-me que o caminho que percorria já era a vitória tanto procurada.

RESUMO

Este estudo de casos múltiplos tem por objetivo identificar as iniciativas voluntárias de instituições financeiras a fim de promover o fomento do desenvolvimento sustentável no país.

Foram escolhidas para a pesquisa três instituições financeiras nacionais que estão entre as maiores organizações de todos os segmentos do país. Com a metodologia de pesquisa utilizada foi possível verificar quais iniciativas voluntárias são as mais exercidas, quais os são os objetivos das instituições com tais atitudes e os métodos utilizados para a prática destas atividades.

A análise dos dados permitiu obter um estudo comparativo entre as instituições, permitindo conhecer o resultado desde aquela que possui atuação voluntária em todos os segmentos internos possíveis até aquela que não possui ação em todas as áreas, mas que se concentra em apenas uma ou duas áreas.

Este trabalho, por fim, pretende ser um contributo aos estudos sobre o complexo tema “desenvolvimento sustentável”, bem como a conscientização da necessidade de uma maior atuação no mercado nacional sobre esta importante e incipiente abordagem.

Palavras Chaves: 1. Desenvolvimento sustentável 2. Responsabilidade social 3. Iniciativas voluntárias

ABSTRACT

The study of these multiple cases has the objective of identifying the voluntary initiatives of the financial institutions, in order to provide the sustainable development promotion in the country.

There were chosen three financial organizations to be investigated, which are placed between the biggest institutions of the country, in all the industries. Through the used methodology, it was possible to find out the most applied voluntary initiatives, the intentions of each institution with those actions, and the utilized methods for practicing those activities.

The analysis of the data conducted to a comparative study among the institutions, provided information about one that had voluntary initiative in all its segments, and another one that got it only in one or two sectors.

This work intends to bring some collaboration about, for the growing studies about this complex subject named sustainable development, as well as, to make persons aware of the need for more actuation in the Brazilian environment, related to this very important and incipient approach.

Key-words: 1. Sustainable development 2. Social responsibility 3. Voluntary initiatives

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 Nível de impacto sócio-ambiental para empresas de todos os segmentos.....	27
Figura 1.2 Critérios para avaliação ambiental.....	44
Figura 1.3 Modelo de Balanço Social sugerido pelo IBASE.....	45
Tabela 1.4 Critérios para avaliação econômico-sócio-ambiental.....	49
Figura 2.1 Processo de Pesquisa.....	53
Figura 2.2 Método de estudo de casos múltiplos.....	63
Tabela 3.1 Alunos Atendidos na Educação Profissional Básica em 2002	103
Tabela 3.2 Estudo comparativo das iniciativas voluntárias entre as instituições financeiras.....	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I. 1 Objetivos	15
I. 2 Objetivos Específicos.....	15
1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
1.1 Desenvolvimento Sustentável.....	17
1.2 Agenda 21	20
1.3 Stakeholder: um importante aliado	24
1.4 O grau de influência das Instituições Financeiras para o desenvolvimento sustentável	26
1.5 Responsabilidade Social Corporativa.....	28
1.6 O tradicionalismo das Instituições Financeiras.....	34
1.7 Análise de Risco Sócio-Ambiental para concessão de crédito.....	37
1.7.1 A experiência do Banco Mundial e do BNDES.....	40
1.7.2 Critérios para avaliação de risco sócio-ambiental.....	42
1.8 Iniciativas voluntárias das Instituições Financeiras	50
2 METODOLOGIA.....	53
2.1 Análises e interpretação.....	59
2.2 O Protocolo.....	60
2.3 Estudo de Casos Múltiplos	62
3 ESTUDO DOS CASOS	64
3.1 Banco Real (ABN AmroBank)	65
3.1.1 Ações Filantrópicas	66
3.1.2 Uso Responsável dos recursos internos da Instituição	79
3.1.3 Política de avaliação de risco sócio ambiental.....	81
3.1.4 Fundo de investimento Sustentável.....	86
3.1.5 Investimentos em projetos Sustentáveis	89
3.2 Banco Bradesco.....	92
3.2.1 Ações Filantrópicas	93
3.2.2 Parcerias.....	103
3.3. Investimentos da Fundação Bradesco	110
3.3 Unibanco.....	111

3.3.1 Ações Filantrópicas	112
3.3.2 Parcerias.....	117
3.3.3 Investimentos do Unibanco Ecologia.....	124
3.4 ANÁLISE COMPARATIVA	125
4 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	133
ANEXOS.....	137

INTRODUÇÃO

O Planeta Terra, a natureza, os povos e toda sociedade passam por uma série de mudanças assoladoras cotidianamente. As principais explicações são as ações dos seres humanos, que por razões das mais diversas geram efeitos negativos sobre o meio ambiente, tornando-os responsáveis pelas mudanças que ocorrem no Planeta. Pode-se verificar através dos noticiários divulgados diariamente nos meios de comunicação ocorrências sobre contaminações, aquecimento global, miséria, desigualdade social, entre outras.

Conforme Barbieri (2000, p.2), a percepção dos problemas ambientais decorrentes dos processos de desenvolvimento começa a se tornar mais efetiva no final da década de 60, quando se começa a notar uma relação entre desenvolvimento econômico e aumento de problemas sócio-ambientais. Juntamente com a crítica dos processos de desenvolvimento que geram degradação ambiental e exclusão social, surge uma nova proposta: crescer com sustentabilidade, ou seja, crescer reunindo três fatores: econômico, social e ambiental.

Desde então muitos governos passaram a se unir para criar tratados e protocolos sócio-ambientais. Paralelamente a legislação sobre questões ambientais tem-se ampliado constantemente nos últimos tempos em praticamente todos os países, não somente nos mais desenvolvidos. Empresas preparam-se paulatinamente para um novo rumo: crescer com responsabilidade social. Na verdade, nesse cenário de conscientização, são as empresas que detêm um dos papéis mais importante, pois são elas mesmas as responsáveis por grande parte do desenvolvimento predatório e excludente.

Por isso, qualquer proposta de mudança para reverter este quadro de desigualdade sócio-ambiental deveria contemplar alterações no modo de agir das empresas. Não é por outra

razão que a Agenda 21 dedicou um capítulo específico, o capítulo 30, às empresas comerciais e industriais na seção que trata dos processos para o desenvolvimento sustentável. Propõe-se que o comércio e a indústria venham a se tornar parte da solução, o que significa profundas modificações em seus modos de atuação.

Tal atitude não é tarefa fácil, por isso a necessidade de um esforço coletivo, envolvendo múltiplos instrumentos. Um desses instrumentos parece ser a atuação das instituições financeiras. Como provedoras de crédito, um dos principais elementos do sistema capitalista, as instituições financeiras adquirem um poder considerável frente às demais empresas.

A instituição financeira, sendo já uma importante aliada do desenvolvimento econômico poderia ser também do social e do ambiental, desde que queiram.

Este trabalho originou-se da observância da necessidade de uma atuação urgente em relação aos aspectos sociais e ambientais por instituições financeiras, as quais até o momento não expressaram o ímpeto necessário para desempenhá-la.

É muito comum se encontrar estudos e pesquisas a respeito de instituições financeiras relacionados sobre os aspectos econômicos, mas são raras as obras e estudos relacionados aos aspectos sócio-ambientais. O objetivo desta pesquisa não é suprir essa lacuna, mas colaborar com o crescimento dos estudos acadêmicos nesta área, na esperança de que reflita no mercado financeiro a necessária conscientização. Há, ainda, a pretensão de despertar nas instituições financeiras uma forte atuação em todas as possíveis áreas do desenvolvimento sustentável.

O presente estudo visa salientar que a instituição financeira possui um papel fundamental frente às demais empresas no mercado. Por este motivo, serão identificados

diferentes tipos de iniciativas voluntárias voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável realizados no Brasil, além de se analisar acerca da qualidade dessas atuações. As instituições selecionadas para o estudo são: Banco Real (ABN Amro Bank), o Banco Bradesco e o Unibanco. Os tipos de iniciativas foram formulados a partir do conhecimento das ações praticadas pelo Banco Real, que foram classificadas neste trabalho em cinco categorias:

- ✓ Ações filantrópicas;
- ✓ Uso responsável dos recursos internos da instituição;
- ✓ Política de avaliação de risco sócio-ambiental;
- ✓ Fundo de investimento sustentável;
- ✓ Investimento em negócios sustentáveis.

O trabalho é composto pelo Capítulo 1, que conta com a revisão bibliográfica sobre os assuntos pertinentes ao desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, conceitos, históricos, o tradicionalismo das instituições financeiras e sua forma de atuação no mercado, a análise de risco sócio-ambiental e a atuação dos bancos com seus critérios, e a abordagem de outras ações sócio-ambientais que podem ser executadas por uma organização. O Capítulo 2 trata da composição metodológica, contendo a explicação do tipo de método utilizado para a pesquisa, as fontes de dados utilizadas, como a entrevista foi conduzida com o roteiro de perguntas, o que é um estudo múltiplo de casos e como será feita a análise da pesquisa. No Capítulo 3 estão presentes os estudos dos casos com a apresentação de cada uma das instituições, a pesquisa referente a cada uma delas, o estudo comparativo e a análise dos dados. Enfim, o Capítulo 4 traz as conclusões e considerações finais deste trabalho.

I. 1 Objetivos

O presente estudo tem por objetivo principal identificar quais as iniciativas voluntárias que as instituições financeiras nacionais estão praticando e verificar, por meio de estudos dos casos, a mais atuante ou a que pratica mais tipos de iniciativas.

I. 2 Objetivos Específicos

- ✓ Obter resultados comparativos das três instituições financeiras escolhidas para o presente estudo;
- ✓ Identificar quais os tipos de ações voluntárias em que os bancos estão mais atuantes;
- ✓ Verificar se as instituições financeiras, como agentes importantes no mercado, estão atuantes como poderiam nas questões que estão voltadas ao desenvolvimento sustentável.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os bancos sempre foram aliados fundamentais para o crescimento econômico de empresas, regiões e países. Porém, crescer economicamente não significa necessariamente desenvolvimento. Para que haja crescimento e desenvolvimento é preciso que os benefícios aos esforços coletivos sejam melhor distribuídos, o que implica equidade social e respeito à base de sustentação, que é o próprio meio ambiente ou, em outras palavras, o mundo em que vivemos. Por isso a necessidade dos bancos prestarem atenção não só para a questão econômica, como tradicionalmente fazem já que esta é a base de seus negócios, mas também para as questões ambientais e sociais.

A idéia central deste trabalho é demonstrar que as instituições financeiras podem ser fortes aliadas no fomento de práticas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, desde que queiram.

Ashley (2002, p.10) afirma que o Desenvolvimento Sustentável tem sido um tema em pauta para muitas instituições que visam à permanência no mercado e ao aumento de seu lucro. Ainda que as instituições financeiras estejam interessadas somente nesse item, o autor acredita que o importante é que a ação sócio-ambiental seja executada com eficácia e o conceito de empresa sustentável seja praticado. Ademais, para ele, as práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável não são de fácil identificação e realização, uma vez que existe muita controvérsia a este respeito, conforme será mostrado a seguir.

1.1 Desenvolvimento Sustentável

Desenvolvimento sustentável é uma expressão que se refere a conceitos complexos e sujeitos às diferentes interpretações.

Conforme conceito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1988, p. 46), “o desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”.

Para Pousa (2001, p. 01), diretor responsável pela revista “Brasil Sempre”, publicação do Conselho Empresarial Brasileiro Para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS):

O conceito de desenvolvimento sustentável tem como premissa uma relação harmônica entre os agentes econômicos e a natureza. Implica uma revolução política, social, cultural e ética. A forma mais resumida de defini-lo é considerá-lo como um modelo que permite o crescimento econômico sem exclusão social e com respeito ao meio ambiente. Sua disseminação dependerá de todos os atores da sociedade (o Estado, os cidadãos e os empresários) compreenderem que a sustentabilidade é um fator de sobrevivência das gerações futuras.

Como se pode perceber, o desenvolvimento sustentável procura combinar crescimento com inclusão social e respeito ao meio ambiente. Juntar questões tão complexas

como estas para gerar novo modo de desenvolvimento não é algo de fácil compreensão, muito menos de implementação prática.

Para entender ainda mais a questão, Barbieri (2001, p.28) esclarece a expressão, dizendo que *desenvolvimento* “evoca as idéias de crescimento econômico, mudança no padrão de vida da população e da base do sistema produtivo”, enquanto que *sustentável* é “a qualidade daquilo que é sustentável”, ou aquilo que pode se sustentar. Como salienta Barbieri (2000, p.2), “a expressão desenvolvimento sustentável é uma combinação de palavras contraditórias, com sentidos ambíguos que denotam diversos entendimentos”.

Para Sachs (1993, p. 27), existem cinco dimensões da sustentabilidade a considerar: a *social*, referindo-se à equidade e ao pacto entre as atuais gerações; a *econômica*, referindo-se não só à necessidade de manter fluxos regulares de investimentos, uma preocupação dominante nos planos de desenvolvimento tradicionais, mas também à gestão eficiente dos recursos produtivos, considerando necessário que os benefícios do crescimento econômico fiquem na região ou local para fortalecer as fontes endógenas de poupança e investimento; a *ecológica*, que como o próprio nome indica, refere-se às ações para evitar danos ao ambiente causados pelos processos de desenvolvimento, como aquela que substitui o consumo de combustíveis fósseis por outros renováveis, reduzindo as emissões de poluentes e preservando a biodiversidade; a *espacial*, que concerne à busca de uma configuração rural-urbana equilibrada e uma melhor solução para os assentamentos humanos; a *cultural*, referindo-se ao respeito que se deve ter com as diferentes culturas e às suas contribuições para a construção de modelos de desenvolvimento apropriados às especificidades de cada ecossistema, cada cultura e cada local.

A idéia do desenvolvimento sustentável começou a adquirir adeptos no mundo todo após 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano

(CNUMAH), em Estocolmo, quando se firmou a base para um novo entendimento a respeito das relações entre o ambiente e o desenvolvimento. Conforme Barbieri (2001, p. 21), esta conferência “representou um avanço nas negociações entre países e pode-se dizer que ela constitui o marco fundamental na evolução para a terceira etapa da percepção dos problemas relacionados com o binômio desenvolvimento-meio ambiente”.

Após 20 anos, conforme Barbieri (2001, p.47), em 1992 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, com a presença de representantes de 178 países, incluindo cerca de 100 chefes de Estado. Simultaneamente a este evento oficial de caráter intergovernamental, realizou-se o Fórum Global das ONGs, reunindo cerca de 4000 entidades da sociedade civil do mundo todo. Estes dois eventos passaram a ser chamados de Eco-92, conhecida também como Cúpula da Terra ou Rio 92.

Com estas Conferências, a idéia de relacionar desenvolvimento com meio-ambiente tomou novo impulso, pois tiveram como resultado a aprovação de vários documentos criando convenções e a elaboração de declarações de princípios. Os documentos oficiais aprovados nas Conferências foram: Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, Declaração de Princípios sobre Florestas, Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21. Esta última é considerada como um dos resultados mais importantes.

1.2 Agenda 21

Segundo Barbieri (2001, p.61), a Agenda 21, que foi transformada em Programa 21 pela ONU, é um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Ela é uma espécie de consolidação de diversos relatórios, tratados, protocolos e outros documentos elaborados durante décadas na esfera da ONU. A agenda 21 é um documento longo, dividido em 4 seções, contando com um total de 40 capítulos, a saber: seção I, com 7 capítulos que tratam das dimensões sociais do desenvolvimento sustentável; seção II, com 14 capítulos que abordam as dimensões ambientais; seção III, que dedica 9 capítulos aos principais parceiros do desenvolvimento sustentável; e seção IV, que se refere aos meios para implantar os programas e as atividades recomendadas nas seções anteriores. A propósito, os parceiros do desenvolvimento sustentável, considerados na seção III, são:

- ✓ A atuação da mulher;
- ✓ Infância e juventude;
- ✓ Populações indígenas e suas comunidades;
- ✓ Organizações não-governamentais;
- ✓ Autoridades locais;
- ✓ Trabalhadores e seus sindicatos;
- ✓ O comércio e a indústria;
- ✓ Comunidade científica e tecnológica;

✓ Os agricultores.

O capítulo 30 da Agenda 21, dedicado ao comércio e a indústria, conclama as empresas e suas entidades a reconhecerem o manejo do meio ambiente como uma das suas mais altas prioridades e como fator determinante do desenvolvimento sustentável.

⇒ Assim sendo, a agenda 21 prevê duas áreas-programas para o fortalecimento da aplicação do desenvolvimento sustentável: no âmbito das empresas, com a promoção de uma produção mais limpa, e no âmbito da responsabilidade empresarial. A primeira tem por objetivo aumentar a eficiência da utilização de recursos, inclusive com o aumento de reutilização e reciclagem de resíduos e redução da quantidade de despejo dos mesmos, por unidade de produto econômico.

O objetivo de maximizar a produção com menos recursos gera um importante rumo para a sustentabilidade do comércio e da indústria. Conforme Agenda 21:

... os governos, o comércio e a indústria devem fortalecer as parcerias para implementar os princípios e os critérios do desenvolvimento sustentável; devem identificar e implementar uma combinação adequada de instrumentos econômicos e medidas regulamentadoras para promover o uso de sistemas produtivos mais limpos; devem em conjunto com as instituições de ensino e pesquisa, desenvolver e implementar conceitos e metodologias para incorporar os custos ambientais nos mecanismos de contabilidade e de fixação de preços.

Este capítulo orienta a indústria e o comércio a atuarem juntamente com as instituições de ensino e pesquisa e a desenvolverem os conhecimentos e trabalhos voltados

para os mesmos objetivos: economia, sociedade e nação, e desenvolvimento com sustentabilidade. Muitas empresas já desempenham um importante papel em conjunto com o governo e ONGs, criando parcerias bem-sucedidas e com importantes resultados, cada uma contribuindo em seu segmento.

A possibilidade das empresas efetivarem as recomendações feitas pela Agenda 21 depende da colaboração de outras entidades, bem como da criação de instrumentos que sejam capazes tanto de impedir que elas continuem atuando de modo insustentável, quanto de estimular uma nova postura com relação a suas atividades e seus efeitos.

A empresa possui um importante papel na sociedade, podendo exercer forte influência e intervir como um agente de mudança. Como cita Hall (1984):

além de afetar a sociedade (de maneira amplamente não-intencional) através de sua estrutura da vida social e impactos sobre seus membros, as organizações também são participantes ativos no processo de mudança social.

O fato de a empresa ser dotada de peculiar força e poder como agente de mudança lhe confere importante papel na conquista de uma melhor qualidade de vida no planeta. Para tanto, faz-se necessário que a instituição reconheça o seu papel político dentro da sociedade, o que implica ser esta uma organização responsável e transparente no ambiente em que está inserida.

Há inúmeros instrumentos de incentivo às práticas sustentáveis por parte das empresas, pois, direta ou indiretamente, todas estão envolvidas: indústrias, prestadoras de serviços, instituições de ensino, financeiras, órgãos governamentais e privados, etc.

Pode-se citar como forma de incentivo a maneira como os *stakeholders* são tratados pelas instituições financeiras quando da necessidade de seus serviços, como: empréstimos quando clientes, conduta responsável para os fornecedores, uso responsável dos recursos internos da instituição para os funcionários, etc. Trata-se de um incentivo cujo caráter é não-governamental, advindo das próprias instituições privadas.

A literatura mostra um conjunto muito grande de instrumentos usados pelos governos, desde a fixação de padrões de qualidade até o apoio financeiro, tais como: incentivos fiscais, empréstimos a taxas privilegiadas, assistência técnica gratuita, etc.

Outras formas de apoio não-governamental igualmente citadas de maneira ampla na literatura são as provindas das ONGs, como o auxílio à implantação de práticas gerenciais, de gestão sócio-ambiental, treinamentos em empresas. Um exemplo de ONG que tem se envolvido com estas questões no âmbito das instituições financeiras é a Amigos da Terra, que tem como objetivo incentivar tais instituições a minimizar o impacto adverso sobre os recursos naturais, além de estimular o desenvolvimento sustentável e inserir as comunidades locais em seus projetos.

Uma grande oportunidade para incentivar práticas sócio-ambientais por parte das empresas estaria na atuação das Instituições Financeiras. Ocorre que a Agenda 21 não considerou este importante segmento como uma possível parceira preferencial, conforme já mencionado. Foi um equívoco, sem dúvida. Para contornar esse lapso, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estabeleceu com algumas instituições financeiras uma iniciativa voluntária, que será objeto de análise oportunamente a fim de se verificar se estas instituições estão cumprindo o acordo.

1.3 Stakeholder: um importante aliado

No tocante à trajetória da conscientização sobre sustentabilidade do planeta, verifica-se que seu início está nos movimentos de grupos ambientalistas, de consumidores, etc. Tais ações são encontradas também nos dias atuais: consumidores querem respeito ao social e ao ambiental. A implantação dos SACs (Serviço de Atendimento ao Consumidor) nas empresas, por exemplo, já é uma demonstração de conscientização por parte das instituições, pois perceberam que o consumidor também é um agente de mudança no mercado, podendo até mesmo fazer extinguir uma instituição, com denúncias, boicotes, etc.

Para confirmar os indícios de que os consumidores preferem empresas com responsabilidade social, o instituto Ethos (2002) apresentou uma pesquisa na qual 73% dos consumidores brasileiros julgam se uma empresa é boa ou ruim com base na sua responsabilidade social. Constatou-se que 22 % dos entrevistados, no último ano, puniram ou recompensaram empresas em função deste critério. Organizações como o Instituto Akatu também contribuem para a crescente consciência entre os consumidores com ações como, por exemplo, liderar movimento que visa mobilizar diferentes comunidades para que experimentem o consumo consciente em suas práticas diárias. Conforme em destaque no Akatu (2002, p. 8):

Um conjunto de experiências concretas servirá de referência inicial para a relação do consumidor com as conseqüências sobre a sustentabilidade, do consumo de água, energia, transporte e alimentos e com a geração de lixo. A experiência concreta permitirá ao consumidor experimentar de fato seu poder de mudar o mundo, na medida em que sua ação cotidiana for quantificada em impactos positivos e for levada a impactos coletivos pela ação das comunidades às quais ele pertence.

O Instituto Akatu, para este caso, “seria o catalisador destas experiências, recolhendo informações e casos exemplares e repassando-os ao conjunto maior da sociedade e aos formadores de opinião”. Estas ações contribuem muito para induzir as práticas de responsabilidade sócio-ambiental por parte das empresas. Em um debate promovido pela mesma instituição, Marcos Pó, coordenador técnico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), disse:

A participação da sociedade é fundamental. Temos de ser capazes de fazer as pessoas entenderem o poder que exercem por meio de seus atos de compra. Quando estou escolhendo algum produto, não estou só escolhendo aquilo que eu vou utilizar no dia e na hora ou no minuto seguinte. Há outros reflexos mais amplos, há uma mentalidade que estou recompensando quando faço uma escolha de consumo. (Akatu, 2002; p. 14)

Conforme Meio Circulante (2003), o Banco Real é hoje o líder mundial no processo de implantação de procedimentos sócio-ambientais no segmento do mercado financeiro. Tanto o Banco Real, como o Citi Bank, foram alvos de poderosas campanhas do Greenpeace e Amigos da Terra, na Holanda. Em uma decisão que repercutiu internacionalmente, o ABN convocou estas mesmas ONGs que o atacaram para participarem da discussão de um ajuste de conduta. Esse é um tipo de auxílio de grande importância por parte das ONGs: denunciar e cooperar, pois o objetivo último seria encontrar uma solução favorável ao meio-ambiente e à sociedade como um todo.

1.4 O grau de influência das Instituições Financeiras para o desenvolvimento sustentável

Conforme Hutchinson (1996, p.15), existem três tipos de categorias de impacto ambiental que uma empresa pode gerar no mercado global:

✓ *Alto impacto* - o autor refere-se a empresas que possuem alto grau de degradação, produção suja e perigosa. Eis alguns exemplos de empresas que se enquadram nesta categoria: armamentos, automobilística, energia, indústria do tabaco, produtos químicos e plásticos, madeireiras, construção civil, dentre outras;

✓ *Moderado impacto* – são empresas que geram impacto sócio-ambiental em menor escala, mas são também grandes depredadoras. Por exemplo: indústria de alimentos, cosméticos, têxtil, equipamentos eletrônicos, telecomunicação, comércio varejista, hotéis, lazer e turismo, dentre outras;

✓ *Baixo impacto* – empresas denominadas pelo autor como *destruidoras silenciosas*, pois mesmo com uma baixa escala de degradação, também contribuem para o estado global de degradação sócio-ambiental, devido ao elevado número que se encontra nesta categoria. Pertencem a esta categoria empresas prestadoras de serviços, como: instituições e departamentos governamentais, comunicação, seguros, serviços sociais, educação, as instituições financeiras, dentre outras.

A figura 1.1 ilustra a classificação feita por Hutchinson. As empresas que se enquadram na categoria das destruidoras silenciosas podem não mostrar claramente suas contribuições à insustentabilidade do Planeta, porém esta é a maior fatia de degradadores, já que a somatória dos impactos gerados por ela pode alcançar uma escala média ou até alta em termos globais.

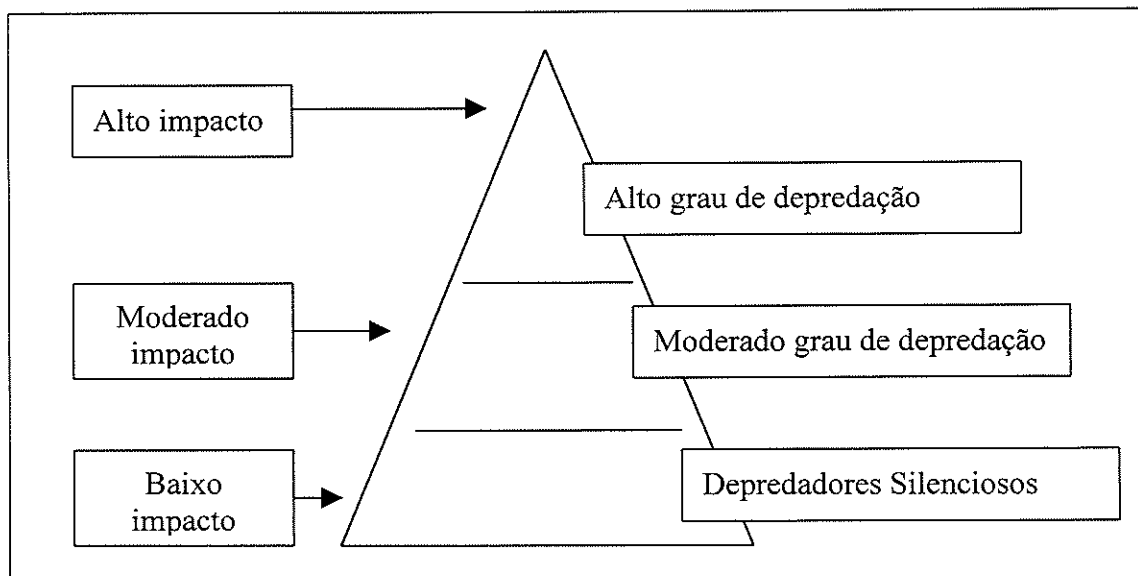


Figura 1.1 – Nível de impacto sócio-ambiental para empresas de todos os segmentos

Fonte: Adaptado de Hutchinson, Colin – Long Range Planning. 1996, p.15.

O setor de serviços da economia, representado pelos *destruidores silenciosos* no diagrama, emprega dois terços dos trabalhadores em países desenvolvidos. As instituições financeiras encontram-se nesta categoria, o que poderia justificar a relutância delas no tocante ao envolvimento em questões ambientais. Os danos ambientais diretos que elas podem provocar, como a poluição, por exemplo, são aparentemente pequenos se comparados com os setores de alto impacto. Se forem considerados apenas os danos diretos, sem dúvida as instituições financeiras não se enquadram naqueles setores prioritários para práticas sustentáveis. No entanto, se fosse levado em consideração que estas instituições são fundamentais para os demais setores, uma vez que o crédito é um dos elementos fundamentais do sistema econômico baseado na iniciativa privada, então a influência que exercem tomaria uma importância maior e decisiva para o incremento ao estímulo das práticas sustentáveis nesse setor.

Em outras palavras, a responsabilidade social das instituições financeiras no processo de desenvolvimento sustentável é bastante significativo. Olhar apenas para os danos diretos pode gerar uma visão distorcida da realidade. Talvez seja por isso que essas instituições não foram contempladas na agenda 21 como parceiras prioritárias do desenvolvimento social.

1.5 Responsabilidade Social Corporativa

Conforme Neto (2001, p.26), responsabilidade social é uma ação não individual, mas conjunta:

...busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva. Sua ética é centrada no dever cívico. As ações de responsabilidade social são extensivas a todos os que participam da vida em sociedade – indivíduos, governo, empresas, grupos sociais, movimentos sociais, igreja, partidos políticos e outras instituições.

Não se deve confundir ação de responsabilidade social com filantropia. Conforme definido pelo autor, a filantropia “é o assistencialismo no auxílio aos pobres, aos desvalidos, desfavorecidos, miseráveis, excluídos e enfermos”, ou seja, aos grupos sociais menos favorecidos. As ações de filantropia são restritas aos empresários filantrópicos, que fazem doações a grupos ou outras entidades.

Diferentemente da filantropia, a responsabilidade social se expressa por uma ação coletiva, não individual, buscando estimular o desenvolvimento do cidadão e a

sustentabilidade de grandes e pequenas comunidades. Essa ação deve ser estratégica, visando ao retorno social, institucional e fiscal; diferentemente da filantropia, que não visa outro retorno a não ser o pessoal e moral da instituição e do dirigente que a pratica.

Quanto à responsabilidade social, Guilherme Leal, presidente executivo da Natura Cosméticos, disse:

Responsabilidade Social para mim não é investimento em filantropia, é a postura em relação aos colaboradores, aos consumidores, aos fornecedores, à comunidade e ao governo. É um conjunto de coisas que não significa necessariamente dinheiro. Responsabilidade social é não comprar governantes e isso não custa nada; é computar custos que hoje, na velha contabilidade, nós não computamos: o custo dos recursos naturais, do ar respirável, da água potável das árvores.(Akatu, 2002; p. 17).

Rico (1997, p. 60) afirma que a filantropia empresarial é um setor incipiente e que está em crescimento. A autora chegou a tal conclusão após observar o surgimento de organizações e movimentos sem fins lucrativos preocupados com a ajuda mútua. Foi o caso da Kanitz e Associados, empresa de consultoria (não filantrópica) que criou o “Prêmio Bem Eficiente”, concedido às 50 melhores entidades que aplicam com eficiência seus recursos em instituições sem fins lucrativos (incluindo as instituições financeiras). O prêmio recebe cerca de 1.200 indicações com 600 entidades para concorrer. Outro exemplo é o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas Privadas), que reúne fundações privadas que possuem projetos sociais objetivando o desenvolvimento do país e estimulando a cidadania participativa, especialmente no meio empresarial. Os integrantes do GIFE se destacam por seus incentivos filantrópicos empresariais e pelas ações da sociedade civil organizada, como

as ONG's, por exemplo. Ademais, exigem previsão de retorno de investimentos realizados em programas sociais, tanto em relação ao beneficiário como ao investidor. Este grupo estimula as empresas dando-lhes opções para aplicação de projetos sociais, os quais são elaborados a partir de problemáticas sociais apontadas pela própria comunidade: educação, saúde, projetos culturais, impacto social, entre outros. Capacita-as para a multiplicação das ações do projeto e para sua auto-sustentação financeira, além de identificar a afinidade institucional (aquela ação que está ligada à missão da empresa, por exemplo).

Em contrapartida às considerações de Rico, Porter (2002, p.43-44) afirma que a filantropia está em declínio. O autor argumenta que os empresários buscam cada vez mais resultados financeiros, não dispendo de tempo e condições para doações. A filantropia existiria somente para “alcançar a promoção de relações públicas, ou seja, aumentar a imagem ou a marca da empresa através do marketing social ou de patrocínios que gerem grande visibilidade para a instituição”. Para ele, o “objetivo primordial é forjar uma aura de simpatia e publicidade positiva e reforçar o moral dos funcionários”. Em outras palavras, o autor acredita que nenhuma empresa faz filantropia se não puder enxergar algum retorno em forma de benefício para a instituição e, quando a praticam, dispõem mais em marketing social que com a própria contribuição. Acredita também que as empresas entendem que sua responsabilidade social é gerar lucro para os acionistas, o que coincide com a posição defendida por Freedman (apud Porter 2002, p.43), que afirma que “a idéia de que a única responsabilidade social de uma empresa é ampliar seus lucros ainda é amplamente aceita em incontáveis segmentos e entre administradores e empresários”.

Quem igualmente concorda com a opinião de Porter é Jacques Gelman, diretor da FGV-Eaespp e quem concedeu o primeiro prêmio para empresas de varejo por ações sociais.

Para ele, as empresas não possuem tempo para voltar-se às questões responsáveis e o motivo é a grande preocupação com os recursos financeiros:

O modelo tradicional de empresa, em que a ética e a responsabilidade social ainda não são valores incorporados, está falido... o conceito tradicional de empresa contém duas 'graves' deficiências: a alienação do trabalho e a alienação do capital. (Gelman, apud Valor Econômico, 2003).

Essas últimas considerações explicam a atual e real situação econômica: os empresários tendem a buscar apenas o aspecto monetário; diante de uma atividade que não resulte lucro ou promoção da instituição no mercado não a fazem.

Conforme definição de Ferrell (2001, p.68), a responsabilidade social “consiste na obrigação da empresa de maximizar seu impacto positivo sobre os *stakeholders* (clientes, proprietários, empregadores, comunidade, fornecedores e governo), e em minimizar o negativo”. Para esse autor existem quatro tipos ou dimensões de responsabilidade social: legal, ética, econômica e a filantrópica.

O sistema legal não só resolve litígios de natureza legal, mas também ética. No entanto o papel da lei não é distinguir o que é ético ou antiético ou situações específicas, mas estabelecer regras básicas para atividades empresariais responsáveis, que atingem indistintamente a todas as empresas. A dimensão legal implica “cumprir as leis e regulamentos promulgados ou baixados pelo governo para estabelecer padrões mínimos de comportamento responsável”.

As leis e regulamentos enquadram-se em cinco grupos: a regulamentação da concorrência (impedem a criação de monopólios, costumes que restringem a concorrência

entre empresas, etc); a proteção aos consumidores (que exige informações exatas sobre produtos e serviços, cumprimento dos padrões de segurança, etc); a proteção ambiental (punição às empresas poluentes); as leis que promovem a equidade e a segurança (protege os direitos dos idosos, das minorias, das mulheres, etc; garante segurança no trabalho, protege de condições insalubres ou perigosas); e por último, incentivos que promovam o cumprimento de programas internos de empresas para prevenir má conduta.

No tocante às leis de proteção ambiental, estas foram promulgadas como reação às preocupações que começaram a surgir na década de 1960, quando as empresas tomavam decisões de acordo com seus particulares interesses, ignorando as conseqüências ambientais, como a poluição do ar e da água, o lançamento de lixos tóxicos, etc.

O ponto focal da dimensão legal é a regulamentação ou exigência de uma conduta empresarial que a sociedade, incluindo clientes, grupos de interesses, concorrentes e legisladores, acredita não ser confiável.

O segundo componente da responsabilidade social é a dimensão ética, que abrange comportamentos e atividades esperados ou proibidos, interessantes a todos os envolvidos com a empresa. Neste componente incluem-se “padrões, normas ou expectativas que refletem as preocupações dos grandes *stakeholders*. A empresa ética e socialmente responsável depende dos valores e princípios morais sustentados pelos indivíduos e grupos que dela fazem parte”. A conduta ética na empresa refere-se ao que é certo ou errado, aceitável ou inaceitável.

A terceira dimensão da responsabilidade social é de natureza econômica e se refere à maneira como os recursos para a produção de bens e serviços são distribuídos no sistema social, sendo as áreas da economia (maneira que as empresas se relacionam com os acionistas, o ambiente que afeta a economia, etc) e da concorrência (rivalidade entre empresas por clientes e lucros) os fundamentos desta dimensão. Os *stakeholders*, acionistas, consumidores

e empregados são importantes, pois influenciam na economia: “se não derem o devido valor aos consumidores, a lucratividade e a capacidade das empresas de competir com outras podem ser fortemente afetadas”. Quanto aos acionistas, estes produzem o maior impacto nas decisões da administração da empresa, logo “têm que executar o ato de equilíbrio de manter os clientes e os empregados felizes e, ao mesmo tempo, permanecer dentro dos limites estabelecidos pela lei e satisfazer os investidores”.

A quarta dimensão da responsabilidade social é a filantrópica, que diz respeito às contribuições das empresas à sociedade, a qual espera que elas contribuam para a sua qualidade de vida e bem estar. “O conjunto final de problemas engloba as responsabilidades das empresas com o bem-estar geral das comunidades em que operam. Muitas organizações querem simplesmente tornar suas comunidades lugares melhores para se viver e trabalhar”. A utilização dos recursos organizacionais para atender aos stakeholders em benefício da sociedade e de instituições é conhecida como *filantropia estratégica*, ou, em outros dizeres, seria “a ação de vincular doações de natureza filantrópica à estratégia e aos objetivos gerais da empresa”.

Conforme Ferrel (2001), os componentes que contribuem para a formação de uma organização estão diretamente ligados à responsabilidade social. Como será visto adiante, a empresa possui uma função importante pelo fato de trazer consigo todo o envolvimento e a intermediação dos stakeholders com a responsabilidade social.

1.6 O tradicionalismo das Instituições Financeiras

De um modo geral, as instituições financeiras são pressionadas por questões de lucratividade e liquidez em função de sua própria natureza. Como se sabe, os agentes econômicos que colocam seus recursos nestas instituições são muito suscetíveis à saúde financeira da instituição, de modo que seus dirigentes sentem a necessidade de estabelecer uma gestão muito segura com respeito à aplicação dos recursos a elas confiados. Daí a postura tradicionalista dos tomadores de decisão dessas instituições. A palavra “solidez”, muito bem aceita no âmbito financeiro, muitas vezes está ligada ao comportamento conservador dos tomadores de decisão.

A análise econômica e financeira é a condição básica para se concretizar uma concessão de crédito em uma instituição financeira. Este é o modo tradicional de relacionamento entre tomadores de crédito e instituições financeiras. A avaliação de crédito tradicional é efetuada por uma série de exigências estabelecidas pelos bancos a seus funcionários responsáveis pela concessão de crédito, normalmente os gerentes de negociações de suas agências. Os principais requisitos a serem avaliados atualmente para se conceder crédito são:

- ✓ Patrimônio dos sócios - se o cliente possui imóveis, carros, etc, em seu nome;
- ✓ Instalações da empresa - móveis, equipamentos, maquinários, estrutura física do imóvel (se precária ou não);
- ✓ Estoques - matéria-prima e produto acabado;
- ✓ O mercado em que o cliente atua;

- ✓ Se a demanda da empresa é sazonal e em que período a empresa se encontra, por exemplo, se em fase de baixo ou alto faturamento;
- ✓ Balancetes dos três últimos meses e Balanços dos três últimos anos;
- ✓ Tendência do negócio do cliente no cenário econômico nacional e internacional do segmento;
- ✓ Endividamento do cliente evidenciado através de análises financeiras como índice de endividamento no curto e longo prazo e análise de balanço;
- ✓ Razão social ou nome dos sócios da empresa inclusos nos órgãos de apoio ao fornecedor ou proteção ao crédito como SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e Cadastro no Banco Central;
- ✓ Quantidade de clientes - se o tomador do crédito do banco possui poucos clientes o risco de inadimplência e a probabilidade de uma "quebra na empresa" são altos, em função da centralização de negócios do tomador. É o caso de fornecedores de peças para máquinas da indústria automobilística, que normalmente atendem a apenas um fabricante (General Motors, Scania ou Wolks);
- ✓ Buscar informações com os fornecedores – se o tomador do crédito é pagador pontual ou está sempre com atrasos no pagamento;
- ✓ Histórico Bancário - verificar o passado do cliente no banco;
- ✓ Liquidez - se os clientes do tomador estão pagando os títulos nas devidas datas e todos os cheques recebidos compensados (poucos cheques sem fundos);

✓ Condições e qualidade das garantias - para determinadas operações de crédito, como empréstimo para capital de giro e limite em conta, exige-se uma garantia do tomador, podendo ser algum bem (carro ou imóvel) e sendo necessário avaliar a qualidade desta garantia (se antiga, precária etc);

✓ Certidões negativas de cartórios para verificar a existência de penhores, hipotecas, títulos protestados e a situação legal dos bens declarados.

As instituições financeiras vêm aperfeiçoando cada dia mais seus métodos de avaliação tradicional para a concessão de créditos, porém sempre dentro da mesma preocupação de caráter econômico financeiro. Trata-se, portanto, de um comportamento arraigado e solidificado que resiste a mudanças.

O aprimoramento dos métodos de avaliação tradicional procura cada vez mais privilegiar a adequada adimplência e a garantia da recuperação do principal emprestado, bem como a remuneração rentável aos créditos concedidos. Esta preocupação tem levado os bancos a se descuidarem, ou melhor, se desinteressarem por outras características do tomador, principalmente com relação às questões ambientais e sociais envolvidas.

Esta é a postura predominante nas instituições financeiras. As medidas de caráter governamental ainda constituem uma força muito pequena para induzi-las a uma preocupação de avaliação sócio-ambiental da mesma forma que a tradicional. Criar legislação para poder autuar as instituições financeiras como co-responsáveis por danos ao ambiente dificilmente será viável a não ser em casos especiais, pois é muito difícil estabelecer um vínculo de responsabilidade envolvendo o empréstimo e a degradação ao ambiente. A co-responsabilidade só pode ser argüida para os casos em que as instituições financeiras se

tornarem controladoras dos tomadores de crédito. Enquanto controlador, poder-se-ia entender que uma postura adequada seria o banco exigir que a entidade controlada viesse atuar dentro do modo responsável e sócio-ambiental. Caso no início do controle o banco encontrasse uma situação de não conformidade com esses requisitos de responsabilidade, seria de esperar que a controladora levasse a sua capacidade de provimento de recursos, bem como a sua competência administrativa, no sentido de promover mudanças que levassem a controlada a eliminar essas não conformidades. Isso constitui um aspecto muito restrito das instituições financeiras, pois a maior parte das suas ações junto às empresas concentra-se na concessão de crédito.

Diante dessa constatação e também diante da imagem negativa que as instituições financeiras geraram em um amplo contingente de formadores de opinião devido ao descaso com a questão sócio-ambiental, algumas instituições financeiras, atendendo ao apelo do PNUMA, resolveram criar iniciativas voluntárias voltadas para incluir este segmento entre os parceiros preferenciais do desenvolvimento sustentável, embora ainda seja uma ação bastante lenta, conforme mencionado anteriormente. Dentre as novas preocupações das instituições está a avaliação sócio-ambiental para efeito de concessão de crédito.

1.7 Análise de Risco Sócio-Ambiental para concessão de crédito

A análise de risco sócio-ambiental para concessão de crédito é um assunto incipiente e que possui ainda muitos paradigmas a serem desfeitos. No Brasil, as instituições que desenvolvem este tipo de avaliação são poucas: Banco Real, BNDES e Banco do Nordeste. O estudo de caso referente ao Banco Real mostra como é feito este tipo de análise.

Nos Estados Unidos e na Europa esta prática também não é muito comum, mas apresenta-se em franco desenvolvimento. Conforme Gazeta Mercantil (www.eco-financas.org.br, 08/08/2001), tudo começou no início dos anos de 1990, quando um banco dos Estados Unidos, o Fleet Factors, foi punido pela Justiça de seu país porque 15 anos antes concedeu crédito a uma tecelagem que não tomava os devidos cuidados com seus resíduos. A indústria acabou falindo e o seu terreno - totalmente atulhado de amianto e outros produtos tóxicos - ficou para o banco. A descontaminação da área viria a custar US\$ 400 mil ao governo. Numa decisão pioneira, o Fleet Factors foi julgado co-responsável pelo passivo ambiental deixado por seu cliente. Poucos meses depois da decisão, uma pesquisa da Associação de Banqueiros Norte-Americanos verificou que um terço dos bancos comerciais do país simplesmente pararam de financiar a instalação de fábricas de produtos químicos ou postos de gasolina por temerem sanções semelhantes às impostas ao Fleet.

Um outro caso recente, também citado pela mesma fonte, é o Citigroup, maior instituição financeira dos Estados Unidos, que passou por situação semelhante nas mãos da *Rainforest Action Network*, uma ONG ambientalista que boicotou o cartão de crédito do grupo com a campanha “Com meu dinheiro não, Citi !”.

O Meio Circulante (2002), citou o caso do Citibank em San Francisco (EUA), que sofreu um ataque de um movimento ambientalista americano em protesto contra a destruição ambiental, por financiar setores altamente impactantes como mineração de petróleo, madeira e geração de energia sem qualquer *screening* sócio-ambiental.

Atualmente não é incomum encontrar empresas que façam análise de risco sócio-ambiental. Muito pelo contrário, o mundo já está se voltando para estas questões, como se pode verificar na própria Dow Jones que, em 1999, lançou o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI). Com os primeiros índices globais das companhias sustentáveis do mundo, o DJSI

recebe a cooperação da SAM, SOXX entre outras empresas que gerenciam os recursos e as marcas para controlar os *portfolios* do *Sustainability*. As companhias que entram para o DJSI devem possuir obrigatoriamente critérios econômicos, sociais e ambientais comprovados. Isto é uma indicação de que o mundo reconhece a preocupação da ampliação dos conceitos sustentáveis, porém se acredita que a falta de habilidades ou noções contribui para o não fomento desta questão.

A relação entre desempenho financeiro e responsabilidade social tem despertado muitas indagações e os estudos empíricos não são conclusivos. Talvez esta seja uma das questões que levam os bancos a hesitarem quanto à adoção de critérios sócio-ambientais para concessão de créditos. Verschoor (1998), que analisou empresas relacionadas no ranking do *Business Week*, encontrou um relacionamento estatisticamente significativo entre desempenho financeiro e responsabilidade social. Uma constatação como esta gera um otimismo quanto à possibilidade de usar a avaliação sócio-ambiental para concessões de crédito, uma vez que não haveria contradição entre as considerações sócio-ambientais e as tradicionais relacionadas à lucratividade, liquidez e outros já comentados.

Por outro lado, não faltam estudos que lançam dúvida sobre a relação positiva entre responsabilidade social e lucratividade. É o caso do estudo desenvolvido por Aupperle *et al.* (1985), que não encontrou nenhuma relação entre estas duas questões: na ausência de evidências consolidadas sobre a relação entre desempenho sócio-ambiental e desempenho econômico-financeiro das empresas, a atitude tradicionalista que caracteriza as instituições financeiras é a mais contemplada. Daí a relutância em adotar critérios sócio-ambientais na avaliação de seus clientes tomadores de empréstimos.

1.7.1 A experiência do Banco Mundial e do BNDES

O Banco Mundial, maior instituição financeira multilateral, é composto por cinco instituições: o BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, CFI – Corporação Financeira Internacional, AID – Associação Internacional para o Desenvolvimento, AMGI – Agência Multilateral de Garantias de Investimentos, CIRDI – Centro Internacional para Resolução de Disputas.

Conforme Secretaria do Meio Ambiente (1997, p. 15), a partir de 1987 o grupo Banco Mundial deu início a um esforço para incorporar questões ambientais em todos os aspectos dos seus trabalhos. A agenda ambiental, implementada principalmente pelo BIRD e AID, visa:

- ✓ Dar assistência aos países para aprimoramento de suas políticas e instituições ambientais;
- ✓ Avaliar e mitigar danos potenciais resultantes de atividades financiadas pelo Banco;
- ✓ Promover o desenvolvimento sustentável;
- ✓ Dedicar-se às soluções para problemas ambientais globais.

Em 1994, mais de 10% do portfólio de empréstimos do Grupo eram destinados a projetos ambientalistas.

Conforme Monzoni (Gazeta Mercantil, 25/11/2002), a instituição internacional que iniciou com esta política foi a *Internacional Finance Corporation* (IFC), braço do Banco

Mundial que empresta ao setor privado e tem uma carteira de US\$ 54,9 bilhões para concessão de crédito. O Brasil foi o principal destino dos empréstimos da *International Finance Corporation* (IFC) no ano fiscal encerrado em 30 de junho de 2002. O País recebeu US\$ 635 milhões, cerca de 20% dos empréstimos de US\$ 3,1 bilhões feitos pela IFC. O total da carteira da IFC no Brasil é de US 1,6 bilhões dos quais US\$ 1,1 bi são de recursos próprios. Desde sua fundação, o Brasil recebeu da IFC: US\$ 5,8 bilhões dos quais US\$ 3,3 bilhões em recursos próprios. Os créditos ao Brasil representam cerca de 10% dos US\$ 54,9 bilhões que a instituição já emprestou em sua existência

Houve para o IFC, por exemplo, a fase da ênfase ao investimento privado em saúde e educação; depois, a exigência de que o tomador de recursos não utilizasse trabalho infantil; depois, respeitasse os acionistas minoritários. Conforme Monzoni (Gazeta Mercantil, 25/11/2002), "hoje, o conjunto de aspectos observados pela IFC para avaliar o que chama de sustentabilidade de um projeto ou de uma empresa é tão amplo que vai desde a preocupação com a Aids até o cuidado com a mão-de-obra e seus fornecedores".

O BNDES vem estimulando e financiando os gastos em projetos de cunho social, que abrangem tanto os funcionários quanto as comunidades presentes nas regiões de atuação das empresas. Tais projetos consistem, de forma geral, em programas de investimento em capital humano, como educação, saneamento básico, medicina preventiva e curativa, nutrição e outras formas de elevação da renda percebida pelos trabalhadores. Os projetos que contemplam esses investimentos sociais têm para esse objetivo uma taxa de juros mais baixa, isto é, diferenciada daquelas aplicadas aos demais dispêndios. Os projetos do setor industrial pelas suas próprias características são os principais beneficiários em operações com esse objetivo.

No Brasil, este assunto está apenas iniciando. Alguns bancos, como o Banco do Nordeste, o Banco Real e o BNDES, já possuem estes mecanismos de análise para concessões de operações de crédito financeiros. Mas enquanto o mercado nacional não estiver na íntegra com o mesmo ímpeto para a questão, as empresas que necessitarem de crédito não se dirigirão a tais instituições, já que outros bancos não são rígidos a ponto de fazer tais exigências. Uma situação como esta tem uma grande probabilidade de ocorrer, pois em muitos aspectos isso já acontece dentro da prática tradicional de avaliação de crédito, ou seja, muitos clientes que têm suas propostas negadas em certos bancos, obtêm aprovação em outros.

1.7.2 Critérios para avaliação de risco sócio-ambiental

Uma grande dificuldade para efetivar a análise de risco sócio ambiental pelas instituições financeiras, refere-se aos critérios a serem adotados. Quando se fala em meio ambiente, fala-se no entorno da empresa e na biosfera como um todo, isto porque os problemas ambientais, embora possam ser regionais ou locais, tendem a ser globais. O que está por trás da questão da globalização dos problemas ambientais é a natureza interativa dos elementos do meio-ambiente físico, biológico e social, por isso é difícil de encontrar um rol ou relação de critérios ambientais aceitos de modo amplo e inquestionável.

Como exemplo de empresas degradadoras do meio ambiente e que estariam sujeitas a avaliações criteriosas, pode-se citar aquelas emissoras de gases que contribuem para o *efeito estufa* (CO₂, CFC, N₂O etc), que é a alteração do equilíbrio necessário entre a energia que sai e entra no Planeta, gerando o aquecimento da Terra e trazendo conseqüências como queimadas, alterações do ecossistema, prejuízos à agricultura, etc.

Questão semelhante pode-se encontrar no âmbito social, principalmente tendo em vista a ampliação dos mercados para níveis mundiais. Uma empresa que usa o trabalho infantil em determinado país terá um baixo custo de fabricação, o qual será repassado a seus clientes, resultando em vantagem em relação àqueles que não adotam essa prática. Se nenhuma atitude for tomada o mercado estará premiando a empresa ilegal e punindo aquela que está agindo dentro das condutas responsáveis.

Apesar de toda a dificuldade em categorizar as questões sócio-ambientais, pode-se elencar algumas sugestões que têm sido apresentadas por inúmeros autores e entidades. Por exemplo, a figura 1.2 apresenta um conjunto de variáveis ambientais que pode ser considerado como critério para efeito de avaliação. Uma instituição financeira poderia usar esse modelo ou uma de suas possíveis variações e estabelecer uma nota mínima para concessão de crédito, ou, ainda, conceder o crédito mesmo não alcançada a nota fixada, exigindo porém que o tomador realize melhorias no seu desempenho ambiental. É importante levar em conta que negar simplesmente o crédito pode não ser uma atitude justa e afinada com o desenvolvimento sustentável. Muitas empresas atuam em mercados muito competitivos ou são submetidas a situações macro econômicas perversas, tais como juros altos, variações cambiais frequentes, mudanças sempre para mais nas alíquotas de impostos, etc. Nestas circunstâncias, a sobrevivência da empresa torna-se a prioridade número um comparativamente com as questões sociais e ambientais. Negar o crédito para essas empresas e nestas circunstâncias provavelmente nada contribuiria para o desenvolvimento sustentável.

Figura 1.2 - Critérios para avaliação ambiental.

Empresas Agressivas Variáveis (Alta Poluição)	Classificação					Empresas Amigáveis
	1	2	3	4	5	
1. Ramo de Atividade						
2. Produtos - Não Renováveis - Não Há Reciclagem - Não Há Aprov.						- Renováveis - Reciclagem - Reaprov. Resíduos - Não Poluidores - Baixo Consumo
3. Processo - Poluente - Resíduos Perigosos - Alto Consumo Energia -						- Não Poluentes - Poucos Resíduos - Baixo Consumo Energia - Eficiente Uso Dos
4. Consciência Ambiental - Consumidores Não						- Consumidores Conscientes
5. Padrões Ambientais - Baixos Padrões - Não Obediência Às						- Altos Padrões - Obediência Às Restrições
6. Comprometimento Gerencial						- Comprometido
7. Nível Capacidade Do Pessoal - Baixo - Acostumado Velhas						- Alto - Voltado Para Novas Tecnologias
8. Capacidade De P&D - Baixa Criatividade -						- Alta Criatividade - Curtos Ciclos De Desenvolvimento
9. Longos Ciclos De Capital - Ausência De Capital - Pouca						- Existência De Capital - Alta Possibilidade De Empréstimos

Fonte: Adaptada de North, K. Environment business management, Genebra:ILO, 1992 (apud Donaire, 1992; p.52-53)

Classificação: 1 = Empresa muito ameaçada pela questão ambiental

5 = Questão ambiental constitui oportunidades de crescimento

O modelo de Balanço Social desenvolvido pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, uma ONG criada pelo Betinho, apresenta um conjunto de critérios que podem ser usados pelas instituições financeiras para avaliar as empresas em termos de responsabilidade sócio-ambiental. Para o IBASE (2003),

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Este modelo, como se pode ver na figura 1.3, enfatiza os aspectos sociais relacionados com a atuação da empresa, sem descuidar, no entanto, das questões de natureza ambiental.

1 – Base do cálculo	(Exemplo) 2002			2001		
	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2– Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
	(R\$mil)	FPB	RL	(R\$mil)	FPB	RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						

Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches/auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total dos indicadores sociais internos						
3- Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
	(R\$mil)	FPB	RL	(R\$mil)	FPB	RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total dos Indicadores sociais externos						

4 – Indicadores Ambientais	Valor	% sobre	% sobre	Valor	% sobre	% sobre
	(R\$mil)	FPB	RL	(R\$mil)	FPB	RL
Investimentos relacionados com						
produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou						
projetos externos						
Total dos investimentos em melo ambiente						
5 – Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						

Figura 1.3 - Modelo de Balanço Social sugerido pelo IBASE
Fonte: www.balancosocial.org.br

Legenda: siglas da figura 1.3

RL	Receita Líquida
RO	Resultado Operacional
FPB	Folha de Pagamento Bruta

A pretensão deste modelo para as instituições, conforme descrita no próprio *site* do IBASE,

“é ser um instrumento de avaliação... os analistas de mercado, investidores e órgãos de financiamento (como BNDES, BID e IFC) já incluem o balanço social na lista dos documentos necessários para se conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa”.

O Instituto Ethos de Responsabilidade Social desenvolveu uma lista bastante extensa de questões sócio-ambientais como se pode ver no anexo A. A proposta do Ethos é bastante ampla e o conjunto de critérios envolve questões diversas e que de alguma forma incorporam os elementos considerados nos dois modelos acima comentados. Conforme esclarecimento do Instituto Ethos (2003), o modelo desenvolvido,

É uma ferramenta de gestão que propõe a padronização de relatórios para a apresentação de indicadores de responsabilidade social. O balanço social também pode ser utilizado como um instrumento de diagnóstico e gestão, pois agrupa informações relevantes sobre o papel social da empresa, permitindo acompanhar a evolução e a melhoria de seus indicadores. Um outro ponto relevante na apresentação do balanço social é que ele propicia a comparação e o diálogo entre empresas do mesmo setor.

Há outros modelos como, por exemplo, o do Global Reporting Initiative (GRI), uma instituição internacional que promove a sustentabilidade social, assim como o Instituto

Ethos no Brasil. A tabela 1.4, ilustra os critérios dessa instituição. Como se pode ver os elementos contemplados de alguma maneira coincidem com os do Instituto Ethos. É contestável, portanto, qualquer afirmação de que não existem critérios sócio-ambientais suficientes para avaliar os pretensos tomadores de crédito.

Impactos Econômicos Diretos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ clientes ✓ dos empregados ✓ dos fornecedores ✓ provedores de capital ✓ setor público
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Materiais ✓ Energia ✓ Água ✓ Biodiversidade ✓ Emissões, fluentes e resíduos ✓ fornecedores ✓ produtos e serviços ✓ transporte ✓ serviços em geral
Trabalho – mão de obra	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Emprego ✓ Relações no trabalho ✓ Saúde ✓ Segurança ✓ Treinamento e educação ✓ Diversidade e oportunidade da instrução
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A liberdade ✓ Não-discriminação ✓ Trabalho forçado ✓ Mão de Obra infantil ✓ Acordos Coletivos
Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunidade ✓ Corrupção ✓ Contribuições políticas

Responsabilidade do Produto	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Saúde e segurança do cliente ✓ Produtos e serviços ✓ Respeito para a privacidade
------------------------------------	--

Tabela 1.4- Critérios para avaliação econômico-sócio-ambiental
 Fonte: www.globalreporting.org/guidelines/2002/gri_2002_guidelines

Outro instituto internacional que promove e desenvolve modelos semelhantes aos já citados é o da Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE), uma instituição que publica dados estatísticos, orientações, etc, sobre desenvolvimento sustentável.

1.8 Iniciativas voluntárias das Instituições Financeiras

Conforme já citado, um grupo de instituições financeiras, junto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), lançou no final da década de 1980 uma declaração estabelecendo início da parceria com o desenvolvimento sustentável. Essa iniciativa tem como base a Declaração Internacional de Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável subscrita por membros do setor financeiro, que tinha como proposta o equilíbrio da satisfação dos interesses das gerações atuais e futuras, para desenvolver de forma eqüitativa o econômico, o social e o ambiental. Segundo consta da Declaração: “Reconhecemos no Desenvolvimento Sustentável um compromisso empresarial e um componente do nosso empenho na cidadania empresarial” (vide Declaração na íntegra no anexo B).

Mais de uma centena de agentes financeiros de todo o mundo (vide anexo C) subscreveu uma iniciativa voluntária para a promoção do desenvolvimento sustentável, com o

objetivo de utilizar o poder que eles possuem como instituição fundamental do sistema econômico para promover comportamento sustentável junto com seus *stakeholders*.

Esta Declaração demonstra a preocupação e o compromisso do setor financeiro com o desenvolvimento sustentável, conforme demonstram os itens 3, 4 e 5 da Declaração :

3. Esforçar-nos-emos por integrar as questões ambientais nas nossas atividades, práticas de gestão e outras decisões empresariais, em nossos mercados;

4. Reconhecemos que a identificação e quantificação dos riscos ambientais devem fazer parte do processo normal de avaliação, tanto nas atividades do âmbito doméstico como internacional....

5. Encorajamos as outras Instituições Financeiras a apoiar a presente Declaração e comprometemo-nos a partilhar com elas as nossas experiências e conhecimentos como forma de difundir as melhores práticas.

Diante do exposto, pode-se dizer que a questão relativa à responsabilidade sócio-ambiental das empresas é um tema complexo e sujeito a inúmeras interpretações. De um lado estão aqueles que entendem que as responsabilidades se limitam a gerar lucro atuando dentro dos limites da lei, e do outro lado estão os que entendem que a responsabilidade social da empresa inclui uma diversidade de dimensões das leis. Esse último é o entendimento mais compatível com o conceito de desenvolvimento sustentável. É também o entendimento implicitamente aceito neste trabalho.

Analisando as propostas que entendem que a empresa tem uma responsabilidade social muito mais ampla que gerar lucro, verifica-se que há uma grande quantidade de

considerações que podem ser denominadas dimensões da responsabilidade social, a exemplo de Ferrell, citado anteriormente. Especificamente em relação às instituições financeiras, pode-se identificar cinco formas de atuação, a saber:

- ✓ Iniciativas voluntárias voltadas às ações filantrópicas;
- ✓ O uso responsável dos recursos internos da instituição;
- ✓ Políticas de avaliação sócio-ambiental para concessão de crédito;
- ✓ Fundos de investimentos sustentáveis;
- ✓ Investimentos em projetos sustentáveis.

É necessário verificar se as instituições financeiras estão praticando pelo menos uma das atuações elencadas acima, o que será comprovado no estudo dos casos. Qualquer uma destas ações, é preciso empenho por parte das instituições, pois exige uma mudança de controle e atitudes por parte dos seus dirigentes, já que trata-se de conceitos incipientes no mercado nacional e que sem dúvida será uma exigência do mercado mundial no futuro e por este motivo é importante que estas empresas adequem-se a estes novos direcionamentos. Todos os *stakeholders* que envolvem uma instituição financeira estão cada vez mais exigentes: querem instituições responsáveis e comprometidas com o social e com o meio ambiente. As ações elencadas acima poderão ser apenas sugestões para aquelas empresas que desejam iniciar alguma ação responsável.

2 METODOLOGIA

O processo de pesquisa aplicado neste trabalho baseia-se no método de pesquisa de Cooper e Schindler (2003), que hierarquiza, ou seja, sequencia os passos de uma pesquisa. Para esses autores, “a idéia de seqüência é útil para desenvolver um projeto e para mantê-lo em ordem à medida que ele se desenvolve”.

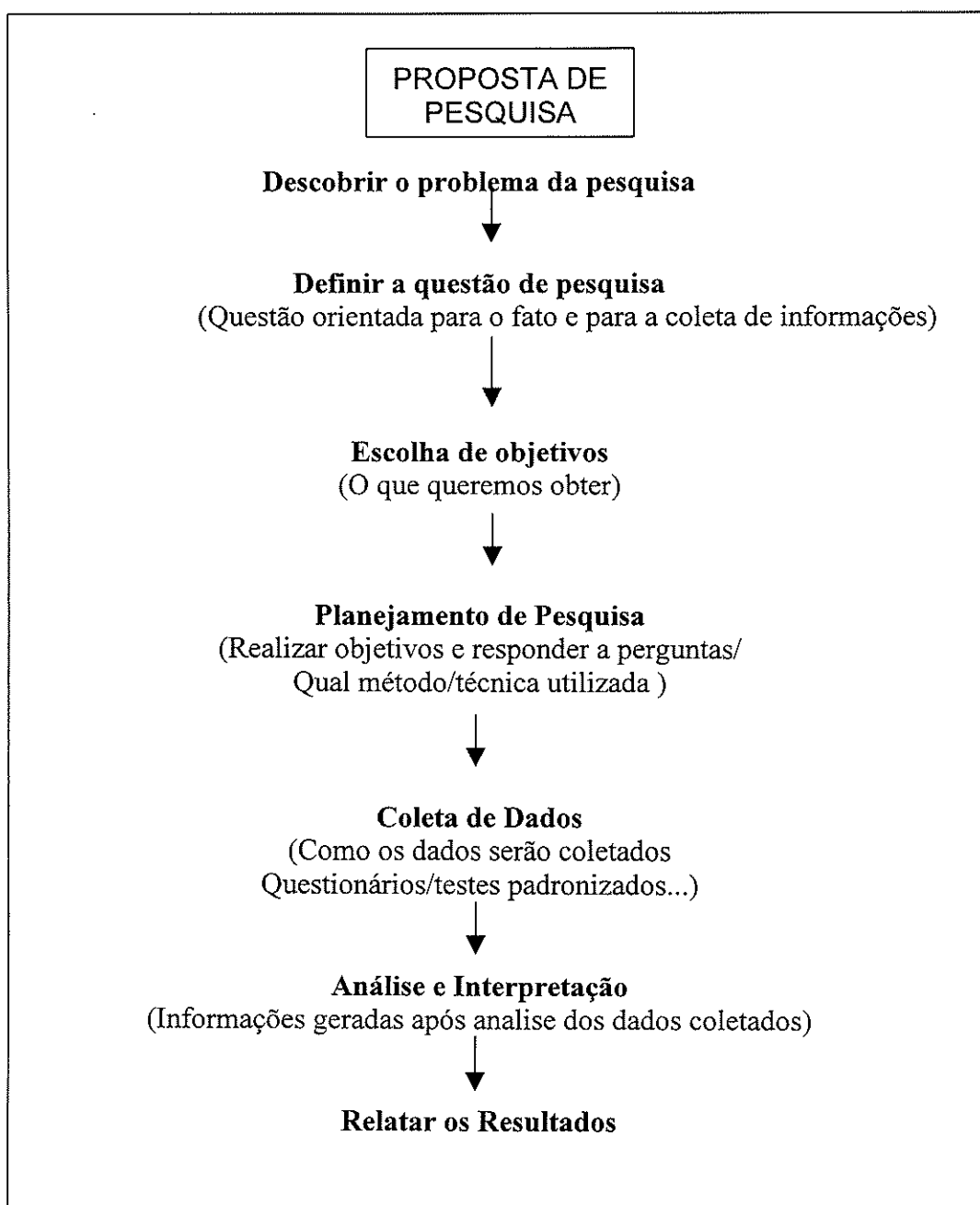


Figura 2.1 – Processo de Pesquisa

Após o problema da pesquisa ter sido definido, escolhe-se a questão e os objetivos da mesma. Com a proposta criada, passamos para o planejamento. Conforme Selltiz (1975, p.59),

um planejamento de pesquisa é a organização das condições para a coleta e análise de dados, de maneira que procure combinar a significação para o projeto da pesquisa com a economia de processo. Disso decorre que os planejamentos de pesquisa variam de acordo com o objetivo da pesquisa.

O autor classifica os objetivos de pesquisa em 4 agrupamentos, a saber:

- ✓ familiarizar-se com os fenômenos ou conseguir nova compreensão destes freqüentemente, para poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses;
- ✓ apresentar precisamente as características de uma situação, um grupo ou um indivíduo específico;
- ✓ verificar a freqüência com que algo ocorre ou com o que se relaciona;
- ✓ verificar uma hipótese de relação causal entre variáveis.

Logicamente, cada estudo tem seu objetivo específico. O objetivo deste se enquadra no primeiro agrupamento que o autor classifica, por se tratar de um estudo através do qual necessitamos conseguir uma nova compreensão e uma descoberta de novas idéias. Para Selltiz (1975, p.59), “o planejamento de pesquisa precisa ser suficientemente flexível, de modo a permitir a consideração de muitos aspectos diferentes de um fenômeno”.

Segundo Yin (2001, p.19), a escolha do método vai depender basicamente de três condições:

O tipo de questão da pesquisa; o controle que o pesquisador possui sobre eventos comportamentais efetivos; o foco em fenômenos históricos, em oposição a fenômenos contemporâneos.

A escolha do método depende de como cada um desses três questionamentos se relacionam com as estratégias de pesquisa. Yin (2001, p.19) identificou cinco estratégias consideradas principais: experimentos, levantamentos, análise de arquivos, pesquisas históricas e estudos de caso.

Os estudos de caso, para o autor, são utilizados para exame de acontecimentos contemporâneos inseridos num contexto real, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos. Ademais, contribui para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, sendo considerada a estratégia mais vantajosa quando se faz uma questão do tipo “como” ou “por quê” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle. Godoy (1995), diz que esse tipo de estudo tem como intenção analisar dada unidade social de forma intensiva. Assim, o pesquisador deve estar aberto às descobertas que surgem no desenvolver do estudo.

O método do estudo de caso obtém evidências a partir de seis fontes de dados. Segundo Yin (2001; p.105), tais fontes são: documentos, registros de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos, sendo que cada uma delas requer procedimentos metodológicos específicos, ou seja:

- ✓ Documentação: é uma importante fonte de dados, podendo ser representada

por cartas, memorandos, agendas, atas, documentos administrativos etc;

✓ Dados arquivados: arquivos de computador, por exemplo, podem trazer informações importantes para um estudo de caso. Podem ser dados de serviços, dados organizacionais, dados de levantamentos, dados pessoais que podem ser usados em conjunto com outras fontes;

✓ Observação Direta: ao visitar o local de estudo, um observador deve estar preparado para coletar evidências e fazer observações. Pode-se utilizar mais de um observador para comparar resultados;

✓ Observação Participante: é um tipo especial de observação onde o observador deixa de ser passivo e pode assumir várias funções no estudo de caso, participando ou não dos eventos que estão sendo estudados;

✓ Artefatos físicos: os artefatos físicos e culturais podem ser utilizados como fonte de evidências em um estudo de caso. Podem ser coletados ou observados como parte de uma visita de campo;

✓ Entrevista: é uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso. As entrevistas podem ser espontâneas, focadas ou um levantamento formal.

Pode-se dizer que para este estudo foram utilizadas as seguintes fontes de dados: documentação, observação direta e entrevistas. A entrevista é considerada a técnica mais flexível de coleta de dados, nela o investigador formula perguntas com o objetivo de obter dados que interessem à investigação. Como a escolha do tipo de entrevista depende do estudo que se pretende realizar, para atingir os objetivos deste estudo as questões foram conduzidas com base no protocolo básico, de forma a manter a espontaneidade do entrevistado (Gil, 1994, p.19). No presente estudo a entrevista foi conduzida de forma focal.

As entrevistas podem ser conduzidas das seguintes formas:

✓ Espontânea: permite que o pesquisador tanto indague respondentes-chave sobre os fatos de uma maneira quanto peça a opinião deles sobre determinados eventos, quando o respondente assume o papel de informante (Yin, 2001, p.112). Esse tipo de entrevista é recomendado para estudos exploratórios, em que não se conhece a realidade, ou então para fornecer uma visão aproximada do problema pesquisado (Gil, 1994, p. 116);

✓ Focal: entrevistas realizadas em curto espaço de tempo, ainda consideradas espontâneas, assumindo o caráter de uma conversa informal, porém o entrevistador segue um certo conjunto de perguntas feitas com base no protocolo de estudo de caso (Yin, 2001, p.113). A utilização desse tipo de entrevista é mais freqüente em situações experimentais, para explorar experiências vividas em condições precisas (Gil, 1994, p. 116);

✓ Levantamento formal: entrevistas que exigem questões mais estruturadas (Yin, 2001, p.113). É desenvolvido por meio de uma relação fixa de perguntas que são aplicadas a todos os entrevistados da mesma forma. As principais vantagens do levantamento formal são a rapidez e a facilidade de análise dos dados, pois as respostas são padronizadas (Gil, 1994, p.118).

As entrevistas foram realizadas de acordo com o roteiro a seguir, ao qual foram acrescentadas novas perguntas quando necessário ao enriquecimento e melhor compreensão das respostas. O roteiro de perguntas utilizado foi:

1) Qual o objetivo das ações filantrópicas para esta instituição?

2) Quais os tipos ou modalidades de ações filantrópicas que a instituição possui?

3) Quais os resultados das ações filantrópicas em número de beneficiados e valores investidos por esta instituição?

4) O banco possui algum projeto de incentivo ou conscientização para a promoção do uso responsável dos recursos internos da instituição como a energia elétrica, os materiais de escritório, seleção do lixo orgânico, etc?

5) O que é feito com o lixo da instituição?

6) A instituição possui algum critério de avaliação sócio-ambiental para analisar a concessão de créditos a seus clientes?

7) Caso não possua nenhuma ação de incentivo a seus clientes, poderia explicar o porquê?

8) Caso a instituição possua alguma ação voltada à análise sócio-ambiental para concessão de crédito, favor explicar quais os critérios utilizados, a quem são aplicados e como são aplicados.

9) Esta instituição possui algum fundo de investimento composto por papéis de empresas sustentáveis?

10) Se a resposta foi *sim* para a questão anterior, qual o objetivo, como e por quê surgiu este fundo?

11) Esta instituição está financiando algum projeto sustentável?

12) Se a resposta foi *sim* para a questão anterior, quais foram os critérios utilizados para o financiamento, quais os benefícios e quais foram os projetos já financiados?

2.1 Análises e interpretação

Segundo Yin (2001, p. 131), após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a análise e interpretação. A análise dos dados consiste em examinar, categorizar e classificar em tabelas. Para o autor existem duas estratégias gerais que podem ser utilizadas na análise dos dados: a primeira é acompanhar a base teórica que levou ao estudo de caso, pois os objetivos e o projeto originais do estudo baseiam-se, presumivelmente, em proposições como essas, que, por sua vez, refletem o conjunto de questões da pesquisa, as revisões feitas na literatura sobre o assunto e as novas interpretações que possam surgir; a segunda, não muito indicada, é a estratégia de desenvolver uma estrutura descritiva para organizar o estudo de caso.

Nas afirmações de Marshall e Rossman (1999, p. 150) a análise de dados é o processo de ordenar, estruturar, e interpretar os dados coletados. Os procedimentos típicos de análise são compostos de seis fases:

- ✓ Organização dos dados: através da leitura e releitura o pesquisador se familiariza com os dados, e durante esse processo ele vai listando os dados disponíveis;
- ✓ Criação de categorias, temas e padrões: o processo de geração de categoria envolve notar os padrões evidentes nas colocações expressas pelos participantes. À medida que categorias de significado emergem, o investigador procura aquelas que têm convergência interna e divergência externa;
- ✓ Codificação dos dados: é a representação formal do pensamento analítico. O trabalho intelectual de análise visa gerar categorias e temas. O investigador aplica algum esquema de codificação para que essas categorias e temas sejam marcados através dos códigos;

✓ Teste dos entendimentos emergentes: é a avaliação dos dados quanto à utilidade e centralidade. Nesta fase o investigador determina a utilidade dos dados diante das perguntas que são exploradas e se eles são centrais à história que está se desdobrando sobre o fenômeno social;

✓ Procurar explicações alternativas: explicações alternativas sempre existem, cabe ao investigador procurar, identificar e descrever essas possibilidades, para depois demonstrar como a explicação oferecida é a mais plausível de todas;

✓ Escrever o relatório: é um processo que acontece em conjunto com a análise dos dados. Na verdade é o centro do processo, pois as palavras escolhidas vão resumir e refletir a complexidade dos dados.

Cada fase de análise de dados depende da perspicácia do pesquisador na interpretação das palavras e atos dos participantes, trazendo significado ao estudo. Na análise dos dados coletados nesta pesquisa procuramos seguir as seis etapas estabelecidas pelos autores.

2.2 O Protocolo

Conforme Yin (2001, p. 89), “o protocolo é uma das táticas principais para se aumentar a confiabilidade da pesquisa de estudo de caso e destina-se a orientar o pesquisador ao conduzir o estudo de caso”. O protocolo deve apresentar as seguintes seções:

✓ *Uma visão geral do projeto de estudo de caso*: informações prévias sobre o projeto. Esta seção refere-se à parte introdutória de cada caso contendo nesta parte informações gerais sobre as instituições, para efeito de conhecimento e futuras comparações,

e o objetivo que será estudado, ou seja, se possuem atuações voltadas ao desenvolvimento sustentável e o porquê.

✓ *Procedimentos de campo*: dados coletados de pessoas e instituições existentes e não dentro dos limites controlados de um laboratório, biblioteca ou limitações de um rígido questionário. É integrar acontecimentos do mundo real às necessidades do plano traçado para a coleta de dados. Logo, o pesquisador não controla o ambiente da coleta dos dados. Pode-se dizer que isto ocorre no momento em que o pesquisador tem acesso aos locais de estudo de caso, aplica o questionário, obtém informações ao colher materiais das instituições como procedimentos e jornais internos, observa os funcionários, o ambiente de trabalho, etc.

✓ *Questões do estudo de caso*: são questões que o pesquisador deve manter em mente ao coletar os dados. São como lembretes para não esquecer das informações a coletar e os motivos no momento da coleta dos dados. Isto é para manter o pesquisador no caminho correto sem desviar-se à medida que a coleta avança.

✓ *Guia para o relatório do estudo de caso*: resumo, formato de narrativa e especificação de quaisquer informações bibliográficas e outras documentações. Conforme o autor, esse elemento geralmente não se encontra presente na maioria dos projetos de estudo de caso, pois o pesquisador direciona o estudo para o público a que se destina e que normalmente já é conhecedor da pesquisa. Porém, um resumo sempre deve ser realizado e nesta pesquisa esta etapa ocorre na revisão bibliográfica.

Conforme o autor, um protocolo para o estudo de caso é mais que um instrumento, pois contém procedimentos e regras gerais que devem ser seguidas. É essencial em estudos de múltiplos casos, para aumentar a confiabilidade da pesquisa e orientar o pesquisador.

2.3 Estudo de Casos Múltiplos

Os estudos de casos múltiplos, também conhecidos como estudos comparativos, pertencem à mesma estrutura metodológica dos estudos de casos únicos. Segundo Herriott & Firestone (apud Yin, 2001, p.68) “as provas resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como sendo mais robusto”.

Para este tipo de estudo é necessário desenvolver a teoria, demonstrar os casos e em seguida passar para o processo de planejamento e coleta de dados. Na figura 2.2 está esquematizado o método de estudo de caso múltiplo.

Para Yin (2001 p.69), cada caso deve consistir em um estudo completo, em que se procuram provas convergentes para os fatos e conclusões do caso. As conclusões de cada caso são as informações necessárias para os estudos comparativos.

Os estudos de casos ainda podem ser denominados como *incorporados* ou *holísticos*, conforme esclarece o mesmo autor. Para que um estudo seja incorporado, este deve conter mais de uma unidade de análise dentro de um único caso, ou seja, há mais de um projeto, subunidades ou análises individuais dentro de um único caso. Os estudos de casos holísticos são de natureza global, ou seja, há apenas uma situação no estudo de caso, além de permitir ao pesquisador visualizar o caso por inteiro. Para este último tipo de caso não é possível examinar fenômenos específicos, serve somente para o estudo de caso incorporado. O presente estudo enquadra-se nos conceitos de estudo múltiplo incorporado.

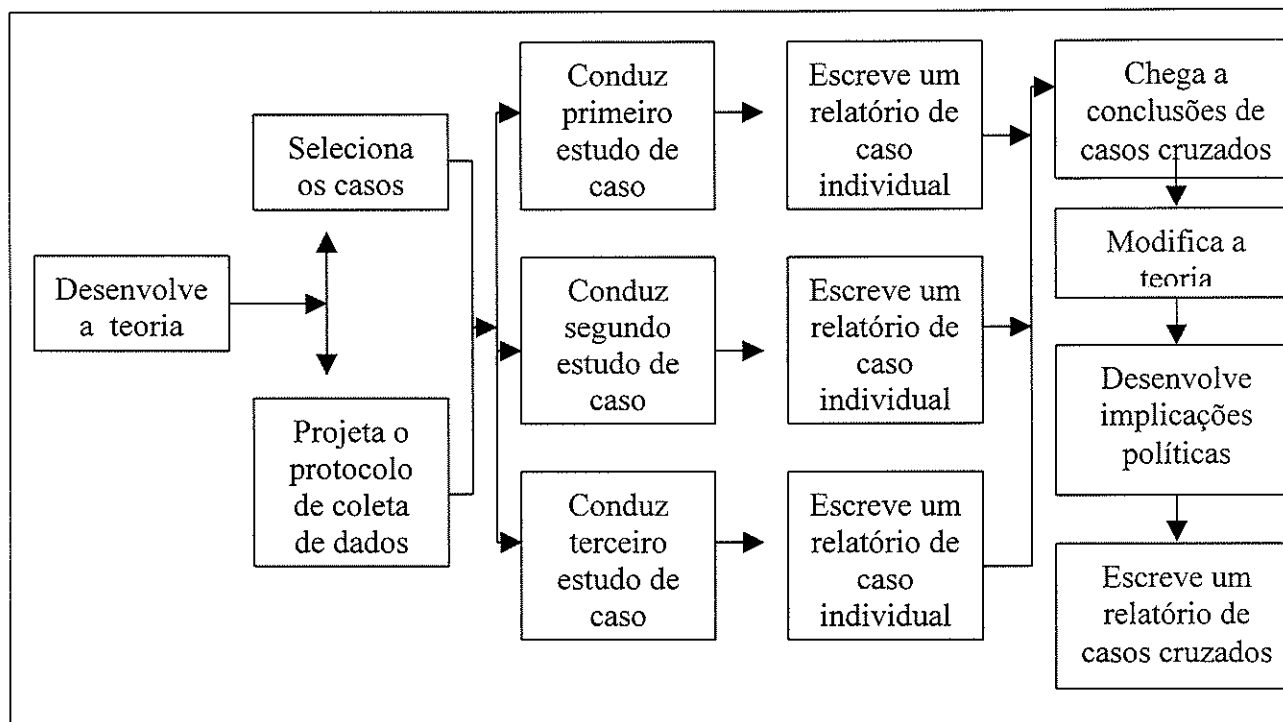


Figura 2.2 – Método de estudo de casos múltiplos
 Fonte: Yin, 2001, p.73.

No próximo capítulo serão apresentados os casos das três instituições financeiras pesquisadas: o Banco Real, que se mostra atuante em todas as áreas em que isso é possível; o Banco Bradesco, que foca a sua atuação em apenas uma área, porém com investimentos altamente compensadores; e o Unibanco, que embora também possua apenas uma área de atuação, mostra-se interessado e reconhece a fundamental importância da aplicação de tais iniciativas, possuindo, inclusive, projetos para o atual ano que objetivam aplicar os conceitos aqui tratados em outras áreas.

Para a realização deste estudo foi usada a entrevista como instrumento fundamental de fonte de dados, além da documentação obtida junto às empresas pesquisadas e a observação direta por meio de visitas às mesmas, com a finalidade de obter um maior número de informações possíveis para que a abrangência deste estudo fosse completa.

3 ESTUDO DOS CASOS

Os estudos de caso a seguir foram formulados a partir das coletas dos dados: documentações concedidas pelos bancos, observação direta e entrevistas.

A entrevista foi concedida por um representante de cada uma das instituições que serão citadas oportunamente.

Foi elaborado um texto dissertativo para cada um dos casos, reunindo todas as informações obtidas através das fontes de dados. Para cada caso estudado será feita uma apresentação contendo os dados cadastrais das instituições para efeito de conhecimento e comparação entre os bancos estudados, pois como se trata de resultados financeiros as informações são muito complexas. Todos esses dados são do período que encerrou em dezembro de 2002.

Será observado se as instituições financeiras possuem alguma daquelas cinco atuações de responsabilidade social elencadas no capítulo 1, quais sejam: iniciativas voluntárias voltadas às ações filantrópicas; o uso responsável dos recursos internos da instituição; políticas de avaliação sócio-ambiental para concessão de crédito; fundos de investimentos sustentáveis e investimentos em projetos sustentáveis.

Objetiva-se identificar se as instituições financeiras ora pesquisadas, consideradas as maiores do segmento no Brasil, se estão agindo conforme poderiam e se estão utilizando seus potenciais. Isto porque, como já descrito, a instituição financeira é uma poderosa agente de mudança no mercado de um modo geral, possuindo papel importante no fomento do desenvolvimento sustentável.

3.1 Banco Real (ABN AmroBank)

O Banco Real é um banco internacional que está presente no Brasil há 85 anos. No mercado internacional atua em mais de 60 países. É composto por cinco empresas: ABN Amro Bank, Banco Real, ABN Amro Asset Management , BANDEPE e a companhia de seguros Real Seguros.

O banco possui 5,6 milhões de clientes no Brasil, com 4,9 mil pontos de venda ou agências, sendo 2,7 mil pontos próprios. A fim de atender a toda esta demanda o banco possui 23 mil funcionários. Para que se tenha alguma noção acerca de seu resultado financeiro, já que os dados sobre este aspecto são diversos, basta ter conhecimento de seu lucro líquido: R\$ 1.208 milhões, encerrado em 31 de dezembro de 2002.

Ao valorizar as empresas que praticam a responsabilidade social e ambiental, o banco acredita estar incentivando um número cada vez maior de empresas a caminhar nesta direção. Segundo comentários do entrevistado, Sr. Christoffer Wells, que é assessor responsável pela área de iniciativas voluntárias da instituição, “uma instituição nunca irá bem se a sociedade na qual está inserida não estiver bem”. Com base neste simples conceito o banco empenhou-se na implantação e desenvolvimento da responsabilidade social praticamente em todas as áreas possíveis, dentro e fora da instituição, do funcionário ao cliente.

3.1.1 Ações Filantrópicas

As áreas de educação e cidadania são as prioridades do banco, em termos de ações filantrópicas.

Conforme o *site* do Banco Real, o objetivo de sua atuação na área social é a construção de soluções que causem impactos positivos à comunidade, contribuindo assim, para a transformação da realidade social do país.

O representante do banco diz ainda privilegiar a parceria com seus funcionários, terceiro setor, governo e empresas, estimulando a interação entre eles. “Não se trata simplesmente de fornecer recursos, mas de compartilhar visão, valores, sonhos, conhecimentos e experiências com o objetivo de implementar projetos voltados para a promoção do desenvolvimento social”.

O banco não divulga o balanço social e não informou os valores investidos em ações filantrópicas. A instituição está trabalhando para que no final deste ano de 2003 já possua algum relatório sobre estes números. As principais ações filantrópicas do banco são as seguintes:

✓ Instituto Escola Brasil

A iniciativa já tem quatro anos de atuação e possui mais de 80 mil crianças beneficiadas com o projeto. Atualmente, 11 pessoas trabalham no instituto para oferecer suporte a cerca de 3.100 voluntários no projeto.

Tudo iniciou com uma iniciativa espontânea de um grupo de funcionários do departamento de “Consumer Finance” do banco. Atualmente o projeto está aberto à participação de todos os funcionários do banco, que arrecadam fundos e recebem apoio da instituição através da manutenção de toda a estrutura do Instituto. Os funcionários pagam os custos com a mão-de-obra organizando festas beneficentes, vendendo produtos artesanais ou com doações. A mão-de-obra é utilizada para a reforma de quadras, promoção de torneios, atividades recreativas e oficinas com os pais.

Para o Banco, a participação de seus funcionários na Escola Brasil é positiva porque desperta a formação de equipes e lideranças.

Não só os funcionários levam suas experiências e dedicação para as ações, como também são "alimentados" com satisfação e experiência pessoal, através do exercício do voluntariado.

As principais ações do Instituto Escola Brasil são:

- Construção de 15 quadras;
- Reforma de 46 quadras;
- Construção de 4 áreas recreativas;
- Compra de 726 uniformes;
- Organização de 169 jogos;
- Aquisição de 4.099 bolas.

Principais atividades desenvolvidas:

- Clínicas - palestras voltadas para professores de educação física, com profissionais da área, para a troca de experiências e capacitação dos mesmos;
- Evento Paz e Filhos - dia de integração de pais, filhos e escola, com oficinas de arte, música e teatro, esportes e cirandas da paz;
- Palestra - encontros sobre higiene, reciclagem, lideranças, administração de recursos, economia doméstica, drogas e sexualidade;
- Festivais - eventos de esporte, arte ou cultura sem caráter competitivo, com jogos, clínicas e participação dos pais;
- Sistema Integrado de Artes - projeto pedagógico fundamental que integra música, teatro, artes plásticas, literatura e dança;
- Poesia Viva - projeto que tem como objetivo capacitar os professores para levar a poesia para a sala de aula.

✓ **Trilha dos Ladrilhos**

A trilha de ladrilhos é uma ação de revitalização e reurbanização de espaços urbanos que estejam degradados, em estado de má conservação, ou que estejam precisando adquirir “novos ares”.

Esta ação, desenvolvida em parceria com a ONG Cidade Escola Aprendiz, especializada em educação, utiliza uma metodologia educacional que busca incentivar o exercício da cidadania e o resgate de uma relação saudável entre o cidadão e o espaço urbano.

A primeira ação realizada pelo Banco Real foi na calçada próxima à sede do Banco, em São Paulo, entre a Alameda Rio Claro e a Avenida Paulista. Os azulejos utilizados no novo espaço foram pintados por funcionários e pedestres, durante oficinas promovidas pelo Banco. Alguns desses azulejos formam uma trilha na calçada da Paulista, ligando a sede administrativa do banco a uma escola pública, que conta com trabalho voluntário de um grupo de funcionários.

✓ **Talentos da Maturidade**

Há cinco anos o Concurso Talentos da Maturidade tem o objetivo de estimular os idosos a se manifestarem artisticamente, além de promover uma maior reflexão sobre o tema na sociedade.

O projeto foi instituído pelo Banco Real em 1999, em homenagem ao Ano Internacional do Idoso. Nas quatro edições anteriores, o concurso recebeu mais de 48 mil inscrições e a expectativa para 2003 é de ampliar o interesse pela participação.

O concurso contempla cinco categorias e premia, em ordem de igualdade, os cinco melhores trabalhos de cada categoria: Artes Plásticas, Música, Literatura (conto e poesia), Programas Exemplares e Monografia

A categoria Programas Exemplares traz os melhores programas voltados para o público idoso, sejam eles desenvolvidos por organizações governamentais ou não governamentais, por voluntários, pelo setor privado, por entidades de ensino ou por asilos, visando assim identificar e multiplicar o que vem sendo feito com qualidade, para o benefício do idoso no país.

Já a categoria Monografia, aberta a pessoas de qualquer idade, desde que com nível superior completo ou em curso, premia os melhores estudos sobre temas recorrentes ao idoso.

✓ **Brincando na Rede**

O objetivo é oferecer um espaço na internet para que crianças de 5 a 12 anos possam usufruir a rede de maneira construtiva e orientada à educação. Com esse objetivo foi criado, em abril de 2001, o Brincando na Rede. A principal característica que o *site* da instituição financeira ressalta é a formação de uma comunidade infantil que envia piadas, enigmas, desenhos, sugestões para desenvolvimento de contos e outras contribuições.

Mensalmente são recebidas mais de mil colaborações selecionadas uma a uma, segundo critérios éticos e de respeito ao próximo. Antes da publicação, as contribuições aceitas são revisadas para se adequarem à norma culta da língua portuguesa. Os pais são sempre informados sobre a participação de seus filhos no *site*, por meio de um serviço de aviso via e-mail. A criança se diverte, interage e aprende nesta área de recreação virtual.

Eis algumas ações de divulgação do *site* nas escolas:

- Apresentações do *site* em formato de aula em laboratório de informática. Em 2002 foram visitadas 40 escolas na cidade de São Paulo. Até julho de 2003 serão abordadas mais 15;
- Encenação em 12 escolas da capital paulista de uma peça de teatro baseada em uma história chamada "O Canto do Conto" - canal do *site* em que as crianças ajudam o escritor a escrever a história.

Resultados alcançados:

- Aproximadamente 3.600 crianças cadastradas até fevereiro de 2003;
- Acessos mensais ao *site* chegam perto de 7.500;
- Meninos e meninas enviam mais de mil e-mails por mês.

✓ **ADD Training**

Cursos de capacitação profissional para portadores de deficiência, em parceria com a ADD - Associação Desportiva para Deficientes.

Como parte de sua contribuição para a formação profissional de pessoas portadoras de deficiência, o banco patrocinou a montagem de uma sala e colabora na manutenção mensal do *ADD Training*.

O *ADD Training* é uma divisão da ADD - Associação Desportiva para Deficientes, voltada à capacitação profissional do portador de deficiência física, com o objetivo de possibilitar a sua participação produtiva na sociedade. Os cursos são gratuitos, tendo em média a carga horária de 40 horas/aula.

São oferecidos cursos de Informática Básica (Windows, Word, Excel, Internet e PowerPoint), Internet, *Office*, *Corel Draw*, HTML e, futuramente, cursos de Produção Gráfica, Manutenção de Micro, Linguagem de programação, Teleprocessamento, Data Base Marketing e Adobe/Page Maker e Idiomas.

✓ **Amigo Real**

O Amigo Real é um programa que visa estimular os nossos funcionários para a destinação ou doação de recursos aos Fundos Municipais da Infância e Adolescência. O Programa pretende contribuir para o alcance de um objetivo importante para a sociedade brasileira: a criação de condições que assegurem vida digna e oportunidades de pleno desenvolvimento para todas as crianças e adolescentes.

A prioridade deste programa é o acesso a uma boa educação, entendendo ser esta uma condição de proteção dos perigos da pobreza, do trabalho ilegal, do trabalho doméstico excessivo, da exploração sexual e de outros fatores restritivos.

✓ **Atividades Culturais**

O Banco Real prestigia as atividades culturais e atribui a elas um papel importante na preservação da história do país e na difusão da cultura. Entre as suas atividades culturais, o Banco possui dois focos principais: o primeiro é o da restauração e manutenção de museus e acervos, como forma de resgatar, permanentemente, o legado cultural ao qual a população pode ter acesso.

O segundo foco é o de realização de exposições próprias, que podem prestigiar autores, movimentos e até a história oral.

✓ **Banco na Escola**

O Banco na Escola é uma iniciativa que oferece um conjunto de métodos e processos para tornar a administração do dinheiro público em escolas mais eficiente. Com isso, a escola gerencia melhor os recursos que possui para administrar sua rotina e pode fazer seu orçamento valer mais, agregando valor à comunidade.

A iniciativa tem como base a participação e a capacitação de todos os atores sociais envolvidos: diretores, professores, pais e alunos. Tudo isso para estimular e ampliar a atuação dos mesmos na gestão dos recursos destinados à educação com o exercício da cidadania.

Para o Banco Real, auxiliar as escolas nessa tarefa é uma chance de compartilhar com a comunidade sua principal experiência: a gestão de recursos, através da participação de seus funcionários como voluntários do projeto.

A capacitação dos diretores, professores, funcionários, pais e alunos para a utilização das ferramentas é feita pela ONG Oficina de Idéias, e pelos funcionários voluntários dos bancos/instituto parceiros.

O programa foi lançado em maio de 2000 por nove bancos internacionais e, atualmente, é mantido com recursos financeiros e voluntariado corporativo das seguintes Instituições:

- Banco Real ABN Amro Bank;
- BBVA Banco;
- Citibank;

- Fundação BankBoston;
- JP Morgan;
- Lloyds TSB
- Merrill Lynch;
- Instituto Credicard.

O projeto Banco na Escola começou em 51 escolas da Zona Leste de São Paulo, com 265 voluntários.

✓ **Universidade Solidária**

O Banco Real em parceria com a Universidade Solidária - Comunidade Solidária, estimula universitários ao desenvolvimento de projetos sociais em comunidades carentes, de acordo com temas do Prêmio Banco Real Universidade Solidária.

A mobilização das universidades contribui para a melhoria das condições sociais das comunidades e para o desenvolvimento dos estudantes. Os projetos inscritos pelas universidades são avaliados por um comitê formado por especialistas, que escolhe os cinco melhores projetos.

Estes são premiados pelo Banco com R\$ 20 mil, com o objetivo de apoiar a criação, de forma a promover o desenvolvimento local, integrado e sustentado nas comunidades pobres do país. Os vencedores do prêmio nas edições 2001 e 2002 são :

VI Prêmio Banco Real Universidade Solidária – 2001

- UNICSUL / SP - "Promoção da saúde e qualidade de vida na comunidade de Água Vermelha". O eixo deste projeto é transformar o espaço da favela Água Vermelha, por meio da geração de renda, atividades culturais, promoção da saúde e criação do espaço livre de lazer.

- UNIGRANRIO / RJ - "Promovendo a saúde no contexto da escola cidadã". O objetivo do projeto é implementar no Parque Vila Nova, Duque de Caxias - RJ, ações referentes à promoção da saúde, estilo de vida, meio ambiente, bem como capacitação profissional de jovens em situação de primeiro emprego e mulheres chefes de família.

- UFSCAR / SP - "Construindo ações de saúde e qualidade de vida para diversas gerações: uma experiência interdisciplinar". Este projeto se propõe a desenvolver ações na saúde, em duas cooperativas populares existentes em dois bairros de São Carlos, SP. Já existem discussões sobre saúde no trabalho. Outros temas serão saúde e qualidade de vida da criança e do idoso (envolvendo os cooperados, suas famílias e a comunidade local), com metodologia participativa.

- UFRPE / PE - "Reciclar, reutilizar, reduzir o lixo = comunidade saudável". Tem como objetivo contribuir para a reutilização, redução e reciclagem do lixo, com o objetivo de promover saúde e qualidade de vida, através do combate aos fatores de risco à saúde. Também visa estimular a geração de renda e promover a inserção de jovens e crianças que se encontram em situação de risco, em projetos sociais.

- UNIMEP / SP - "Alinhavando sonhos, costurando esperanças: cooperativa de costura das mulheres do Jardim Oriente". O Projeto espera cooperar para a estruturação do processo cooperativo de mulheres no Jardim Oriente, em Piracicaba. O objetivo é dar

continuidade ao resgate da auto-estima, contribuir para a saúde mental e emocional, identificar modalidades de trabalho remunerado e capacitar para a construção de uma organização coletiva e cooperativa do trabalho.

VII Prêmio Banco Real Universidade Solidária – 2002

- UNICSUL/SP – "Transformando o Espaço do Jardim Popular". Cursos de saúde, qualidade de vida e qualificação profissional no Jardim Popular, na Zona Leste de São Paulo. Também está previsto criação de biblioteca, jardim, horta e viveiro comunitários.

- USC/SP - "Mel e Vida - Apicultura e Qualidade de Vida nos Assentamentos". Curso de apicultura, fornecimento de material de trabalho e apoio para assentados da cidade de Araguacema, em Tocantins, que queiram se tornar apicultores.

- UNIVAP/SP - "Inclusão Social de Pessoas Portadoras de Deficiências". Palestras, visitas e oficinas para a melhoria da qualidade de vida e saúde de portadores de deficiências físicas em dois bairros de Toledo, cidade do interior de São Paulo.

- UFRPE/PE - "Plantando Saúde - Horta como Trabalho e Terapia". Criação de horta de plantas medicinais e de laboratório de manipulação de fitoterápicos no presídio Professor Aníbal Bruno, em Recife. Os medicamentos serão para uso dos próprios presos.

- UNIVERSO/RJ - "Bem Viver no Lixão de Itaóca". Cursos de geração de renda (pintura em parede e artesanato) e de prevenção de doenças para moradores do bairro de Itaóca, em São Gonçalo (RJ), que sobrevivem do lixo.

O resultado obtido é o envolvimento de 191 faculdades e universidades que já participaram do programa.

✓ **Alfabetização Solidária**

O Alfabetização Solidária, um dos projetos da Comunidade Solidária, é uma ação governamental que tem como objetivo promover a educação e o desenvolvimento sustentado de regiões pobres do país. O objetivo é desenvolver ações direcionadas para a erradicação do analfabetismo no país, com o apoio de universidades públicas e privadas.

O Banco Real patrocina o Alfabetização Solidária desde o ano de 1998. Atualmente, o patrocínio está direcionado para duas cidades baianas, Jitaúna e Nova Itarana.

Resultados alcançados:

- 4.459 alunos alfabetizados e 178 alfabetizadores;
- Em Jitaúna houve redução de 19,84% na taxa de analfabetismo, em 2000. O percentual caiu para 31,90% da população;
- Em Nova Itarana a queda do analfabetismo foi ainda maior: de 21,95%. O total de analfabetos caiu para 32,30%.

Parcerias:

- Universidade Estadual de Santa Cruz;
- Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (IPEP).

O Programa Alfabetização Solidária é gerenciado por uma organização da sociedade civil que, em 6 anos de atuação, atendeu mais de 3,5 milhões de alunos em 2.010 municípios.

✓ **Algumas ações promovidas de revitalização**

- Cristo Redentor – projeto em parceria com a Gerdau, a Prefeitura, a Arquidiocese do Rio de Janeiro, o Ibama e a Fundação Roberto Marinho;
- Memorial do Rio Grande do Sul;
- Museu de Arte Moderna (MAM);
- Museu Ferroviário Vale do Rio Doce - patrocínio da restauração e transformação em museu da antiga estação ferroviária Pedro Nolasco, em Vitória;
- Bairro do Recife - revitalização do mais antigo bairro da capital pernambucana;
- Espaço Cultural Bandepe - restauração e ampliação;
- Barra da Tijuca - recuperação e manutenção dos Jardins da Barra da Tijuca;
- Cruz do Anhanguera - restauração de um dos monumentos do Centro Histórico da cidade de Goiás;
- Pinacoteca do Estado de São Paulo - patrocinou instalação do sistema de refrigeração de uma sala de exposição;
- Casa de Cultura de Israel - patrocínio da construção do Centro Cultural com espaços pedagógicos modernos e tecnologicamente avançados (biblioteca com centro de informações entre espaços de exposição e auditório);
- Alameda Rio Claro - revitalização da alameda ao lado da sede do Banco na Avenida Paulista;

- Ginásio Pernambucano - projeto que viabilizou a recuperação de um dos patrimônios mais importantes do Recife;
- Frans Post - restauração de duas obras do artista que pertencem ao museu do Estado de Pernambuco.

As ações filantrópicas estão diversificadas, abrangendo tanto os incentivos à educação quanto à cultura. Isto exemplifica o que Ferrel (2001, p.68) diz quanto à dimensão filantrópica e à contribuição da empresa na sociedade.

3.1.2 Uso Responsável dos recursos internos da Instituição

O Banco Real acredita que o desenvolvimento sustentável do Planeta depende do uso consciente e responsável dos recursos naturais. Por este motivo incentiva seus funcionários a utilizarem seus materiais (de escritório, refeitório, higiene e tudo que usam na instituição e fora dela) com responsabilidade. O banco quer que seus funcionários consumam conscientemente os recursos naturais, tais como a água, energia, papel, metais entre outros.

O conceito de consumo consciente é o consumo de produtos de forma que a pessoa esteja ciente dos impactos que ela pode causar ao meio ambiente e à sociedade em função do seu estilo de vida. Significa conhecer e entender a origem dos produtos, sua matéria-prima, o processo de produção, a maneira como são comercializados e o que acontece com eles quando utilizados. Este conceito não serve apenas para o uso dos recursos dentro da instituição, mas principalmente fora, no dia a dia de cada funcionário.

O programa que cuida do ambiente interno da instituição chama-se “Ecoeficiência”. Segundo material interno da instituição, esta palavra, etimologicamente, resume o objetivo deste projeto: “Eco” deriva do grego “oikos” que significa “casa”, e “eficiência” que significa a capacidade de obter maior rendimento com mínimo de desperdício, portanto trata-se do cuidado da casa comum de todos os funcionários.

O Programa de "Ecoeficiência" fundamenta-se em três "R":

- redução do consumo de água, energia, papel, plásticos, vidros, cartuchos de impressora, lâmpadas e pilhas;
- reutilização desses materiais, sempre que possível;
- reciclagem desses materiais, sempre que possível.

Com base nos 3Rs foi criado o Programa de Ecoeficiência, com ações voltadas para a redução da utilização de recursos naturais, a coleta seletiva de lixo, a reciclagem e a disposição responsável de resíduos em seis prédios administrativos do Banco Real em São Paulo. O banco dá suporte a seus funcionários para a separação do lixo reciclável, mantendo depósitos de lixo para plásticos, vidros, metais e materiais orgânicos, separadamente. Essa coleta seletiva está em todos os andares, departamentos, estacionamentos e outros pontos.

O primeiro passo para a implantação deste projeto foi investir na sensibilização do público interno sobre a importância da preservação do meio ambiente. Várias palestras ainda são constantemente realizadas sobre:

- Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- Meio Ambiente e Consumo Consciente;

- Uma Conversa em Torno do Lixo.

Além dos lixos seletores, outras ações do Programa de Ecoeficiência são:

- a troca do copo descartável por caneca;
- campanha para reduzir o consumo de água e energia;
- adote um aluno (ação de iniciativa dos funcionários no Instituto Escola Brasil administrado pelo setor de ações filantrópicas do banco).

As instituições que apóiam o banco neste projeto com palestras, novos conceitos, idéias, etc, são:

- Menos Lixo - ONG voltada para a questão do lixo nos centros urbanos
- Instituto Ecoar - ONG especializada em educação ambiental
- Instituto Akatu - ONG voltada para o consumo consciente

Esta forma de atuação prática do desenvolvimento sustentável deveria ser a primeira praticada pelas instituições financeiras, por tratar-se de uma ação interna de conscientização. No entanto, poucas são as instituições que têm essa atitude, conforme se observou durante a pesquisa.

3.1.3 Política de avaliação de risco sócio ambiental

A nova política sobre análise de risco sócio-ambiental para concessão de crédito foi criada no final do mês de julho/2002, com o objetivo de avaliar tanto os aspectos sócio-

ambientais para as novas concessões de crédito quanto as renovações dos contratos já existentes no banco (anualmente). Isto inclui critérios de não estabelecimento de relacionamentos com atividades e setores que não respeitem o meio ambiente e a sociedade.

Esta política de análise de risco sócio-ambiental é um conjunto de medidas que aperfeiçoam a avaliação de operações financeiras de crédito. São aquelas avaliações embasadas estritamente em informações financeiras, como mostrado no capítulo 1.

O Banco avalia os impactos sócio-ambientais (possíveis e reais) das empresas de porte médio, com faturamento anual de até R\$ 20 milhões, e as grandes empresas, com faturamento anual acima de R\$ 20 milhões, que precisam de financiamentos para qualquer finalidade (aumento de capital, compra de maquinários, etc).

A análise para concessão de crédito no banco é executada pelos gerentes de relacionamento da agência onde o cliente possui conta corrente (agências *Corporate* – grandes empresas, e agências *Middle* – médias empresas). Faz-se a avaliação tradicional e, com a ajuda de um questionário, faz-se a avaliação sócio-ambiental (vide anexo D e E).

As agências possuem alçadas para concessões de crédito estipuladas pela matriz do banco, ou seja, o banco limita as tomadas de decisões referentes a empréstimos das agências para que todo valor expressivo passe pelo crivo da diretoria do banco. Por exemplo, uma agência de porte pequeno possui uma alçada para concessão de crédito de 20% do valor do faturamento da empresa X. O valor que estiver fora da alçada da agência deverá ser encaminhado aos analistas de crédito da matriz para análise econômica e a um analista especializado em questões sócio-ambientais, estando apenas ao encargo da agência a responsabilidade pela qualidade das informações a serem encaminhadas à matriz sobre a empresa X, alimentar o sistema com maior precisão possível e defendê-la caso a matriz tenha dúvidas a seu respeito para a aprovação do crédito. O software do banco ajuda os analistas

quanto à pontuação (*credit scoring*) do cliente após lançadas todas as informações para a tomada de decisões.

Na análise executada pelo gerente, além da aplicação do questionário, apura-se a localização do terreno do cliente, condições da estrutura física da empresa e de trabalho de seus funcionários, exige-se contratos, licenças ou certificações de órgãos regulamentadores entre outras peculiaridades, constatando-se, enfim, a veracidade de todas as informações obtidas do cliente.

A análise executada pela matriz utiliza-se os recursos governamentais, como *sites* e publicações sobre empresas, como, por exemplo, a Cetesb, que informa se uma empresa está ou não na lista dos desaprovados ambientalmente.

O banco também definiu alguns elementos que devem ser levados em conta na análise de propostas de crédito de empresas. Os principais itens analisados, de acordo com a política do banco são:

- Trabalho infantil;
- Contaminação do solo;
- Contaminação da água;
- Lixo industrial (disposição de resíduos sólidos);
- Poluição do ar;
- Impacto nas florestas;
- Segurança do trabalho;

- O Banco não atua nos seguintes setores:
- Segmentos que usam trabalho infantil;
- Madeiras de madeira nativa, com exceção das que têm um selo verde ou certificação por auditor externo;
- Extração e fabricação de produtos de amianto;
- Atividades que incentivem direta ou indiretamente a prostituição.

Segundo o entrevistado, os setores que exigem maior atenção quanto às análises de riscos sócio-ambientais e as razões são:

- Indústria de Móveis – desmatamento;
- Embalagens - tratamento de dejetos;
- Papel e Celulose - desmatamento / tratamento de dejetos;
- Construção Civil - desmatamento / respeito às leis trabalhistas;
- Defensivos - poluição das águas;
- Agricultura - uso dos produtos não aceitos / trabalho infantil e escravo e desmatamento;
- Frigoríficos - controle sanitário / tratamento de dejetos;
- Têxtil - tratamento de dejetos;
- Bebidas alcoólicas e tabaco - potenciais danos à saúde;

- Mineração – desmatamento / poluição da água;
- Óleo e Gás - poluição da água;
- Atividade Pesqueira - predatória / danos ao meio ambiente;
- Fabricantes de produtos de higiene e limpeza/ químicos - tratamento de dejetos.

As empresas que tenham riscos identificados ou estejam relacionadas a uma má prática de responsabilidade social corporativa terão esses riscos considerados em seus *ratings*, influenciando assim nos seus futuros negócios com a instituição. Isto pode até mesmo refletir na não continuidade de relacionamento com o banco, o que, conforme declaração do entrevistado, já ocorreu com cinco empresas ex-clientes, que já não possuem mais relacionamento com a instituição por não possuírem uma conduta conforme as exigências mínimas do banco. Desde a criação da política de avaliação sócio-ambiental para concessão de crédito, julho de 2002, cerca de 400 empresas grandes e 500 de médio porte já foram analisadas.

Todos os analistas de crédito e gerentes que atendem empresas são preparados para a aplicação da nova política de concessão de crédito adotada pelo banco. O treinamento conta com a parceria da ONG Amigos da Terra, uma instituição que busca estimular as empresas financeiras a incorporarem questões sócio-ambientais em seus processos de tomada de decisões. Esse programa de capacitação está sempre sendo realizado em toda a rede de atendimento no Brasil, que compreende 2 mil postos e agências.

Este tipo de atuação demonstra um empenho grande do Banco Real em relação ao desenvolvimento sustentável, pois este não consiste apenas em doar ou conscientizar públicos

(interno e externo), mas em estimular seus próprios clientes a atuarem com ações responsáveis.

3.1.4 Fundo de investimento Sustentável

O Banco Real possui o Fundo *Ethical*, que é um fundo de ações composto por organizações listadas nas Bolsas de Valores do país, constituindo uma opção de investimentos para seus clientes. Lançado em 2001, é pioneiro no mercado latino-americano, dedicando-se a aplicações em papéis de empresas com as melhores práticas sociais e ambientais no país.

Este fundo provém de um conceito de "Investimentos Socialmente Responsáveis", ou seja, fundos que são compostos, exclusivamente, por ações de empresas que possuam políticas relacionadas ao meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa. A carteira do fundo é composta por 14 papéis em média, escolhidos entre 200 empresas aproximadamente, que combinam bons resultados financeiros com o conceito de responsabilidade social. Os papéis variam semanalmente de acordo com as oscilações das ações na bolsa de valores.

✓ A Metodologia para a inclusão de empresas para compor o Fundo *Ethical*

Para o administrador compor a carteira dos fundos *Ethical* com as ações que melhor representem potencial de valorização para os investidores é necessário:

- elaborar a análise econômico-financeira, comum a todos os fundos de investimentos;

- analisar o Balanço Social das Empresas, se for um tipo de pesquisa que se consiga realizar a partir de dados públicos;

- analisar as Respostas ao Questionário de Avaliação, especificamente desenvolvido pelo banco na área do *Asset Management*, com o apoio do Instituto Ethos e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

O Questionário de Avaliação foi elaborado para medir o desempenho das empresas para compor o fundo, incluindo os aspectos econômico-financeiros, ambientais, sociais e de governança corporativa. Este questionário é composto por 64 questões e fornece um quadro das práticas corporativas da empresa (vide questionário completo no anexo F). Este questionário subdivide-se nos segmentos de: Desempenho Ambiental, Desempenho Social (comunidade interna e comunidade externa) e Governança Corporativa.

A análise do questionário permite ao gestor dos Fundos *Ethical* e ao analista de investimentos socialmente responsáveis enquadrarem as empresas em determinados níveis, de acordo com a adoção de práticas relacionadas à governança corporativa e responsabilidades social e ambiental para, então, avaliá-las economicamente para uma possível inclusão na composição da carteira dos Fundos.

São automaticamente excluídas do fundo, sem serem analisadas, as empresas dos seguintes setores:

- Fumo;
- Bebidas alcoólicas;
- Energia nuclear;
- Armas e munições;

- Pornografia;
- Jogos de azar.

Após análise das informações obtidas por meio do questionário, as empresas selecionadas passam pelo crivo do Conselho Consultivo do banco (composto por membros independentes com experiência em responsabilidade social, ambiental e governança corporativa que auxiliam o administrador do fundo nessas questões, podendo inclusive sugerir ou vetar alguma ação da aplicação financeira).

Por se tratar de um fundo de investimento com características diferentes dos demais fundos que integram a família de fundos do banco e do mercado, há o apoio de instituições independentes de conceituado renome em responsabilidades social e ambiental e governança corporativa para o desenvolvimento de uma metodologia para os critérios de análise e seleção das ações que irão compor os Fundos *Ethical*:

- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC: no que se refere à governança corporativa;
- Instituto ETHOS: no que se refere à responsabilidade social e ambiental.

Este fundo, portanto, é destinado a qualquer pessoa física ou jurídica que queira aplicar. É um fundo de renda variável, ou seja, sujeita às oscilações da bolsa de valores, mas segundo o banco, é uma aplicação que, embora de risco, está mostrando-se rentável. O banco justifica este fundo alegando que as estatísticas internacionais demonstram que as empresas que adotam essa estratégia são as que apresentam maior rentabilidade.

Esta iniciativa é uma das mais incipientes no mercado, por este motivo ainda é baixa a expectativa quanto à atuação dos bancos nessa área, porém há instituição que a pratica, incentivando o mercado a fazer o mesmo.

3.1.5 Investimentos em projetos Sustentáveis

O banco possui apenas algumas linhas de crédito destinadas ao investimento em projetos sustentáveis. O banco não divulga seus clientes e nem valores já investidos, pois são informações sigilosas.

Investimentos na área Ambiental:

- Gás Natural para Autos - conversão de veículos para uso de combustível menos poluente. Esta linha de crédito possibilita financiar o equipamento para a conversão de veículos a álcool ou gasolina para gás natural veicular - um combustível pouco poluente, que contribui para a preservação do meio ambiente;
- Aquecedores Solares - opção por uma fonte de energia limpa. Esta linha de crédito financia a compra de aquecedores solares, permitindo o aproveitamento de uma fonte de energia limpa e inesgotável;
- BNDES Ambiental – financia, através dos repasses pelo Banco Real, manejo e reflorestamento, além de projetos de saneamento, renovação/manutenção de equipamentos de postos de combustíveis.

Investimentos na área Social:

- Equipamentos e Veículos para Deficientes Físicos - Para adaptação e inclusão da pessoa portadora de deficiência física. Financiamento de veículos adaptados, equipamentos para adaptação de veículos e diversos produtos como: computadores com softwares especiais, equipamentos para a prática de esportes, cadeiras de rodas, próteses diversas para portadores de deficiência física, aparelhos auditivos e muitos outros.

Investimentos na área Educacional

- Cursos de MBA e Pós-graduação – esta linha de crédito possibilita o financiamento de cursos de MBA e pós-graduação nacionais, preparando profissionais para enfrentar os desafios do mercado de trabalho;

- Congressos e Seminários - linha de crédito para médicos e dentistas. Esta linha de crédito exclusiva para financiar a participação de médicos e dentistas em congressos e seminários, com o objetivo de incentivar o aprimoramento e a formação desses profissionais;

- Micros para Professores - incentivo à pesquisa e melhoria do ensino. O objetivo desta linha de crédito é financiar a aquisição de microcomputadores para professores e, dessa maneira, ampliar o acesso à internet, incentivar a pesquisa e a melhoria do ensino em geral. Está disponível para instituições conveniadas.

Nota-se que o Banco Real possui atuação em todas as possíveis áreas elencadas no início deste trabalho. Acredita-se que o Banco Real é a pioneira das instituições privadas na aplicação das questões sócio-ambientais. Pôde-se perceber que esta instituição não só possui interesses em retornos monetários para os casos de práticas filantrópicas (benefício fiscal) mas demonstrou ser uma grande interessada nas práticas sócio-ambientais ainda que não tenham retorno algum, muito o contrário, para a prática de análise de risco sócio-ambiental

para concessão de crédito, o banco afirmou ter perdido clientes, ou seja, prefere sacrificar alguns negócios a favor das questões sustentáveis.

Criou não só um departamento que trata dos assuntos filantrópicos como muitas instituições mas outros departamentos, o de análise de crédito, o de fundo de investimento sustentável com pessoal qualificado a fim de analisar a composição e andamento de sua carteira, o de investimento em projetos sustentáveis e envolveu a todos os funcionários que queiram exercer alguma atividade com orientações a práticas responsáveis fora da instituição nos jornais internos. Até mesmo aqueles que não queriam exercer nenhuma prática acabam o fazendo dentro da instituição pois o banco exige determinadas atitudes responsáveis no uso dos recursos internos da instituição.

Essas ações podem promover um estímulo no mercado, fazendo crescer o empenho das demais instituições em relação ao desenvolvimento sustentável. A seguir será verificada a atuação das outras instituições escolhidas para o estudo.

3.2 Banco Bradesco

O Banco Bradesco S.A., maior banco privado nacional, iniciou suas atividades no ano de 1938, no interior de São Paulo, com o nome de Banco Brasileiro de Descontos, com o objetivo de atender pessoas físicas, o chamado varejo, que não eram bem aceitos pelas instituições financeiras da época. O banco cresceu e atualmente atinge uma das maiores proporções do segmento. Possui 13,8 milhões de clientes e, para atender a toda esta demanda, o banco possui 3.362 pontos de atendimentos. É a maior rede privada do Brasil, com 68 mil funcionários, entre agências e matriz, e também o maior empregador do país.

O banco também possui a maior rede privada de auto-atendimento, com 21.491 máquinas Bradesco Dia e Noite (BDN). Atualmente o banco atende não somente o varejo, embora ainda seja seu foco principal, mas também pessoas jurídicas (pequeno, médio e grande porte) e pessoas físicas (de tomadores de crédito até investidores). Seu faturamento, proporcional a sua estrutura física, é o maior de todas as instituições financeiras, conforme Exame Maiores e Melhores (2003): R\$ 2.023 milhões, encerrado em dezembro de 2003. Outros dados sobre resultados podem ser obtidos no *site* do banco ou qualquer veículo que divulgue os balanços anuais das instituições de grande porte.

O Banco Bradesco, conhecido por sua liderança no mercado financeiro nacional, expressa sua responsabilidade social através da Fundação Bradesco, que possui números tão exorbitantes quanto a instituição financeira.. O fato se deve à participação e posição que ocupa no seu segmento e conseqüentemente seu alto lucro, incluindo todas as empresas do grupo.

Criada em 22 de novembro de 1956, por dotação do Banco Bradesco S.A, a Fundação Bradesco tem sede na Cidade de Deus, em Osasco – SP. Também está presente em

25 dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, através das escolas que constrói, equipa e mantém. Conta com declaração de Utilidade Pública Federal por meio do Decreto nº 86.238, de 30 de julho de 1981, ratificado pelo Decreto de 27 de maio de 1992. Foi declarada de Utilidade Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual nº 6.256, de 9 de setembro de 1961, e de Utilidade Pública Municipal, pelo Decreto nº 7.040, de 11 de março de 1992.

A pessoa que concedeu a entrevista, apoiou a pesquisa e forneceu materiais foi Daniela Sinhorini de Moura, representante da Fundação Bradesco para assuntos acadêmicos e institucionais.

3.2.1 Ações Filantrópicas

O Banco possui uma entidade própria sem fins lucrativos, a Fundação Bradesco, que atende crianças, jovens e adultos através de projetos educacionais. O principal tipo de iniciativa voluntária do banco está voltado à educação e a tudo o que se relaciona com esta área. A missão desta fundação é contribuir para a redução das desigualdades sócio-culturais da população de baixa renda.

Atividades Voluntárias

O banco possui algumas ações voluntárias, como contribuições ao Teleton - AACD, para onde destinou em 2001 a quantia de R\$ 12.703.030,62. Todos os anos o banco colabora com este evento.

No setor ambiental sua participação é esporádica. Possuem alguns históricos, mas não significa uma atuação contínua. Um exemplo foi sua participação na campanha de reflorestamento da Mata Atlântica em 2001, em parceria com a ONG SOS Mata Atlântica, destinando 500 mil mudas. Desde 1993, o banco destina a esta ONG parte da anuidade recebida dos cartões de crédito vendidos a seus clientes, gerando um valor de R\$ 5 milhões, de janeiro de 2000 a dezembro de 2001 (dados de 2002 ainda não foram apurados). Na região do Paraná foram restaurados 15,5 mil metros quadrados de mata, com a participação de mais de 1.200 alunos da própria Fundação Bradesco.

Outros projetos para os quais o Bradesco contribuiu:

- Restauração da Catedral da Sé, em São Paulo;
- Restauração da Basílica de Aparecida;
- Reforma do Teatro Carlos Gomes em Santa Catarina;
- Restauração da igreja São José de Ribamar em Minas Gerais;
- Restauração da Casa de Cultura de Israel em São Paulo.

Na área cultural, o banco apoiou diversos shows, festas, feiras, exposições, etc, tais como:

- Festa da Uva em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul;
- Reforma do Museu de Arte Moderna e o Museu de Arte de São Paulo (Masp);
- Apoio a instituições como a Apae e a AACD: incentivo a crianças deficientes e à cultura;

- Parceria com a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, para a produção do seriado infantil Ilha-Rá-Tim-bum;

- Parcerias em exposições, como a amostra do Egito Faraônico, Reina Sofia Século XX (pinacoteca de São Paulo), Coleções do Moderno, no Rio de Janeiro; divulgações de trabalhos de diversos artistas plásticos para diversos públicos em vários locais do país;

- Apoio a várias peças teatrais;

- Participação na Bienal do Livro em São Paulo e Rio de Janeiro;

- Programa de estímulo aos esportes: escolas e competições – projeto BCN – voltado para o basquete e vôlei.

Uma atitude que o banco tem procurado aperfeiçoar a cada ano, pois atualmente ainda não se apresenta íntegra e contínua, é exigir de seus fornecedores alguma contribuição social. Com cerca de 3.500 fornecedores, o banco procura exigir o cumprimento das leis relacionadas ao meio-ambiente e ao trabalhador. Para tanto buscam saber se:

- há política de contratação de adultos e menores de idade;

- a empresa recebe algum tipo de incentivo fiscal;

- há política de contratação de portadores de deficiência física;

- desenvolvem algum tipo de projeto social na comunidade;

- possuem certificado de qualidade baseado nas normas ISO 9000 ou ISO 14000;

- a empresa possui algum sistema de gestão ambiental;

- possuem licenças operacionais de órgãos públicos (dependendo de seu segmento).

Educação na Escola

Nas zonas urbanas ou rurais, as Unidades Escolares da Fundação Bradesco estão situadas em comunidades com acentuada carência educacional e assistencial. Exatamente por isso, os alunos da Educação Básica recebem, além do ensino, cuidados integrais: alimentação, material escolar, uniforme e assistência médica e odontológica. Tudo de forma gratuita.

Em 2002, foram atendidas 103.322 pessoas, num investimento de R\$123,307 milhões/ano. Desse total, 48.456 participaram da Educação Básica, incluindo a Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio e Educação Profissional Técnica. Os demais alunos cursaram a Educação de Jovens e Adultos (via Teleeducação) e as mais de 176 opções de cursos oferecidas em Educação Profissional Básica.

O índice de aprovação no Ensino Fundamental e Médio tem sido significativo: 96,1% nos últimos seis anos e 95,6% em 2002. Outro ótimo resultado da Fundação é a baixa evasão: média de 2,8% nos últimos seis anos e 2,8% em 2002. Nos poucos casos em que ocorre, ela se deve à mudança da família para outro município, não representando necessariamente o abandono da escola.

Dos 103.322 alunos, 9.307 são funcionários e filhos de funcionários da Organização Bradesco (9,61%). Os 94.015 alunos são pessoas pertencentes à comunidade local (90,99%).

a) Educação Básica

Considerando a importância de experiências significativas desde a primeira infância, a Educação Básica para a Fundação Bradesco tem o intuito de contribuir para o processo de aprendizagem das crianças e adolescentes, implantando práticas educativas que promovam a ampliação das condições necessárias ao desenvolvimento integral dos alunos. Compreende os seguintes segmentos:

– Educação Infantil

A Educação Infantil por ser considerada a primeira etapa da Educação Básica. O trabalho nela desenvolvido promove a formação da identidade e a autonomia das crianças, oferecendo-lhes materiais didáticos e espaços que favoreçam a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de atitudes e o saber fazer.

O trabalho da Fundação Bradesco também procura proporcionar vivências em que se construam regras de convívio na organização de projetos singulares e diversos. O professor é o mediador da relação do aluno com o conhecimento, intervindo como pesquisador no dia-a-dia da sala de aula e transformando constantemente sua ação educativa.

O respeito e a afetividade orientam as relações professor-aluno, aluno-aluno e escola-comunidade, permitindo ao grupo fazer escolhas, opinar sobre assuntos e formar uma concepção cidadã das diferenças.

– Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental da Fundação Bradesco propicia aos alunos a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos nos diversos componentes curriculares, sempre

com a preocupação de incluir temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Sexualidade, Trabalho e Consumo.

Enfatizando a interdisciplinaridade e a contextualização, há a execução de projetos de trabalho que se materializam em intervenções na realidade, tais como feiras, mostras culturais, exposições, estudos do meio e publicações, entre outros.

Nesse sentido, valoriza-se a competência da aplicação criativa e significativa dos conhecimentos tanto em múltiplas e diferentes situações escolares quanto em diversas situações cotidianas. E o mais importante: todas essas questões são aprofundadas até a finalização da Educação Básica.

– Ensino Médio

Essa formação alicerça-se em dois princípios pedagógicos fundamentais que a Fundação Bradesco estabeleceu: contextualização e interdisciplinaridade. Tudo com vistas a uma aprendizagem significativa e não-fragmentada de todos os conteúdos desenvolvidos: atitudinais, procedimentais e conceituais.

Na Fundação Bradesco, além da base nacional comum, fazem parte da grade: Fundamentos de Filosofia e Sociologia; Gestão de Negócios e Tecnologia. Vale ressaltar, por fim, a preocupação da relação teoria/prática para compreensão dos processos produtivos e a importância do trabalho na consecução do currículo.

Com essa formação, os alunos adquirem as condições necessárias para fazer escolhas: prosseguir seus estudos na Educação Profissional de Nível Técnico, em nível acadêmico, ou inserir-se no mercado de trabalho.

A Fundação Bradesco, em consonância com o novo modelo de ensino técnico vigente no país, preparou-se institucionalmente, estruturou os novos currículos dos cursos técnicos, considerando, sobretudo, as demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade dentro de uma perspectiva inovadora.

A partir das áreas profissionais de Agropecuária, Gestão e Informática, vários cursos foram organizados e têm sido oferecidos de acordo com necessidades das regiões nas quais as escolas estão localizadas.

A estrutura curricular desses cursos procura assegurar uma estreita relação entre a prática de trabalho, o conhecimento teórico e a cidadania, com a meta final de formar indivíduos criativos, produtivos, empreendedores e conscientes da importância da aprendizagem contínua.

Ao proporcionar aos alunos, em geral oriundos de classes sociais menos favorecidas, a participação em cursos cujos currículos propiciam a inserção e a reinserção no mercado de trabalho, a Fundação Bradesco possibilita uma travessia mais digna para o emergente e mutável mundo profissional.

c) Educação de Jovens e Adultos

Com o objetivo de estender a oportunidade de escolarização a uma faixa da população adulta brasileira que não tenha freqüentado a escola na idade adequada pelas mais diversas razões, foram implantados cursos supletivos via teleeducação. Esse projeto foi iniciado em 1985, quando a Fundação Bradesco produziu, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o "Novo Telecurso 2º Grau".

Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos abrange o Programa de Alfabetização (de 1ª a 4ª série) e o Telecurso de Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª série) e Ensino Médio.

Iniciado em novembro de 1999, o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos tem a intenção de reduzir o índice de analfabetismo, especialmente na comunidade escolar das unidades da Fundação Bradesco. O curso atende, prioritariamente, pais de alunos e outras pessoas da comunidade que, por inúmeras razões, não frequentaram a escola ou não concluíram os estudos até a 4ª série do Ensino Fundamental. Já atendeu a 2.586 alunos, com resultado representativo de 91% de aprovação.

Por outro lado, o Telecurso possibilita atender, à distância, às necessidades de aprendizagem de milhares de brasileiros, instrumentalizando e preparando os alunos para enfrentarem a competitividade no mercado de trabalho e exercerem plenamente sua cidadania.

Em telessalas nas Unidades Escolares e por meio de convênios firmados com empresas, são atendidos mais de 20.000 alunos por ano em todo o Brasil (vide Anexo H).

No ano de 2002, a Fundação Bradesco deu prosseguimento à parceria com a Fundação Roberto Marinho, que avalia e certifica cerca de 1.000 detentos de 20 estabelecimentos penais de São Paulo que estão cursando o "Telecurso Ensino Fundamental".

Outra modalidade de atuação da Educação de Jovens e Adultos é a realização de exames nos dois segmentos:

- Alfabetização: certificação de nível de escolaridade (de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental) em telepostos e unidades escolares;



- Telecurso: eliminação dos componentes curriculares para alunos de escolas que mantenham cursos à distância ou com presença flexível.

O investimento nessa modalidade de ensino reforça o compromisso da Fundação Bradesco e das instituições parceiras em ajudar a população que enfrenta, entre outros obstáculos, as limitações de tempo e motivação para os estudos. Isso é possível por meios e métodos que atendam satisfatoriamente às características e necessidades desse grupo.

d) Educação Profissional Básica

A Fundação Bradesco oferece também, gratuitamente, Educação Profissional Básica, com o objetivo de atender às necessidades de atualização, qualificação e requalificação de jovens e adultos com diferentes níveis de escolaridade. São cursos livres, com programas flexíveis, que permitem alterações de acordo com a realidade do mercado de trabalho.

A atuação da Fundação Bradesco abrange as áreas de Agropecuária, Gestão, Imagem Pessoal (Moda e Embelezamento Pessoal), Indústria (Elétrica, Eletrônica e Tecnologia Gráfica), Informática, Lazer e Desenvolvimento Social, Turismo e Hospitalidade (Serviços de Turismo e Hospedagem e Alimentação). Na área de Agropecuária, são oferecidos também cursos que incluem Técnicas de Inseminação Artificial.

Em 2002, foram oferecidos 2.600 cursos que atenderam 34.852 alunos, conforme mostra tabela 3.1, que tiveram a oportunidade de ampliar seu conhecimento profissional e suas possibilidades de geração de renda.

ÁREA	ATENDIMENTO
Gestão	3.588
Imagem Pessoal	3.003
Agropecuária	3.871
Lazer e Desenvolvimento	4.412
Turismo e Hospitalidade	2.583
Indústria	2.181
Informática	4.182
Outros	1.032
TOTAL	34.852

Tabela 3.1 - Alunos Atendidos na Educação Profissional Básica em 2002

3.2.2 Parcerias

Todas as parcerias em que o Bradesco está presente estão voltadas para a área de educação.

- **Canal Futura - um projeto de educação**

O Futura é o primeiro canal de televisão privado do Brasil, porém de caráter público, exclusivamente voltado à educação. Com uma grade de programação educativa de qualidade 24 horas no ar, atinge, hoje, 20 milhões de pessoas, por meio de antenas parabólicas (Banda C) e TV por assinatura, além de operar também com sinal aberto em algumas regiões do país. Seu maior diferencial está na implementação da utilização planejada da programação em 10.153 instituições cadastradas, totalizando 1,5 milhão de usuários.

Iniciativa inédita, a participação no Canal Futura integra as ações de responsabilidade social de 14 empresas que definiram como prioridade o investimento em educação. O Bradesco, por meio da Fundação Bradesco, é parceiro sócio-fundador do projeto

e já investiu mais de 7,5 milhões de reais nessa parceria. É uma demonstração do compromisso da empresa com um projeto de educação que usa a televisão como principal ferramenta para prestação de serviço e para fomento da promoção social.

Reforçando esse compromisso, a Fundação Bradesco apóia o Canal Futura na área de Educação Profissional Básica, com a produção do "Feito à Mão". É uma série de videocursos de artes manuais voltada para a geração de renda, que, no ano de 2002, foi utilizada por instituições em todo o Brasil. Destacam-se, especialmente, os trabalhos desenvolvidos na Casa da Família (SP), FEBEM de Ribeirão Preto (SP), Projeto Educação nos Trilhos (PA e MA) e Unidades do SEST/SENAT (RJ). Além disso, a Central de Atendimento do Futura recebeu mais de 5.500 ligações de telespectadores que buscavam mais informações sobre o programa, nele encontrando ferramentas para o incremento da renda familiar. Por isso, a série "Feito à Mão" passou a integrar o acervo utilizado em cursos abertos oferecidos à comunidade da Fundação Bradesco.

O sucesso dessa parceria levou à criação, em 2002, de um programa diário, o "Família S.A.", que começou a ser exibido em 2003, voltado para o mesmo público-alvo. Novamente a área de Educação Profissional Básica contribuiu com consultoria específica para o programa.

Várias escolas da Fundação Bradesco fazem parte da audiência dirigida do Futura, beneficiando-se da programação como recurso didático complementar e da participação em reuniões mensais, visitas de acompanhamento e oficinas de capacitação. Em 2002, mereceram destaque o trabalho nas Unidades de Paranavaí -PR, Rio de Janeiro - RJ, Salvador - BA, Laguna - SC e Jaboatão dos Guararapes - PE. Ainda nesse ano, algumas Unidades participaram de projetos especiais desenvolvidos em conjunto com a mobilização comunitária, como a Escola de Jaboatão dos Guararapes - PE, que desenvolveu os projetos

- **Programa Alfabetização Solidária**

Criado pelo Conselho da Comunidade Solidária em janeiro de 1997, o "Programa Alfabetização Solidária" objetiva reduzir os índices de analfabetismo no país, principalmente na faixa etária de 12 a 18 anos. Para isso, em 1998, foi criada a "Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária", uma organização não-governamental sem fins lucrativos e de utilidade pública, com estatuto próprio, que passou a ser responsável pela execução do projeto, tendo já superado a marca de três milhões de alunos atendidos.

Desde julho de 1998, a Fundação Bradesco é parceira do programa e, a cada ano, vem se destacando como instituição solidária na redução dos índices de analfabetismo no Brasil e contribuindo para desencadear a oferta pública de educação de jovens e adultos. Até o final do ano de 2002, o número acumulado de beneficiários diretos da parceria entre a Fundação Bradesco e o Programa Alfabetização Solidária foi de 68.708 alunos e 2.748 alfabetizadores. Isso representa um investimento que supera R\$7 milhões, com grandes resultados concretos. Segundo dados do IBGE, enquanto a média nacional de aumento das taxas de alfabetização ficou em 6,9%, a região Nordeste, onde se concentra a maior parte da ação do programa, apresentou aumento de 12,9%. Os dados do Censo 2000 indicam que o Programa havia atendido 1,5 milhão de alunos, atribuindo, em parte, essa melhoria aos esforços do Alfabetização Solidária.

Por fim, vale ressaltar que os 13 municípios adotados pela Fundação Bradesco na região Nordeste estão entre os 2.010 municípios com os piores índices de alfabetização do país.

- **Ilha Rá-Tim-Bum**

A Fundação Bradesco participou, com exclusividade, como co-produtora da 1ª fase da nova série "Ilha Rá-Tim-Bum". Foram investidos R\$ 4 milhões nesse programa, que é o sucessor do "Castelo Rá-Tim-Bum", grande sucesso entre o público infanto-juvenil, premiado no Brasil e no exterior. Foram produzidos 52 capítulos pela Fundação Padre Anchieta, exibidos pela TV Cultura e RPTV - Rede Pública de Televisão.

Comprometida com a criança e a educação, a proposta do "Ilha Rá-Tim-Bum" é proporcionar uma opção diferenciada de entretenimento, abordando temas como valores éticos e a relação do homem com a natureza. O objetivo final é proporcionar reflexão e informação para as crianças brasileiras, público-alvo do programa.

- **Escola Virtual**

Dedicado a oferecer cursos a distância e semipresenciais nos segmentos de Educação Básica, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, o portal de e-learning está à disposição de alunos e ex-alunos da Fundação Bradesco. Também pode ser utilizado por comunidades carentes e desempregados que desejem uma nova especialização ou requalificação para o trabalho. A previsão é de que, até 2003, mais de 20.000 usuários sejam beneficiados.

O Portal Escola Virtual tem capacidade para atender até 150.000 alunos e foi desenvolvido a partir de um conceito de mediação pedagógica que valoriza a interação e a colaboração dos alunos. Essa iniciativa inovadora utiliza ferramentas síncronas e assíncronas, como gerenciamento de campus virtual, conferência on-line, avaliação on-line, chat e fórum.

Desde 2001, foram firmadas parcerias com empresas como Cisco, Microsoft, IBM, Docent, Micropower, NIIT e Aban para oferecimento de conteúdos e soluções que complementam a arquitetura criada pela Fundação Bradesco.

- **Inclusão Digital**

A Fundação Bradesco e a Microsoft firmaram parceria no projeto de inclusão digital a partir do AATP - *Autorized Academic Training Provider*. O objetivo é formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho e diminuir a exclusão digital.

Trata-se de um programa inédito que visa oferecer oportunidades de formação e certificação para uma camada da população que não tem acesso à tecnologia e à formação profissional especializada em informática. Além dos alunos da Fundação, serão atendidos, prioritariamente, desempregados, alunos da rede pública de ensino e interessados de comunidades carentes.

A parceria compreende o treinamento de professores e especialistas da Fundação Bradesco, que se tornarão multiplicadores do projeto em todo o Brasil. Dentro do conceito da escola virtual da Fundação Bradesco, o projeto também possibilitará o treinamento à distância, via internet, e também por meio de parcerias com entidades públicas e sem fins lucrativos.

O atendimento do projeto em 2002 superou dois mil alunos, que foram treinados e certificados, gratuitamente, nas áreas de desenvolvimento de sistemas, administração de bancos de dados e internet, tanto nas escolas da Fundação Bradesco quanto através de parcerias em localidades onde ela não está presente.

- **Intel - Educação para o Futuro**

A Fundação Bradesco participa do programa "Intel® Educação para o Futuro", uma iniciativa mundial para desenvolver competências de professores e alunos no uso da tecnologia da informação. A meta estabelecida é ambiciosa: formar, até o final de 2002, aproximadamente 600 mil educadores em 26 países.

Ao receber o treinamento, os professores contam com instruções práticas de como incorporar recursos como a internet, softwares multimídias e o software Microsoft *Office* Professional aos seus planos diários de aula. Com o objetivo de democratizar o uso das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano escolar e apoiar o ensino público, a Fundação Bradesco estendeu o programa aos professores de escolas públicas estaduais de Osasco, Campinas e Marília, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e Prefeitura Municipal de São Paulo e de Osasco.

- **Cisco CCNA**

A Fundação Bradesco e a Cisco *Systems* são parceiras no projeto de certificação em redes de computadores - Cisco *Networking Academy* CCNA, dedicado a formar especialistas em redes de computadores, predominantemente em comunidades carentes e de desempregados.

O curso compreende quatro módulos de 70 horas, com aulas presenciais e à distância, via internet, com instrutores e tutores credenciados e certificados pela Cisco. A Fundação Bradesco já atendeu mais de 1.500 alunos nas escolas de Osasco, Campinas, Rio de

Janeiro, Aparecida de Goiânia, Gravataí e Jaboatão e deverá beneficiar ainda mais de 12.000 alunos nos próximos dois anos, por meio de sua rede de escolas e de parcerias com entidades públicas e organizações sem fins lucrativos.

- **MIT - *Massachussets Institute of Technology - Media Lab***

Iniciativa das mais interessantes está sendo tomada numa outra forma de parceria que reúne elementos como a experiência de integração curricular e projetos extracurriculares dos alunos, além do trabalho em equipe, solução de problemas, pensamento crítico e utilização dos recursos de informática. Essa experiência é fruto de uma parceria da Organização Bradesco, por meio da Fundação Bradesco, com o *Media Lab*, centro de pesquisa mantido pelo MIT - *Massachussets Institute of Technology*.

O *Media Lab* tem vários projetos que se definem, basicamente, pela integração da tecnologia com as questões sociais, pela integração das escolas e comunidades de diversos países através da internet e pela reflexão e busca de soluções conjuntas. Trata-se, portanto, de um novo ambiente de aprendizagem em processo de criação.

Para a Fundação Bradesco, é um orgulho participar desse esforço. Em 2002, cinco escolas - Campinas, Osasco, Salvador, Manaus e Bodoquena - já trabalharam nesse projeto, em torno do tema "A cidade que a gente quer". Em cada uma delas, alunos e professores (são 25 em cada escola) abordaram, em aulas e oficinas, questões urbanas, estudando a utilização das possibilidades da informática em sua solução e partilhando suas idéias com as outras escolas. Em 2003, essa experiência começou a ser transmitida para as escolas da rede pública.

Para 2004, está prevista a integração entre projetos de várias instituições de países que buscam soluções para as questões sociais. Estarão conectados países como Brasil,

República Dominicana, Costa Rica, Nicarágua, México, Colômbia, Argentina, Angola e Índia, entre outros.

Os ganhos são muito grandes para o país, a comunidade, a escola, o professor e o aluno que participam. Para citar apenas um exemplo, o projeto possibilita a democratização e o aperfeiçoamento de idéias pela internet. Mas, para a Fundação Bradesco, o essencial é aplicar em sua rede de escolas, com pioneirismo, recursos de tecnologia que estão entre os mais avançados à disposição da educação.

3.3. Investimentos da Fundação Bradesco

Os recursos financeiros necessários aos investimentos e manutenção dos programas educacionais existentes provêm de receitas patrimoniais próprias e de doações das Empresas da Organização Bradesco, isto equívale a um investimento em 2002 de R\$ 123.307,00.

O Bradesco possui somente um tipo de atuação referente àquelas elencadas no capítulo 1, conforme exposto acima, porém é extensa e com várias parcerias. Mas isto não quer dizer que não precisa participar das demais atuações. Talvez esta centralizada atuação se dá em razão do incentivo fiscal, pois se o banco realmente quisesse ser um forte participante do fomento do desenvolvimento sustentável faria ao menos menção das demais atuações.

No que tange aos movimentos morais dentro da instituição, como mobilizar os funcionários a serem responsáveis ambientalmente e socialmente e, principalmente quando se trata de enfrentar possíveis perdas, como no caso de análise sócio-ambiental para concessão de crédito e taxas inferiores para projetos sustentáveis, então o banco se retrai ou se esconde atrás daquelas práticas filantrópicas em que são os primeiros em contribuições financeiras.

3.3 Unibanco

O Unibanco, União de Bancos Brasileiros S.A., fundado em 1924, em Poços de Caldas MG, vem crescendo de maneira consistente nos últimos 12 anos, conforme constatado no resumo dos resultados em seu *site*. Como exemplo, o lucro líquido do Unibanco passou de R\$81 milhões em 1990 para R\$ 1.010 milhões em 2002. Atualmente o banco possui 21 empresas controladas, 9 empresas coligadas e 11 empresas associadas no exterior. No Brasil, o banco possui 26.739 funcionários para atender uma demanda de 5,6 milhões de clientes, nos seus 1.422 pontos de vendas (agências) e 8.000 pontos de atendimento dentro de grandes lojas ou magazines (ponto de atendimento Fininvest, por exemplo, que pertence Unibanco) com parcerias com lojistas.

O Unibanco incorporou a responsabilidade social à sua estratégia mercadológica e missão empresarial desde sua origem, há 76 anos. Assim, promove ações que contribuem ativa e efetivamente para o desenvolvimento econômico e social do país e das comunidades onde está presente. Na concepção do Unibanco, “uma organização atuante e ciente de seu papel social não pode jamais estar dissociada do meio em que se insere”. O objetivo do Unibanco Ecologia é apoiar iniciativas de organizações da sociedade civil comprometidas com a qualidade de vida das comunidades, preferencialmente aquelas em que o Unibanco se faz presente.

Essa visão foi solidificada pela Organização com a criação do Instituto Moreira Salles, em 1990, e do programa Unibanco Ecologia, em 1991, além de manter sua política de investimentos sociais.

A representante e responsável pela concessão de materiais, informações extras e respostas ao questionário foi Juliana Mayrink, em nome do Unibanco Ecologia.

3.3.1 Ações Filantrópicas

A estratégia utilizada para suas ações filantrópicas é a de pulverização de recursos para atingir o maior número possível de praças. Assim, o Programa de ações patrocina poucos projetos de grande porte, alguns de médio porte e muitos de pequeno porte.

- **Políticas de Patrocínios**

No processo de captação dos projetos elaborados pelas comunidades, as agências do Unibanco em todo o País exercem papel fundamental na seleção e indicação desses projetos ao Comitê de Ecologia, órgão formado por membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração do Banco, responsável pela aprovação dos projetos. Algumas políticas de patrocínio são:

- Recuperação de áreas degradadas

Patrocinar diretamente projetos ligados à recuperação de áreas degradadas, educação ambiental e coleta seletiva de lixo.

- Foco na comunidade Local

Co-patrocinar projetos ligados às áreas de interesse do Unibanco, tendo como parceiros representantes dos segmentos mais significativos da comunidade local.

Os principais projetos são :

– Projeto Semeando o Futuro - Recuperação do Meio Ambiente

O Unibanco, por ter consciência de alguns dados como a perda anual de 100.000 km² de florestas, que gera a destruição dos *habitats* e de milhares de espécies da flora e da fauna, acredita que o reflorestamento não é só uma tentativa de recuperar a cobertura vegetal do planeta, mas que também é responsável pelo equilíbrio do clima e pela qualidade da água, além de ajudar a evitar a erosão e as enchentes. Levando em consideração tais fatores, o Unibanco possui algumas formas de patrocínio nessa área, incentivando à implantação de viveiros para a produção de mudas de espécies nativas a serem utilizadas na:

- Recuperação de áreas degradadas;
- Proteção de fontes de abastecimento de água potável;
- Proteção das matas às margens dos rios;
- Arborização urbana;
- Doação de mudas nativas para a recuperação de áreas degradadas.

– Projeto Criando Raízes – Educação Ambiental

O Unibanco apóia a educação ambiental por acreditar que a transmissão de conceitos de conservação da vida no planeta permite a qualquer pessoa adquirir informações e aprimorar sua qualidade de vida e a de sua comunidade. Os projetos dessa área tentam criar uma nova mentalidade: se cada um fizer a sua parte, o mundo será um lugar melhor. As formas de patrocínio são:

- Incentivo à implantação de centros de educação ambiental;
- Apoio a programas educativos desenvolvidos por escolas, universidades e prefeituras;
- Apoio a campanhas de mobilização comunitária voltadas para a preservação e/ou recuperação de rios.

– Projeto Cuidando da Terra – Coleta Seletiva do Lixo

O Unibanco reconhece a importância de se criar uma consciência a respeito da coleta seletiva do lixo, que é a separação de materiais, e da reciclagem. A frase utilizada nesta campanha é: “Separe o lixo seco - papel, plástico, vidro e metal - do orgânico e procure os postos de coleta seletiva da sua cidade”. As formas de patrocínio deste projeto são:

- Incentivo à implantação da coleta seletiva em condomínios, bairros e escola;
- Doação de maquinários para reciclagem.

– Reciclázaro

O Projeto Reciclázaro em São Paulo tem como objetivo abordar, por meio de um processo social, educativo e ambiental, os usuários de álcool e outras drogas que vivem nas ruas. A forma encontrada para reintegrar os ex-dependentes químicos foi a de fazer a coleta seletiva de lixo, juntamente com a educação ambiental. O dinheiro arrecadado com a venda do material reciclável (papel, plástico, alumínio e vidro) é revertido para os integrantes do Projeto, em forma de bolsa-auxílio-tratamento.

– Amigos do Futuro

Entidade que promove a educação ambiental em Brasília, por meio da “ECOTECA”, sala equipada com computador e material didático onde são realizadas aulas de educação ambiental e oficinas de brinquedo com sucata.

– Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto

O Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto em Porto Alegre é reconhecido como uma das 500 entidades de projetos sustentáveis no mundo, pois oferece alternativa de trabalho e geração de renda para mulheres, além de resgatar a cidadania e a educação ambiental.

Em um galpão para coleta seletiva de lixo trabalham 150 pessoas; 80% delas, mulheres. Ao lado desse espaço, está sendo construído um centro comunitário, já dividido em salas de oficina de música, teatro, rádio comunitária e reciclagem de papel.

– Manguezário Lagoa Rodrigo de Freitas

Criado em 1997, o Projeto Manguezário da Lagoa Rodrigo de Freitas desenvolve trabalho de educação ambiental com a comunidade. O viveiro de mudas trouxe de volta às margens da Lagoa a vegetação do mangue e com ela nobres visitantes, como garças, biguás, socós, maguaris, martins pescadores, frangos d’água e lavadeiras.

– Centro de Educação Ambiental e Viveiro Embaixador Moreira Salles

Projeto iniciado em 1998, com apoio da Secretaria Estadual de Esportes e Turismo, destinado a arborizar e restaurar a vegetação do parque, instalado na zona oeste de São Paulo, e promover a educação ambiental para crianças.

– Projeto Reolon

Em 1999, a Associação Reolon de catadores de material reciclável recebeu apoio do Unibanco Ecologia. O material mais coletado pelos 28 associados de Caxias do Sul é o papel (45%), seguido de plástico, vidro e sucata.

– Campanhas de Verão

Desde 1999, o Unibanco Ecologia realiza campanhas de conscientização ambiental nas principais praias do litoral brasileiro, entre elas: Praia do Futuro em Fortaleza - CE, Joaquina em Florianópolis - SC, Copacabana no Rio de Janeiro RJ e Boa Viagem em Recife - PE. Em 2002, profissionais da área de educação ambiental realizaram atividades com os banhistas da Praia de Camburi, em Vitória, e em Ilha Bela, litoral norte de São Paulo. Uma tenda colocada na areia serviu de apoio para brincadeiras, oficinas de música, artes plásticas e teatro, além da coleta seletiva de lixo.

– Doação de Praças

Desde 1994, o Unibanco Ecologia faz a manutenção de algumas praças, entre elas, a Praça Raul Soares, em Belo Horizonte - MG, adotada em 1997.

3.3.2 Parcerias

✓ Instituto Ethos

O Unibanco sente-se privilegiado como parte deste organismo, que conta com mais de 500 associados. É uma entidade que defende o papel social das empresas, entendendo que este vai além da simples participação no processo de desenvolvimento econômico e tecnológico. Uma das contribuições do Unibanco a essa proposta empresarial foi o apoio à Conferência Nacional 2000 de Responsabilidade Social Empresarial, promovida pelo Instituto Ethos, que reuniu, em São Paulo, executivos e profissionais de áreas corporativas.

✓ Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança

O Unibanco foi uma das primeiras empresas a receber o selo "Empresa Amiga da Criança", concedido pela entidade. O selo é conferido a empresas que efetivamente contribuem para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes desassistidos. A entidade atua combatendo a exploração de mão-de-obra infantil ou ainda promovendo atividades destinadas a valorizar esse público.

A parceria com a entidade gerou a promoção de diversas modalidades de apoio. Uma delas foi a instalação de máquinas de venda de refrigerantes em algumas agências e áreas administrativas. A parte do lucro que cabe ao Unibanco, relativa à comercialização das

bebidas em suas dependências (10% do valor total de consumo), é totalmente revertida à Fundação Abrinq, que repassa os recursos a programas sociais.

✓ Alfabetização Solidária

Braço do Programa Comunidade Solidária, do Governo Federal, instituído em 1997 pela primeira-dama do País na época, Professora Doutora Ruth Cardoso. Este programa de combate ao analfabetismo cujo principal objetivo é integrar jovens de 12 a 18 anos aos ciclos regulares do ensino fundamental, promove sua qualificação profissional. Criado pelo Conselho da Comunidade Solidária em janeiro de 1997, é mantido por parcerias com o Ministério da Educação (MEC), empresas, instituições, governos estaduais, instituições de ensino superior e pessoas físicas. Suas atividades são executadas por instituições de ensino superior e abrangem desde a seleção e capacitação dos alfabetizadores até o acompanhamento e avaliação dos cursos.

O programa atendeu mais de 3 milhões de alunos de janeiro de 1997 a junho de 2002, com presença em 2.010 municípios. Contribuiu para a redução do índice de analfabetismo no país, que, de acordo com o Censo IBGE 2000, era de 13,6%, ante 20,1% em 1991 (queda de 32,3%). De acordo com o Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC) 2000/2001, houve um crescimento expressivo do número de alunos que deram continuidade aos estudos nos municípios atendidos pelo Alfabetização Solidária, da ordem de 114,2%, um crescimento bastante superior ao das áreas não atendidas (31,5%). O Unibanco participa do projeto com investimentos anuais de cerca R\$ 500.000. Já destinou ao programa, desde julho de 1998, mais de R\$ 2,5 milhões.

✓ Instituto Brasileiro de Controle do Câncer – (IBCC)

Entidade que oferece atendimento especializado para portadores de câncer. No fim de 1988, a Unibanco AIG Seguros e Previdência, empresa do Conglomerado Unibanco, lançou o produto Seguro Mulher - destinado exclusivamente ao câncer feminino, firmando uma parceria inédita com o Instituto, responsável pela campanha "O Câncer da Mama no Alvo da Moda", referência internacional em matéria de prevenção.

✓ Associação Brasileira de Distrofia Muscular

A Associação Brasileira de Distrofia Muscular ajuda há mais de dez anos a recuperar e atenuar o problema de crianças com distrofias musculares progressivas. A entidade presta serviços gratuitos nas áreas de fisioterapia, arte-educação, psicologia, informática e serviço social, atendendo uma média de 100 crianças de baixa renda por semana.

O Unibanco contribui com a manutenção de centros de atendimento e também coloca o telefone 30 Horas à disposição de clientes interessados em realizar doações.

✓ Associação Viva o Centro

O Unibanco está presente como sócio mantenedor dessa entidade, que desenvolve ações no sentido de restaurar o patrimônio e melhorar as condições urbanas da região e a qualidade de vida de sua população fixa e flutuante.

✓ Projeto Informatizar

Iniciativa adotada pela Fininvest, outra empresa do Conglomerado, que se tornou uma ação pioneira, promovida em parceria com o jornal O Povo, do Rio de Janeiro, e destinada a garantir o acesso da população a aulas de informática. Para isso, utilizou cinco ônibus-escola, equipados com 12 microcomputadores cada um, que ficaram estacionados em pontos diferentes da cidade. Foram duas etapas do curso, cada qual com duração de três meses. Ao final, 600 alunos receberam aprendizado e diplomas de Windows, Excel e Word.

✓ Instituto Moreira Salles

O Instituto Moreira Salles (IMS), fundado em 1990 por Walther Moreira Salles (1912-2001) e mantido pelo Unibanco, é uma entidade civil sem fins lucrativos cuja finalidade é promover e desenvolver programas culturais. Para tornar a cultura acessível à maior parte da população, o IMS tem o compromisso permanente de oferecer suas atividades de forma gratuita ou a preços reduzidos.

Algumas características singularizam o trabalho desenvolvido pelo IMS:

- Atua fundamentalmente em iniciativas que ele próprio concebe e executa;
- Mantém centros culturais em importantes estados brasileiros - um no Rio de Janeiro (que abriga também uma reserva técnica musical e uma reserva técnica fotográfica), um em São Paulo e dois em Minas Gerais (em Belo Horizonte e Poços de Caldas), o que lhe permite operar como circuito integrado;

- Coordena as atividades dos Espaços Unibanco de Cinema, uma rede de salas de exibição localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza e Juiz de Fora e voltadas para uma programação de alta qualidade;
- Prioriza atividades e projetos de médio e longo prazos. O IMS procura acentuar o caráter educacional de suas intervenções, que ocorrem sempre associadas com a realização de pesquisas preparatórias e alguma forma de publicação.

No ano de 2002 os centros culturais do IMS atraíram mais de 100.000 pessoas, e a rede Espaços Unibanco de Cinema/Unibanco Arteplex teve mais de 2,5 milhões de espectadores. Pela programação expositiva de 2001, o IMS recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade da Associação Brasileira de Críticos de Arte.

A rede Espaços Unibanco de Cinema cresceu em 2002 e passou a contar com mais dois cinemas: Espaço Unibanco Palace, em Juiz de Fora, e Unibanco Arteplex Porto Alegre, na capital gaúcha. A rede possui 13 cinemas, 43 salas e oferece mais de 7.000 lugares.

Um dos programas de destaque dos Espaços Unibanco de Cinema é o Projeto Escola no Cinema, que objetiva estimular o interesse dos jovens de escolas das redes pública e particular de ensino pelo cinema, ampliando o conteúdo das sessões com oficinas, debates e atividades complementares. Em 2002 o Projeto atendeu mais de 28.000 pessoas apenas na cidade de São Paulo. Outra iniciativa no plano educacional é o Clube do Professor, que pretende contribuir para ampliar o repertório cinematográfico desses profissionais mediante a realização de sessões exclusivas, com entrada franca. Desde novembro de 2001 até o final de 2002 foram exibidos 60 filmes, para 15.312 pessoas.

Os principais destaques de 2002 na programação do IMS foram:

- Um total de 22 exposições, 20 nos centros culturais e galerias de arte do IMS e duas no exterior. Fotos de Mareei Gautherot - cujo acervo pertence ao IMS - foram exibidas em Bruxelas, na Bélgica, na mostra Niemeyer 90 Anos. Fotos de Madalena Schwartz, também pertencentes às coleções do IMS, foram expostas em Guadalajara e na Cidade do México;

- Inauguração, em maio de 2002, da Reserva Técnica Musical do IMS, em comemoração à passagem do centenário da primeira gravação de disco realizada no país. A Reserva, que abriga o Centro Petrobrás de Referência da Música Brasileira, é o mais importante complexo do gênero dedicado à preservação e divulgação da memória da MPB e resulta de uma parceria entre a Petrobrás, o Instituto Cultural Sarapuí e o IMS. O centro reúne mais de 12.000 fonogramas, que podem ser acessados gratuitamente em computadores instalados no local;

- Aquisição da coleção Pedro Corrêa do Lago, com fotografias do século XIX e início do século XX;

- Comemoração dos 10 anos do IMS-Poços de Caldas com programação especial e cerca de 5.000 visitantes;

- Lançamento dos Cadernos de Literatura Brasileira com o especial Euclides da Cunha e da nova publicação Cadernos de Fotografia Brasileira com o tema Canudos em homenagem ao centenário de Os Sertões;

- Abertura do Gabinete Fotográfico, um espaço concebido dentro dos mais rigorosos padrões de conservação museológicos que visa expor fotografias e negativos originais, entre outros materiais dos acervos do IMS. A exposição do álbum do fotógrafo Flávio de Barros - que registrou Canudos em 1897 - é a atração inicial do gabinete.

✓ Campanha do Brinquedo

Todos os anos, na época do Natal, o Conglomerado promove a Campanha do Brinquedo. Como proposta, a cada brinquedo doado pelos funcionários, o Unibanco doa mais um, multiplicando o número de doações, que aumenta a cada ano. Um exemplo foi a Campanha de 2001, que arrecadou 46.356 brinquedos entregues a entidades cadastradas na Organização, representando o dobro arrecadado no ano anterior.

✓ Campanha do Agasalho

Todos os anos, o Conglomerado promove a Campanha do Agasalho. Como proposta, para cada quilo de roupa arrecadado pelos funcionários, o Unibanco contribui com um cobertor, multiplicando o número de doações, que aumenta a cada ano. Um exemplo foi a Campanha de 2001, que arrecadou 6.197 quilos. Esse resultado é 19% superior ao que foi alcançado no ano anterior.

✓ Programa de Qualificação de Pessoas Portadoras de Deficiência.

Objetiva contribuir para o desenvolvimento de pessoas portadoras de deficiência, capacitando-as para o ingresso no mercado de trabalho. O programa é coordenado pela Febraban e patrocinado também por outras cinco instituições financeiras. Até o final de 2002 o Unibanco já havia investido mais de R\$ 77.000 no programa.

3.3.3 Investimentos do Unibanco Ecologia

Anualmente são destinados recursos da ordem de R\$1 milhão a instituições filantrópicas e de apoio à criança, saúde e educação. Todos esses esforços têm recebido o reconhecimento público da sociedade, como, por exemplo, as premiações concedidas ao seu principal projeto de cunho social, o Unibanco Ecologia, que recebeu, ao longo de seus 10 anos de plena atividade, 29 prêmios nacionais e internacionais, entre eles, o *Golden Award - International Public Relation Association* e uma menção honrosa da ONU. O Unibanco possui um total de 275 projetos aprovados e em vigor.

O Unibanco, embora possua somente a atuação filantrópica, é diversificada, com vários projetos, patrocínios em diversas áreas, campanhas, além das doações diretas e as parcerias. O banco demonstra interesse nas demais atuações e declarou estar desenvolvendo a área de investimentos sustentáveis. Para as demais áreas de atuação o banco não possui projetos e argumentou ser muito difícil trabalhar com análise sócio-ambiental para concessão de crédito ou taxas diferenciadas para financiamentos de projetos sustentáveis, pois estas atuações alterariam seus números ou rentabilidade. Este é o verdadeiro sinal da falta de interesse pelas ações responsáveis, pois atua somente quando se pode ter um incentivo fiscal ou qualquer outro retorno, não demonstrando esforços para o fomento do desenvolvimento sustentável.

3.4 ANÁLISE COMPARATIVA

Os casos estudados foram elaborados a partir da análise dos materiais cedidos, a observação direta e as entrevistas. O Banco Real foi a única instituição que respondeu a todas as questões. Os bancos Bradesco e Unibanco não responderam à maioria das questões para as quais as respostas seriam negativas e, quando de fato responderam negativamente solicitaram a não divulgação da explicação.

O Banco Real respondeu a praticamente todas as questões porque as respostas eram positivas, mas negou-se a citar quais clientes possuíam projetos sustentáveis por questão de sigilo e ética, o mesmo ocorrendo quanto às informações sobre valores investidos em ações filantrópicas. O Banco não divulgou o Balanço Social até o momento, isto porque, conforme comentário do entrevistado, o banco fará a publicação em 2004.

O Banco Bradesco respondeu às questões relacionadas às ações filantrópicas, pois é somente nesta iniciativa que o Banco investe. Os valores investidos, portanto, são praticamente a somatória de todas as instituições e todas as áreas de iniciativas. O Banco não tem outras ações por possuir outros focos de interesses no momento, mas o entrevistado da instituição acredita que o Banco não ficará sem atuação nas demais áreas em um futuro não muito distante.

O Unibanco também respondeu às questões voltadas às ações filantrópicas e às questões que tratam de fundo de investimento sustentável. O banco não respondeu às questões sobre as áreas em que não possui ações.

Para facilitar a comparação entre os três bancos estudados elaborou-se a tabela 3.2, que resume as informações colhidas segundo a classificação das ações de

responsabilidade social: ações filantrópicas, o uso responsável dos recursos internos da instituição, política de avaliação sócio-ambiental para concessão de crédito, fundos de investimentos sustentáveis e investimentos em projetos sustentáveis. Esse quadro comparativo também adiciona outras informações coletadas durante as entrevistas.

Instituição	Banco Real	Unibanco	Banco Bradesco
Modalidades			
Ações Filantrópicas	social / cultural / educacional	social / cultural / educacional	social / cultural / educacional
Valor destinado a ações filantrópicas em 2002	valor não divulgado	cerca de 1 milhão	127 milhões
Número de beneficiados pelas ações filantrópicas na modalidade Educação	não possui dado apurado de 2002	não possui dado apurado de 2002	103.322 mil alunos em 2002
Possui algum programa de incentivo de uso responsável pelos recursos internos	sim, com o programa “ecoefficiência”	não, mas desejam implantar esta política	não respondeu
Possui algum critério de avaliação sócio-ambiental p/ concessão de crédito	sim, p/ todos os clientes pessoa jurídica	não é prioridade mas desejam implantar esta política	não é prioridade / não é perfil do banco/ não tem interesse
Possui algum fundo de investimento composto por empresas responsáveis	sim, o fundo ethical conhecido internacionalmente	está em fase de desenvolvimento de um fundo semelhante ao ethical	não respondeu

Está financiando algum projeto sustentável	até o momento o banco já financiou 5 projetos	não respondeu	não respondeu
--	---	---------------	---------------

Tabela 3.2 – Estudo comparativo das iniciativas voluntárias entre as instituições financeiras.

Verifica-se no quadro que em termos de quantidade de iniciativas voluntárias o Banco Real é o primeiro, com as cinco iniciativas citadas. Embora não tenham divulgado valores e clientes, a entrevista com o assessor responsável pela área e os dados extraídos do material (revistas, relatórios internos, etc) expressam a veracidade destas informações. O sigilo com que as instituições mantêm suas informações é plenamente justificável, por ser um segmento que requer muita ética em razão dos valores financeiros de que tratam.

O Banco Bradesco possui um foco de atuação na área filantrópica, a qual ultrapassa todas as expectativas e merece reconhecimento considerável. A Fundação Bradesco conquistou o “Prêmio Bem Eficiente” conferido às 50 entidades beneficentes mais bem administradas do país, conforme o Guia da Filantropia da Kanitz & Associados.

O Unibanco também possui ações voltadas somente para a filantropia. Seus números são em menor escala que o Bradesco, porém proporcionais a sua estrutura organizacional. Demonstraram grande interesse de atuação nas demais áreas, não descartando a hipótese de estarem desenvolvendo tais projetos, como é o caso do projeto de fundo de investimento sustentável, que já está em andamento.

Percebe-se que as instituições financeiras, pelo menos as três citadas, estão inclusas nos conceitos de instituições responsáveis, bem como reconhecem seu importante papel na sociedade, porém nota-se uma sensibilidade maior do Banco Real em relação às questões sustentáveis. Ganhando com incentivos fiscais, pois a filantropia proporciona isso,

ou perdendo clientes por conta da análise de risco sócio-ambiental, ou deixando de ganhar em taxas nos casos de financiamentos de projetos sustentáveis, o banco não mede esforços para atuar em todas essas áreas. Diferentemente dos outros dois bancos que, embora reconheçam seu importante papel na sociedade, só atuam na filantropia. Aguarda-se uma mobilização nas outras áreas para estes dois bancos, já que possuem potencial para isso.

Como visto anteriormente, o papel das organizações de uma forma geral é muito importante para a sociedade, como ressalta Hall, pois elas têm o poder de mudar e influenciar o meio no qual estão inseridas. No entanto, em se tratando de instituições financeiras esse poder chega a parecer um poder de manipulação. Tanto que as ações voluntárias vistas e analisadas contam com contribuições expressivas que fazem a diferença para aqueles que estão sendo beneficiados. Pode-se imaginar o efeito da mudança e do crescimento do conceito de desenvolvimento sustentável se fossem atuantes em todas as áreas possíveis.

4 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os objetivos iniciais deste trabalho, pode-se identificar as iniciativas voluntárias por instituições financeiras nacionais como visto no estudo dos casos. A revisão bibliográfica ajudou a esclarecer conceitos sobre tudo o que o tema implica: desenvolvimento sustentável, a contribuição da agenda 21, a responsabilidade social, o tradicionalismo das instituições financeiras e a análise de risco sócio-ambiental, entre outros assuntos pertinentes.

Com base na revisão bibliográfica foram elencadas cinco ações voluntárias que as instituições financeiras podem executar. A primeira trata-se das ações filantrópicas, que conforme já mencionado por Neto (2001, p.26) são doações a grupos ou entidades, “é o assistencialismo, no auxílio aos pobres, aos desvalidos...”. Todas as instituições estudadas possuem esse tipo de ação, aliás, é a mais comum entre todas vistas. Talvez seja pela facilidade em aplicá-las, sem muitos critérios, ou pelos incentivos fiscais e a falta de necessidade de treinar pessoal, etc.

A segunda é referente ao uso responsável dos recursos internos da instituição. Acredita-se que esta seja a ação que deveria ser mais comum, pois traz implícita a contenção de gastos na instituição, como a reciclagem, o não desperdício, etc. Para este tipo de ação é necessário um processo intenso de conscientização dos funcionários, como palestras, informativos, treinamentos, etc. Isto sim gera um custo muito alto, mas o retorno pode ser maior que o investimento.

A terceira ação envolve as políticas de avaliação sócio-ambiental para concessão de crédito. Acredita-se que esta ação seja a mais complexa, por isso dedicou-se um subcapítulo só para o assunto. Para a atuação desta questão, é necessário um empenho não só

por parte dos funcionários, mas principalmente dos dirigentes e dos acionistas, pois quando uma instituição atuante cobrar de seus clientes uma conduta responsável para concessão do crédito solicitado, os clientes podem não aceitar e procurar outra instituição que não possui tal política. Isto resulta em perda de clientes, de ativos, queda nos resultados, etc. Acredita-se que para a aplicação desta política, seja necessária uma atuação global, ou seja, todos do segmento devem estar atuantes para que ocorra o resultado esperado.

Fundos de investimento sustentáveis é a quarta ação elencada. Pode parecer que este tipo de ação é para uma atuação futura, por tratar-se de fundos de investimentos compostos por uma carteira de empresas sustentáveis. Conforme já visto na revisão bibliográfica, na Europa isto já é bastante comum, bastando citar a *Dow Jones Sustainability*. A questão é que no Brasil os investidores ainda não estão conscientizados e só quando estiverem o mercado nacional se mobilizará sobre esta questão.

A quinta ação voluntária elencada seria os investimentos em projetos sustentáveis. Esta questão será dificilmente aceita pelas instituições, pois para este tipo de negócio faz-se necessário não visar altos lucros, pois poucos consumidores se interessam. A exemplo do banco Real, que financia produtos que não agredem o meio ambiente e requer taxas mais baixas que um financiamento comum. Logo, este tipo de ação depende não só dos funcionários e dos dirigentes da instituição, mas também dos clientes.

O que se pôde verificar com este trabalho é que, embora as instituições financeiras possuam uma importância incontestável no mercado em geral e para sociedade, não usam deste poder para atuar e influenciar seus *stakeholders* em relação à sustentabilidade no nosso país. Se todo o potencial dessas instituições fosse utilizado mais pessoas seriam participantes desse benefício. Acredita-se que este potencial pode ser dobrado, pois constatou-se, conforme análise dos dados, que ainda há espaço para atuação destas instituições, já que

das três instituições estudadas apenas o Banco Real possui ação voluntária em todas as áreas de seu negócio. O trabalho exercido pelas outras duas são também de suma importância, mas poderiam agir em todas as áreas, assim como o Banco Real.

O tradicionalismo das instituições financeiras ainda é uma barreira muito enraizada para suportar mudanças em suas rotinas por ações sócio-ambientais, como por exemplo mudar a forma de avaliação de crédito, desenvolver uma política de conscientização interna para que seus funcionários tenham uma conduta responsável quanto ao lixo da instituição, criar um fundo de investimento específico sustentável, ou ainda financiar projetos sustentáveis, conforme já praticado pelo Banco Real. Sabe-se que são possíveis tais práticas, mas é necessário inicialmente uma conscientização dos dirigentes dessas instituições para, depois, surgir um interesse em aplicar ainda que não tenham resultados financeiros e, por fim, aplicar estas ações, mesmo que necessitem de apoio de ONGs, pois elas existem também para isto, conforme o exemplo dos “Amigos da Terra” em relação ao Banco Real.

Há muitas instituições financeiras contempladas pela iniciativa coordenada pelo PNUMA em prol do desenvolvimento sustentável, mas ainda são poucas as que têm um compromisso efetivo com o desenvolvimento sustentável, a começar pelas instituições financeiras existentes no Brasil, como mostra o anexo C. Vale ressaltar que o conceito de responsabilidade social para muitas instituições, conforme percebido no decorrer deste trabalho, vai de encontro com a opinião de Porter (2002, p.43-44), quando diz que muitas empresas só fazem filantropia quando há retorno em benefício. Se uma instituição não possui interesse em descapitalizar-se minimamente, então o conceito de Porter é verdadeiro, embora qualquer tipo das ações elencadas no Capítulo 1 não descapitalizariam nenhuma das instituições estudadas. Prova disto é a atuação do Banco Real que se encontra em pleno vigor de suas atividades econômicas e sócio-ambientais.

Muitas vezes não é somente a falta de conhecimento, mas são as barreiras que retraem a atuação voluntária. Como o caso de avaliação sócio-ambiental para concessão de crédito, pois para muitas instituições seria um absurdo perder clientes por estes não se enquadrarem nos parâmetros estipulados em um setor onde ganhar clientes é o mais importante. Perdê-los por critérios que não sejam os motivos financeiros é uma questão difícil de ser assimilada pelos profissionais da área.

Essas conclusões estão baseadas em uma pesquisa de caráter exploratório, usando a metodologia de estudo de múltiplos casos e, como é amplamente sabido, qualquer metodologia de pesquisa sempre apresenta limitações.

Espera-se que este trabalho possa ser um incentivo às instituições financeiras, para que elas caminhem cada vez mais em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável, pois restou verificada essa possibilidade. Como foi dito reiteradas vezes, as instituições financeiras poderiam desempenhar um papel importante nas iniciativas voluntárias, pois pertencem a um segmento que detém um poder bastante significativo em relação até mesmo às demais empresas, já que são provedoras de crédito e constituem o apoio financeiro no mercado. Por isso se as instituições financeiras usassem esse poder para induzir os tomadores de crédito, os investidores de um modo geral e todos os seus *stakeholders* a atuarem dentro dos princípios da responsabilidade sócio-ambiental, a possibilidade de se caminhar com mais rapidez para situações cada vez mais sustentáveis será maior. Espera-se, portanto, que este trabalho desperte uma maior consciência e contribua para ampliar a ação das instituições financeiras em todas as áreas de responsabilidade social, pois isto é plenamente possível.

REFERÊNCIAS

Diálogos Akatu, A Gênese do consumidor consciente, *Instituto Akatu*, São Paulo, v. 1, n. 1, jan. 2002; p. 8,14,17.

As 500 maiores empresas do Brasil. *Revista Exame*, São Paulo, julho, 2003. Edição Especial.

ASHLEY, Patricia Almeida. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002, p.10.

AUPPERLE, Kenneth E. *Na empirical Examination of the relationship between corporate social responsibility and profitability*. *Academy of Management Journal*, v. 28, n. 2, p. 446-463, 1985.

Bancos de olhos bem fechados. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 8 ago. 2001.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento sustentável regional e municipal : conceitos, problemas e pontos de partidas – *Administração On Line*, vol.1, n. 4, out-dez/2000.

_____. *Desenvolvimento e o meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BNDS e a responsabilidade social corporativa. *Seção responsabilidade social*. Disponível em : <<http://www.bndes.gov.br/empresa/responsabilidade/default.asp>>. Acesso em 18 mai. 2003.

Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Conheça os Fundos Ethical. *Asset Management AmroBank*, São Paulo. Disponível em <<http://www.aaam.com.br/>>. Acesso em: 9 ago.2003.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. *Métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 52-53.

Ethos, Instituto de pesquisa. *Seção ética e qualidade nas relações*. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores>. Acesso em 20 ago. 2003.

FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, Jonh; FERRELL, Linda. A. *Ética empresarial : dilemas, tomadas de decisões e casos*. 4 ed. Rio de Janeiro, 2001. p. 68-84.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 116-119.

GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul-ago.1995.

_____. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar.abr.1995.

GRI, *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/guidelines/2002/gri_2002_guidelines>. Acesso em: 25 ago.2003.

HALL, J. Curtis; ROBINSON, Edwin M. *Organização e administração de negócios*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1971.

HUTCHINSON, Colin. *Long range planning*. Elsevier Science, v. 29, n. 1, 1996, p. 14-16

Ibase e o Balanço Social. *Instituto Brasileiro de Análise Sócio Ambientais*, IBASE. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br>>, Acesso em 24 ago. 2003.

MARSHALL, Catherine; ROSSMAN, Gretchen B. *Designing qualitative research*. 3 ed. London: Sage Publications, 1999. p. 150.

MATINELLI, Antônio C. - 3º Setor : *Desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Meio Circulante. *Boletim do projeto Eco-Finanças de Amigos da Terra*, São Paulo, n. 8, ago-nov. 2002.

_____. *Boletim do Projeto Eco-Finanças de Amigos da Terra*, São Paulo, n. 9, dez- fev. 2003.

MONZONI, Mario. *Treinamento em riscos e oportunidades sócio-ambientais – parte I*, Banco Real / ABN Amro Bank, Brasil, julho-novembro / 2002.

_____. Respeito ao meio ambiente abre a porta do crédito. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25 nov. 2002.

NETO, Francisco P. de Melo; FROES, César. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

OCDE, *Organisation for Economic Co-operation and Development*. Disponível em <<http://www.ocde.org>>. Acesso em: 25 ago. 2003.

Política Socioambiental. *ABN Amro Bank*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.bancoreal.com.br/>>, Acesso em 25 mai. 2003

PORTER, Michel E.; KRAMER, Mark R. *A vantagem competitiva da filantropia corporativa*. Harvard Business Review, dez. 2002.

POUSA, Carlos; Rio + 10, “Avançar é a única opção”. *Revista Sempre Brazil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, out/nov/dez de 2001, p.1.

Relação de países. *Declaração de Princípios Unep*. Disponível em: <[http://www.unep.org/Finance/Initiatives/signatories/by country.htm](http://www.unep.org/Finance/Initiatives/signatories/by%20country.htm)> . Acesso em 15 dez. 2002.

Responsabilidade Social. *Revista Bradesco*, São Paulo, v. 22, jan.-mar.2003.

RICO, Elizabeth de Melo. *O Empresariado, a filantropia e a questão social*. São Paulo, 1997.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo, Studio Nobel e Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: editora Da Universidade de São Paulo, 1975.

Secretaria do Meio Ambiente. *Bancos multilaterais de desenvolvimento e meio ambiente: O Banco mundial e o Banco interamericano de desenvolvimento*. São Paulo: SMA, 1997.

Valor Econômico. *Responsabilidade social e ética obrigam companhias a rever modelo*. São Paulo, 15 ago. 2003.

VERSCHOOR, Curtis C. *A study of the link between a Corporation's Financial Performance and its Commitment to Ethics*. *Journal of Business Ethics*, 1998. p. 1509-1516.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO A: Critérios sugeridos pelo Instituto Ethos para análise sócio-ambiental

Perfil do Empreendimento

Informações

Nome da organização

Principais produtos e serviços, inclusive marcas

Número de empregados

Data do Relatório imediatamente anterior

Natureza dos mercados em que atua / perfil

dos clientes (Ex.: atacado/varejo, governos)

Espécie de empresa: sociedade comercial/sociedade civil/ empresa pública; de responsabilidade limitada/ sociedade anônima etc.

Desdobramento de vendas – receitas por país/ região do país

Mudanças significativas no tamanho, estrutura,propriedade, produtos e serviços que ocorreram

no presente Relatório.

Indicadores Quantitativos

Geração e distribuição de riqueza

Geração de Riqueza

(A) Receita Bruta

(B) Bens e serviços adquiridos de terceiros

(C) Valor adicionado bruto (A - B)

(D) Retenções

(depreciação, amortização, exaustão)

(E) Valor adicionado líquido (C - D)

(F) Transferências

Resultado da equivalência patrimonial

Resultado de participações societárias

Receitas financeiras

(G) Valor Adicionado a Distribuir (E + F)**Distribuição por Stakeholders****GOVERNO**

Impostos expurgados os subsídios (isenções)

COLABORADORES

Salários

Encargos previdenciários

Previdência privada

Benefícios

Participação nos resultados

FINANCIADORES

Remuneração de capital de terceiros

ACIONISTAS

Juros sobre capital próprio e dividendos

Lucros retidos/prejuízo do exercício

Produtividade

Indicadores de produtividade

Margem Bruta

Margem Líquida

Giro dos Ativos (margem líquida/ativo médio)

Retorno sobre Ativo Médio (ROA)

(Lucro Oper. /Ativo Médio)

Índice de Endividamento (empréstimos +
financiamentos / patrimônio líquido)

Índice de liquidez

* Lucro Operacional = Receita Líquida - Custo Produtos ou Serviços Vendidos - Despesas de Vendas, Despesas Gerais e Despesas Administrativas

Distribuição por Stakeholders (em milhares de R\$)

Impostos expurgados

os subsídios (isenções)

Impostos pagos aos governos federal, estadual e municipal (ex.: ICMS, IPI, ISS, imposto predial e territorial, imposto sobre a renda, imposto sobre operações financeiras e outros). É considerado como uma remuneração ao apoio das instituições governamentais pela estrutura social, política e econômica que propiciam condições de operações da empresa no seu ambiente.

Salários Valor total do salário bruto pago pela empresa.

Encargos previdenciários

Encargos sociais e trabalhistas pagos pelo empregador (FGTS,

indenizações, etc).

GOVERNO

COLABORADORES

Previdência privada Gastos do empregador com plano de previdência privada.

Benefícios

Total dos benefícios oferecidos aos colaboradores (assistência médica, alimentação, creche, etc)

Participação nos resultados

Valor pago aos colaboradores na forma de participação nos resultados da empresa.

FINANCIADORES

Representa a remuneração do capital de terceiros sob a forma de juros. Os juros representam a forma de remuneração de determinados ativos (empréstimos, obrigações, depósitos a prazo e títulos negociáveis).

ACIONISTAS

Juros sobre capital próprio e dividendos

Total dos dividendos pagos aos acionistas

Lucros retidos/prejuízo

do exercício

Lucro / prejuízo obtido no exercício.

Remuneração de capital

de terceiros

Itens de investimento

Pesquisa e desenvolvimento

Melhoria de produtividade

Aumento de capacidade produtiva

Educação / Treinamento

Programas para a comunidade

Investimentos

Outros Indicadores Sugeridos

Efeitos/impactos econômicos da abertura, transferência ou fechamento de unidades da empresa;

Valores envolvidos na terceirização de processos e serviços;

Níveis de produtividade por categoria profissional;

Investimentos visando melhoria de desempenho da cadeia produtiva (fornecedores, distribuidores etc.);

Desempenho da empresa no cumprimento de contratos com fornecedores.

Percentual em Colaboradores relação ao total de cargos de gerência e cargos de diretoria

Mulheres

Mulheres negras e pardas

Homens negros e pardos

Pessoas portadoras de deficiência

Pessoas acima de 45 anos

Perfil de salários (em salário médio, dados do ano corrente)**Categorias Mulheres, Homens, Negros, Pardas, Pardos, Brancas e Brancos**

Cargos de diretoria

Cargos gerenciais

Cargos administrativos

Cargos de produção

Comparação salarial (dados do ano corrente)**Educação e Treinamento:**

Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano.

Saúde e Segurança:

Realização de campanhas de conscientização;

Ações que visam o equilíbrio trabalho-família;

Salários Percentual

Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela empresa (inclui participação nos lucros / programas de bônus)

Divisão do menor salário da empresa pelo salário mínimo vigente
(inclui participação nos lucros e programa de bônus)

Taxas de atração e retenção de profissionais

Turnover observado no período

Quantidade de candidatos em relação

ao número de vagas oferecidas no período

Educação e treinamento

Investimentos

Percentual de investimentos em educação e treinamento em relação à receita total de despesas operacionais

Percentual de investimentos em educação e treinamento em relação ao total de gastos com pessoal

Saúde e segurança acidentes

Com afastamento

Sem afastamento

Participação dos empregados na definição de metas e indicadores de desempenho relacionados a condições de trabalho, saúde e segurança;

Programas e Benefícios oferecidos para colaboradores e respectivos familiares.

Compromisso com o Futuro das Crianças:

Programas de aprendizagem na empresa para jovens, na condição de aprendiz, na faixa etária de 14 a 16 anos;

Participação em campanhas internas e externas para a erradicação do trabalho infantil;

Programas internos voltados a educação, integração e participação dos filhos de funcionários.

Diversidade:

Programas de contratação com critérios que contemplam indivíduos com idade superior a 45 anos, desempregados há mais de 2 anos, portadores de deficiência física ou mental e ex-detentos;

Participação em projetos para melhorar a oferta de profissionais qualificados provenientes de grupos usualmente discriminados no mercado de trabalho;

Normas e processos para combater situações de assédio sexual.

Geração de Emprego:

Número de empregos no final do período;

Número total de admissões no período;

Número total de demissões no período.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC

Total de ligações atendidas pelo SAC

Percentual de reclamações em relação ao total de ligações atendidas pelo SAC

Percentual de reclamações não atendidas pelo SAC

Tempo médio de espera no telefone do SAC até o início do atendimento (minutos)

Quantidade de inovações implantadas em função do Ombudsman e/ou serviço de atendimento a consumidores/clientes

Outros Indicadores Sugeridos

Iniciativas junto a fornecedores, distribuidores e assistência técnica, visando criar uma cultura de respeito e valorização dos consumidores;

Iniciativas de transformação da política de marketing da empresa em um canal aberto de comunicação e educação dos consumidores/clientes;

Situações envolvendo o Código de Defesa do Consumidor;

Cuidados com informações contidas em rótulos, embalagens, bulas e outros materiais de comunicação;

Cuidados no aperfeiçoamento contínuo de produtos e serviços visando eficiência no uso de matérias primas, segurança no uso e descarte adequado;

Programas de gerenciamento da privacidade do cliente;

Programas de treinamento contínuo para profissionais de atendimento;

Sistemas internos de resposta e atuação na ocorrência de danos para os consumidores/clientes.

Percentual do faturamento bruto destinado à totalidade de suas ações sociais (não incluir benefícios trabalhistas)

Do total destinado à área social, a porcentagem correspondente a doações em produtos e serviços

Do total destinado à área social, a porcentagem correspondente a doações em espécie

Do total destinado à área social a porcentagem correspondente a investimentos em projeto social próprio

Investimentos Sociais

Outros Indicadores Sugeridos

Utilização de incentivos fiscais para atividades ligadas a cultura, área social, e outras previstas na lei, como a destinação de 1% do IR devido para os Fundos de Direitos das Crianças;

Mecanismos de estímulo para funcionários e parceiros na realização de doações;

Participação junto com outras empresas na discussão dos problemas comunitários e no encaminhamento de soluções;

Mecanismos de avaliação do impacto social de seus investimentos e projetos sociais com feedback ou participação dos beneficiários;

Mecanismos de inclusão das ações sociais no planejamento estratégico da empresa;

Percentual de empregados que realizam trabalho voluntário na comunidade e quantidade de horas médias mensais doadas (liberadas do horário normal de trabalho) pela empresa por voluntário.

Governo e sociedade

A empresa deve relacionar-se de forma ética e responsável com os poderes públicos, cumprindo as leis e mantendo interações dinâmicas com seus representantes, visando a constante melhoria das condições sociais e políticas do país. O comportamento ético pressupõe que as relações entre a empresa e governos sejam transparentes para a sociedade, acionistas, empregados, consumidores/clientes, fornecedores e distribuidores. Cabe à empresa manter uma atuação política coerente com seus princípios éticos e que evidencie seu alinhamento com os interesses da sociedade.

Outros Indicadores Sugeridos

Políticas e processos que permeiam a participação da empresa em apoios e contribuições a campanhas políticas, como debates abertos com candidatos e transparência perante os colaboradores e a comunidade;

Participação e apoio à elaboração, execução e aperfeiçoamento de políticas públicas universais.

Indicadores de Desempenho Ambiental

A empresa relaciona-se com o meio ambiente causando impactos de diferentes tipos e intensidades. Seja em relação ao ar, água, solo ou biodiversidade, já é bastante amplo o conjunto de evidências que relacionam o desempenho de uma empresa com seus compromissos frente ao meio ambiente. Uma empresa ambientalmente responsável procura minimizar os impactos negativos e amplificar os positivos. Deve agir para a manutenção e melhoria das condições ambientais, minimizando ações

próprias potencialmente agressivas ao meio ambiente e disseminando para outras empresas as práticas e conhecimentos adquiridos neste sentido.

Aspectos Qualitativos

Política ambiental

Devem ser mencionadas políticas, infraestrutura e processos relacionados ao gerenciamento de impactos ambientais.

Iniciativas relacionadas ao gerenciamento ambiental:

- Gerenciamento de resíduos;
- Ações compensatórias em geral (conservação de áreas protegidas, reflorestamento, etc.);
- Educação ambiental;
- Seu desempenho em relação ao uso de recursos naturais.

Principais impactos ecológicos

Devem ser mencionados os impactos ecológicos provocados pela empresa, assim como as ações que visam minimizá-los. Esses impactos devem ser contextualizados em relação ao setor de atuação da empresa, destacando objetivamente e com seriedade os impactos significativos.

Uso de recursos Indicadores

Consumo anual de energia (kwh)

Consumo de energia por unidade produzida

Consumo anual de água (m3)

Consumo de água por unidade produzida

Consumo anual de combustíveis fósseis:

gasolina/diesel (l)

óleo combustível (ton)

gás (GLP/GNV) (m3)

Quantidade anual de resíduos sólidos

(lixo, dejetos, entulho, etc.) gerados (ton)

Outros Indicadores Sugeridos

Política ambiental

Valores investidos em projetos e programas de melhoria ambiental e as respectivas porcentagens em relação ao faturamento da empresa;

Prêmios e certificações conquistados reconhecendo a performance da gestão ambiental da empresa;

Processos de gerenciamento que contemplam o conceito de ciclo de vida do produto, voltados para a gestão ambiental em toda a cadeia produtiva;

Processos e investimentos na atualização tecnológica, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços que sejam alinhados com o conceito de sustentabilidade ambiental.

Uso de Recursos

Consumo de energia por unidade produzida e iniciativas para aumentar a sua eficiência;

Iniciativas para utilização de fontes de energia renovável;

Consumo de água por unidade produzida e iniciativas para aumentar a sua eficiência;

Consumo de matéria -prima por unidade produzida e iniciativas para aumentar a sua eficiência;

Iniciativas de diminuição de consumo em geral, evidenciando uma atitude de conservação;

Processos e resultados de reciclagem de materiais e recursos naturais, como também de substituição e uso de material reciclado.

ANEXO B - Declaração Internacional de Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nós, membros do setor dos serviços financeiros, reconhecemos que o Desenvolvimento Sustentável depende de uma interação positiva entre o desenvolvimento econômico e social, e a salvaguarda do ambiente, a fim de equilibrar a satisfação dos interesses das gerações atuais e futuras. Reconhecemos que o Desenvolvimento Sustentável é da responsabilidade coletiva dos governos, empresas, e cidadãos. Para atingir objetivos ambientais comuns, estamos decididos a trabalhar em cooperação com estes atores sociais no contexto dos mecanismos de mercado. De referir que em fins de 1998 mais de 100 instituições financeiras já tinham aderido publicamente a esta Declaração tendo também mais de 75 seguradoras adotado um compromisso idêntico. (Insurance Industry Initiative on the Environment). Não se trata apenas de saber o que pode o setor financeiro fazer pelo ambiente mas o que uma atuação ambientalmente responsável pode conseguir para o setor da Banca e Seguros, com a operacionalização dos princípios da Declaração num contexto de crescente preocupação ambiental e da mais estrita regulamentação global.

Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável

Encaramos o Desenvolvimento Sustentável como um aspecto fundamental de uma sólida gestão empresarial. Acreditamos que o Desenvolvimento Sustentável pode ser mais facilmente conseguido no contexto do funcionamento dos mercados, de uma apropriada regulamentação e de instrumentos econômicos eficientes. Os governos de todos os países têm um papel de liderança no estabelecimento e reforço de valores e prioridades ambientais comuns de longo prazo. Consideramos os serviços do setor financeiro como um importante contributo para o Desenvolvimento Sustentável em associação com os outros setores

econômicos. Reconhecemos no Desenvolvimento Sustentável um compromisso empresarial e uma componente do nosso empenho na cidadania empresarial.

Gestão Ambiental e Instituições financeiras

1. Subscrevemos a abordagem precaucionária da gestão ambiental centrada na antecipação e prevenção da degradação ambiental.
2. Estamos decididos em cumprir a regulamentação ambiental aplicável às nossas atividades e serviços empresariais a nível local, nacional e internacional.
3. Esforçar-nos-emos por integrar as questões ambientais nas nossas atividades, práticas de gestão e outras decisões empresariais, em todos os mercados.
4. Reconhecemos que a identificação e quantificação dos riscos ambientais devem fazer parte do processo normal de avaliação e gestão dos riscos, tanto nas atividades domésticas como internacional. Em relação aos nossos clientes, consideramos que a conformidade com a regulamentação ambiental aplicável e a utilização de práticas ambientalmente seguras são importantes fatores da demonstração de uma gestão empresarial eficiente.
5. Empenhar-nos-emos na aplicação das melhores práticas de gestão ambiental, incluindo eficiência energética, reciclagem e prevenção dos resíduos na origem. Procuraremos estabelecer relações empresariais com parceiros, fornecedores, e entidades sub-contratadas que, similarmente, adotem elevados padrões ambientais.
6. Tencionamos atualizar periodicamente os nossos métodos para lhes incorporar os

desenvolvimentos relevantes em matéria de gestão ambiental. Encorajamos o setor dos serviços financeiros a realizar investigação neste domínio e em áreas com ele relacionadas.

7. Reconhecemos a necessidade de realizar periodicamente auditorias ambientais internas, e de avaliar as nossas próprias atividades face aos objetivos ambientais.

8. Encorajamos o setor dos serviços financeiros a desenvolver produtos e serviços que promovam a salvaguarda ambiental.

Sensibilização do público e comunicação

1. Recomendamos às Instituições Financeiras que elaborem e publiquem uma Declaração da sua Política Ambiental e que, periodicamente, comuniquem as medidas que adotaram para promover a integração das questões ambientais nas suas atividades.
2. Partilharemos a informação disponível com os clientes de modo a permitir-lhes reforçar as suas próprias capacidades para reduzir riscos ambientais e promover o Desenvolvimento Sustentável.
3. Encorajaremos a abertura e diálogo em matéria de questões ambientais com audiências relevantes, incluindo acionistas, empregados, clientes, governo, e público em geral.
4. Pedimos ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para ajudar o setor dos serviços financeiros a promover os princípios e objetivos da presente Declaração fornecendo-lhes a informação pertinente que dispõe sobre o Desenvolvimento Sustentável.

5. Encorajamos as outras Instituições Financeiras a apoiar a presente Declaração e comprometemo-nos a partilhar com elas as nossas experiências e conhecimentos por forma a difundir as melhores práticas.

6. Trabalharemos periodicamente com o PNUMA para apreciar os sucessos obtidos na implementação desta Declaração que será revista quando apropriado.

**ANEXO C - Relação de instituições em seus respectivos países que subscreveram a
Declaração de Princípios**

Albania

American Bank of Albania - Banka Amerikane e Shqiperise

Andorra

Banca Internacional D'Andora - Banca Mora

Credit Andorra

Angola

Banco Africano de Investimentos

Banco Nacional de Angola

Argentina

Banco Frances

Austrália

National Australia Bank

VicSuper Pty. Ltd.

Westpac Banking Corporation

Austria

Bank Austria

Bank Für Tirol und Vorarlberg Aktiengesellschaft

Bankhaus Carl Spengler & Co. Aktiengesellschaft

Creditanstalt-Bankverein

Kommunalkredit Austria AG

Osterreichische Investitionskredit Aktiengesellschaft

Raiffeisen Zentralbank Austria AG

Brasil

Banco do Estado de Sao Paulo SA

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BBV Brasil

Bulgária

Balkanbank Ltd.

Canadá

Acuity Investment Management Inc.

Bank of Montreal

Canadian Imperial Bank of Commerce

Desjardins Group/Mouvement des caisses Desjardins

Export Development Canada

Royal Bank of Canada

Scotia Bank (The Bank of Nova Scotia)

Toronto Dominion Bank

Chile

Banco BHIF

China

Bank of Shanghai

Colômbia

Banco Ganadero

Cyprus

Bank of Cyprus

Denmark

Den Danske Bank, A/S

França

Banque Populaire du Haut-Rhin

Caisse des depots

Dexia

Société Générale Group

Alemanha

Bankhaus C.L. Seeliger

Bankhaus Max Flessa & Co.

Bankverein Werther AG

Bayersische Handelsbank AG
Bayerische Hypo-und Vereinsbank
Bayerische Landesbank Girozentrale
Beneficial Bank AG
BfG Bank AG
Commerzbank AG.
Conrad Hinrich Donner Bank AG
DEG - German Investment and Development Company
Degussa Bank GmbH
Deutsche Ausgleichsbank
Deutsche Bank AG
Deutsche Bank Saar
Deutsche Pfandbrief-und Hypothekenbank AG
Deutsche Postbank AG
Dresdner Bank AG
DZ Bank
Eurohypo AG, Europäische Hypothekenbank der Deutschen Bank
Fürstlich Castell'sche Bank, Credit-Casse
Hamburgische Landesbank Girozentrale
Hesse Newman Co Bank (BNL Group)
HKB Hypotheken-und Kommunalkredit Bank
Investitionsbank des Landes Brandenburg
Kreditanstalt für Wiederaufbau
Kreissparkasse Düsseldorf
Kreissparkasse Göppingen

Landesbank Baden-Württemberg
Landesbank Schleswig-Holstein Girozentrale
LBS Badische Landesbausparkasse
Merck Finck & Co.
M.M.Warburg & Co.
Sal. Oppenheim jr. & Cie
SchmidtBank KGaA
Schröder Münchmeyer Hengst AG
Schwäbische Bank AG
Service Bank GmbH & Co. KG
Sparkasse Heidelberg
Sparkasse Leichlingen
Sparkasse Staufen
Stadtsparkasse Hannover
Stadtsparkasse München
Stadtsparkasse Wuppertal
UBS Private Banking Deutschland AG
UmweltBank AG
Vereins-und Westbank AG
Volksbank Siegen-Netphen eG
WestLB

Grecia

Commercial Bank of Greece

Hungary

Budapest Bank RT.

National Savings and Commercial Bank Ltd.

Iceland

Landsbanki Islands

Índia

Bank of Baroda

Irlanda

Bank of Ireland Group

Itália

Banca Monte dei Paschi di Siena S.p.A

Credito Italiano

Istituto Nazionale di Credito Agrario S.p.A.

SanPaolo IMI S.p.A

Japão

Development Bank of Japan

Good Bankers Co. Ltd.

Nikko Asset Management Co. Ltd.

Nikko Cordial Corporation

Shiga Bank

Sumitomo Mitsui Banking Corporation

Jordania

Arab Bank, PLC

Middle East Investment Bank, S.G. Group

Kenia

Export Bank of Africa Ltd.

Kenya Commercial Bank Group

Kuwait

National Bank of Kuwait SAK

México

Banco Nacional de Obras y Servicios Publicos SNC

BBV Probursa

Morrococ

BMCE Bank

Netherlands

Algemene Spaarbank voor Nederland

FMO - Netherlands Development Finance Company

Rabobank

Triodos Bank

Nigéria

FSB International Bank plc

Norway

Den norske Bank ASA

Perú

Banco Continental

Filipinas

Bank of Philippine Islands

Development Bank of the Philippines

Global Business Bank

Land Bank of the Philippines

Metropolitan Bank and Trust Company

Philippine Bank of Communications (PB Com)

Planters Development Bank

Rizal Commercial Banking Corporation

Polônia

Bank Gdanski S.A.

Bank Ochrony Srodowiska

Bank of Handlowy W. Warszawe SA

Bank Polska Kasa Opieki S.A. - Pekao Group S.A.

Bank Przemysłowo-Handlowy S.A.

Bank Śląski S.A.

Bank Zachodni S.A.

National Fund for Environmental Protection and Water Management

Polski Bank Inwestycyjny S.A.

Powszechna Kasa Oszczędności - Bank Państwowy

Powszechny Bank Kredytowy S.A.

Portugal

Banco Comercial Português

Banco Português do Atlântico SA

IPE Capital, SA

Porto Rico

BBV Puerto Rico

România

Romanian Commercial Bank SA

Rússia

Econatsbank

Slovenia

Kreditna banka Maribor d.d.

Espanha

Banca Catalana S.A.

Banco Bilbao Vizcaya S.A.

Banco del Comercio S.A

Banesto, Banco Espagnol de Credito

BBV Privanza, Banco S.A.

Caixa Cataluyna

Finanzia, Banca de Credito S.A.

Santander Central Hispano

Suíça

Ekobanken-Din Medlemsbank

JAK- Jord, Arbete, Kapital

Nordea AB (Nordic)

Skandinaviska Enskilda Banken

Svenska Handelsbanken

Swedbank AB

Suécia

Bank Sarasin & Cie

Banque Cantonale de Geneve

Basellandschaftliche Kantonalbank

Black Emerald Group

Credit Suisse Group

EPS Finance Ltd.

Luzerner Kantonalbank

Sustainable Asset Management

UBS AG

Zurcher Kantonalbank

Tailândia

Thai Investment and Securities Co. Ltd

Turquia

Finansbank

Garanti Leasing

Uganda

Uganda Commercial Bank

United Kingdom

Abbey National Plc.

Barclays Group Plc.

CDC Group Plc.

Cooperative Bank

Friends Provident Life Office

HSBC Holdings Plc.

ISIS Asset Management

Lloyds TSB Bank

NatWest Group

Prudential Plc.

Royal Bank of Scotland Plc.

Standard Chartered Plc.

Woolwich Plc.

Estados Unidos da América

Calvert Group

Citigroup

Community Capital Bank

EBI Capital Group LLP

FleetBoston Financial

Innovest Strategic Value Advisor Inc.

Republic National Bank

Venezuela

Banco Provincial

Corporacion Andina de Formento

Fonte : [www.unep.org/Finance Initiatives signatories/ by country.htm](http://www.unep.org/Finance%20Initiatives%20signatories/by%20country.htm)

ANEXO D – Questionário Sócio-Ambiental do Banco Real para empresas com faturamento anual até R\$ 20 milhões

Nome da Empresa: _____

CNPJ: _____

Cidade/Estado: _____

Ramo de Atividade: _____

Número de Funcionários: _____

O Banco ABN Amro Real, Ciente Do Seu Papel Como Cidadão Corporativo No Brasil, Está Implementando Uma Política

Socioambiental Dirigida Às Suas Operações Internas, Seus Fornecedores E Seus Clientes.

Dentro Desta Linha, Solicitamos

Aos Nossos Clientes Que Preencham Este Questionário. As Respostas Serão Mantidas Como Confidenciais.

1 – A Empresa Respeita Integralmente a Legislação Nacional que proíbe o trabalho antes dos 16 anos, exceto na condição

De aprendiz entre os 14 e 16 Anos?

___ Não ___ Sim

2 – Nos últimos dois anos, quantos acidentes de trabalho ocorreram? Favor responder usando a tabela abaixo:

Ano acidentes sem afastamento de funcionário acidentes com afastamento de funcionário

200__

200__

3 - Na opinião da empresa, quais são os principais impactos ambientais da sua atividade?

4 – O que a empresa está fazendo para minimizar os impactos ambientais da sua atividade?

- reduzir o consumo de energia
- reduzir o consumo de água
- melhorar a qualidade de água que sai da empresa
- achar local adequado para levar o lixo da empresa
- Reduzir A Fumaça Ou Poeira Em Torno Da Empresa
- Nenhuma Das Opções Citadas Acima
- Estas medidas não se aplicam à empresa

5 – A sua empresa possui uma licença ambiental do governo? (pode responder marcando mais do que um campo)

- não (favor marcar aqui mesmo se a sua atividade não requer uma licença ambiental)
- sim, para algumas instalações

Favor indicar quais instalações:

Favor citar qual órgão do governo: _____

- sim, para todas as instalações

Favor citar qual órgão do governo: _____

- já demos entrada para pedir uma licença operacional

Favor indicar para quais instalações:

Data de entrada de documento: ___/___/___ órgão do
governo: _____

6 – Nos últimos dois anos, a empresa recebeu alguma autuação por um órgão governamental que cuida de meio

Ambiente (ex.: cetesb, ibama, feam, etc.)?

(favor responder mesmo se a empresa recorreu na justiça)

___ não ___ sim

Se positivo, informar o motivo, data(s) e valor. Informar também as medidas que foram tomadas posterior à multa.

ANEXO E – Questionário Sócio-Ambiental do Banco Real para empresas com faturamento anual acima de R\$ 20 milhões

Nome da Empresa: _____

CNPJ: _____

Cidade/Estado: _____

Ramo de Atividade: _____

Número de Funcionários: _____

O Banco ABN Amro Real, ciente do seu papel como cidadão corporativo no Brasil, está implementando uma política

Socioambiental dirigida às suas operações internas, seus fornecedores e seus clientes. Dentro desta linha, solicitamos

Aos nossos clientes que preencham este questionário. As respostas serão mantidas como confidenciais.

Aspectos Ambientais

1 – A empresa possui um funcionário cuja principal atribuição é meio ambiente?

____ sim ____ não

Se positivo, favor informar:

Nome _____

Cargo _____

Desde quando este cargo existe? Ano: _____

Nome do Superior _____

Cargo do Superior _____

2 – A empresa tem um plano para reduzir o consumo de água ou de energia?

sim não

Se positivo, indicar as metas:

3 – A empresa tem um plano para reduzir a sua geração de lixo ou reciclar o seu lixo?

sim não

Se positivo, indicar as metas:

4 – A empresa tem um plano para melhorar o descarte do lixo ou o tratamento da água que sai da fábrica?

sim não não se aplica

Se positivo, indicar as metas:

5 - A empresa certificou alguma unidade pela norma ISO 14001?

não

não, mas tem planos

Favor indicar qual unidade e data

prevista: _____

sim, para algumas unidades

Favor indicar quais:

sim, para todas

6 – A sua empresa possui uma licença ambiental do governo? (Pode responder marcando mais do que um campo)

não (favor marcar aqui mesmo se a sua atividade não requer uma licença ambiental)

sim, para algumas instalações

Favor indicar quais instalações:

Favor citar qual órgão do governo: _____

___ sim, para todas as instalações

Favor citar qual órgão do governo: _____

___ já demos entrada para pedir uma licença operacional

Favor indicar para quais instalações:

Data de entrada da documentação: ___/___/___ Órgão do
governo: _____

7 – Na opinião da empresa, o que falta a ser feito para:

(a) reduzir o seu atual impacto ambiental?

(b) limpar áreas que foram prejudicadas no passado?

8 – Nos últimos dois anos, a empresa recebeu alguma autuação por um órgão governamental
que cuida de meio

Ambiente (Ex.: Cetesb, Ibama, Feam, etc.)?

(favor responder mesmo se a empresa recorreu na justiça)

___ não ___ sim

Se positivo, informar o motivo, data e valor. Informar também as medidas que foram tomadas
posterior à multa.

Aspectos Sociais

9 – Nos últimos dois anos, houve greve ou operações tartaruga na sua empresa?

___ não ___ sim

Se positivo, favor indicar a(s) data(s) e duração

10 – Nos últimos dois anos, quantos acidentes de trabalho ocorreram? Favor responder usando a tabela abaixo:

Ano Acidentes sem afastamento de funcionário Acidentes com afastamento de funcionário

200___

200___

11 – No relacionamento com os fornecedores, aspectos socio-ambientais ...

___ não fazem parte da seleção de firmas

___ são sugeridos aos fornecedores

Favor indicar quais aspectos: _____

___ são exigidos dos fornecedores

ANEXO F – Questionário de levantamento de informações - Critérios para inclusão de empresas nos Fundos *Ethical*

PARTE A

DESEMPENHO NA ÁREA AMBIENTAL

GRUPO 1: ESTRUTURA DA ÁREA DE GESTÃO AMBIENTAL

A1. A gestão ambiental faz parte da estratégia de negócios da empresa?

Sim

Não

Comente, se necessário:

A2. Quais são os principais objetivos, estratégias e planos de ação da empresa na área de gestão ambiental?

Resposta:

A3. Quais as metas e indicadores de desempenho utilizados pela empresa na área de Gestão Ambiental?

Resposta:

A4. Qual a estrutura e a posição hierárquica da Área de Gestão Ambiental?

Diretoria

Gerência

Chefia

O staff da área de gestão ambiental é de _____ pessoas.

Comente, se necessário:

A5. Existe um Sistema de Gerenciamento de Risco Ambiental implementado e ativo?

Sim

Não

Comente, se necessário:

A6. A Empresa tem alguma certificação internacional de SGA – Sistema de Gerenciamento Ambiental, do tipo ISO 14001, BS750 ou outra certificação internacional similar?

Sim

Não

A empresa adota as práticas, mas não tem a certificação oficial.

Por favor, especificar:

A7. Qual o número de auditorias ambientais internas e externas realizadas nos últimos três anos?

Nenhuma

Uma ou Duas

Três ou mais

Comente, se necessário:

A8. A Empresa publica um Relatório Ambiental ao menos uma vez por ano? Está disponível no website da Empresa?

Sim

Não

Comente, se necessário:

GRUPO 2: RISCO OPERACIONAL

A9. Qual o impacto ambiental das atividades de produção e distribuição da Empresa?

Muito alto

Alto

Médio

Baixo

Comente, se necessário:

A10. A Empresa foi multada por poluição de água, ar e devastação florestal ou de solo nos últimos três anos?

Sim. Quantas Vezes?

Não

Comente, se necessário:

A11. A Empresa já reportou algum incidente, acidente ou clean-up de ordem ambiental nos últimos cinco anos?

Sim. Quantos?

Não

Comente, se necessário:

A12. A Empresa fabrica ou vende produtos não-recicláveis ou não-biodegradáveis?

Sim

Não

Comente, se necessário:

A13. A Empresa, ou principais fornecedores ou principais clientes, exploram matas nativas?

Sim

Não

Se a resposta for sim, as florestas são certificadas?

Sim

Não

Comente, se necessário:

A14. A Empresa recebeu algum prêmio de Gestão Ambiental?

Sim. (Por favor, especifique abaixo)

Não

Comente, se necessário:

GRUPO 3: INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

A15. Qual o percentual de reciclagem sobre o volume anual de :

Matérias-primas: %

Lixo: %

Resíduos: %

Rejeitos da produção e escritórios: %

Comente, se necessário:

A16. Qual o volume médio de lixo gerado anualmente?

Tonelagem de lixo total/ano:

Comente, se necessário:

A17. Existe medição de emissão de CO2? Clorofluorcarbonetos?

De CO2:

Sim

Não

De CFC:

Sim

Não

N/A

A18. Quanto é o consumo anual de água, energia, e outros recursos naturais finitos em percentual do faturamento líquido anual ?

Água: %

Energia Elétrica: %

Combustíveis: %

Recursos Naturais Finitos: %

Comente, se necessário:

A19. A Empresa leva em consideração aspectos ambientais na seleção de fornecedores?

Sim

Não

Comente, se necessário:

A20. Qual a contribuição dos produtos e serviços da Empresa para a segurança, saúde e bem-estar da população?

Segurança: ALTO MÉDIO BAIXO

Saúde: ALTO MÉDIO BAIXO

Bem-estar: ALTO MÉDIO BAIXO

Comente, se necessário:

A21. A Empresa trabalha com material geneticamente modificado? Engenharia genética?

Sim

Não

Comente, se necessário:

A22. A Empresa tem algum envolvimento em Programas Comunitários ou Governamentais de proteção Ambiental que não sejam relacionados diretamente com as atividades da Empresa?

Sim. (Por favor, especifique abaixo)

Não

Comente, se necessário:

PARTE B

DESEMPENHO NA ÁREA SOCIAL

GRUPO1: GESTÃO DA ÁREA SOCIAL

B1. A Empresa divulga o Balanço Social anualmente?

Sim

Não. Caso negativo, tem planos para divulgá-lo no ano em curso?

Comente, se necessário:

B2. A Empresa tem alguma certificação de segurança e saúde no trabalho? SA8000, HSE, ou outros?

Sim. (Favor especificar abaixo)

Não

A empresa adota as práticas, mas não tem certificação oficial.

Comente, se necessário:

B3. A Empresa tem um Código de Ética implementado na Empresa?

Sim

Não

Comente, se necessário:

B4. A Empresa tem algum certificado internacional na área de qualidade (ISO9000, SA8000 ou outros)?

Sim. Favor especificar abaixo.

Não

Comente, se necessário:

B5. A Empresa recebeu algum Prêmio de Qualidade?

() Sim. Favor especificar abaixo.

() Não

Comente, se necessário:

GRUPO 2: INDICADORES INTERNOS DE DESEMPENHO SOCIAL

B6. Quais os principais benefícios oferecidos a todos os funcionários? (Seguro saúde, plano de previdência complementar, bolsas de estudo, creches, profit sharing).

Ass. / Seg. Saúde: SIM () NÃO ()

Plano Aposentadoria Compl.: SIM () NÃO ()

Bolsas de Estudo: SIM () NÃO ()

Creche: SIM () NÃO ()

Participação nos Lucros: SIM () NÃO ()

Outros (Especificar):

B7. Qual o percentual do total dessas despesas sobre o faturamento líquido da Empresa?

(último exercício social)

% do faturamento líquido

Comente, se necessário:

B8. Qual a diversidade da empresa, conforme os casos abaixo:

Mulheres Raça Negra

Deficientes Físicos

Pessoas acima de 45 anos

% do total de funcionários

% do total de cargos de gerência

B9. Qual o número de acidentes de trabalho com afastamento nos últimos dois anos?

Número de acidentes:

Número médio de funcionários no período:

Comente, se necessário:

B10. Qual o percentual de Gastos com Treinamento sobre o faturamento total médio nos últimos 2 anos?

% do faturamento líquido

Comente, se necessário:

B11. Qual o número de processos trabalhistas contra a Empresa nos últimos três anos?

Número de processos trabalhistas:

Comente, se necessário:

B12. Favor informar a divisão do quadro de empregados por grau de instrução

(Resposta: % sobre o total)

% Analfabetos

% 1º grau incompleto

% 1º grau completo

% 2º grau completo

% 3º grau ou mais

Comente, se necessário:

B13. Existe algum representante dos funcionários no Conselho de Administração?

Sim

Não

Comente, se necessário:

B14. A Empresa recebeu algum prêmio do tipo “Melhores Empresas para se Trabalhar”?

Sim. Favor especificar abaixo.

Não

Comente, se necessário:

GRUPO 3: INDICADORES EXTERNOS DE DESEMPENHO SOCIAL

B15. Qual o percentual sobre o faturamento doado à programas comunitários e doações à instituições de caridade nos últimos 2 anos?

% do faturamento líquido

Comente, se necessário:

B16. A Empresa patrocina algum programa de ajuda à comunidade? Qual o percentual sobre o faturamento nos últimos 2 anos?

% do faturamento líquido

Comente, se necessário:

B17. Qual o impacto das atividades da empresa sobre a comunidade local?

Altamente favorável

Favorável

Desfavorável

Altamente desfavorável

Comente, se necessário:

B18. A Empresa recebeu algum prêmio por programas voltados à Comunidade?

Sim. Favor especificar abaixo.

Não

Comente, se necessário:

GRUPO 4: DECLARAÇÕES DE PRINCÍPIO

B19. A satisfação dos funcionários no trabalho está incluída na declaração de princípios, valores, objetivos, visão ou missão da Empresa?

Sim

Não

Comente, se necessário:

B20. A relação com a Comunidade está incluída na declaração de princípios, valores, objetivos, visão ou missão da Empresa?

Sim

Não

Comente, se necessário:

B21. A Empresa incentiva algum programa de atividades voluntárias?

Sim

Não

Comente, se necessário:

B22. Esse Código inclui políticas de ética nos negócios em relação aos consumidores, fornecedores, competidores, qualidade dos produtos e campanhas de marketing?

Consumidores SIM () NÃO ()

Fornecedores SIM () NÃO ()

Competidores SIM () NÃO ()

Qualidade dos Produtos SIM () NÃO ()

Campanha de Marketing SIM () NÃO ()

B23. Existem práticas preventivas contra corrupção e suborno?

Sim. Favor especificar abaixo.

Não

Comente, se necessário:

PARTE C

DESEMPENHO EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

GRUPO1: GESTÃO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

C1. A Empresa adota e segue as diretrizes de um Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa? (IBGC, Novo Mercado, Código Próprio, ou outros)

Sim. Favor especificar abaixo.

Não

Comente, se necessário:

C2. A Empresa tem mecanismos de controle do uso de informação privilegiada?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C3. As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com o International Accounting Standards – IAS, ou o Generally Accepted Accounting principles – GAAP?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C4. O Conselho escolhe e pratica a rotatividade em relação aos auditores independentes?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C5. A Empresa possui Conselho Fiscal instalado?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C6. A Empresa faz parte ou pretende fazer parte do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo?

Sim

Não

Comente, se necessário:

GRUPO 2: EFETIVIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

C7. As atividades do Conselho estão normatizadas num regimento interno do Conselho?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C8. Qual é o número de membros do Conselho de Administração?

Até 3

3 a 5

5 a 9

Mais que 9

Comente, se necessário:

C9. Existe acumulação de cargos de Conselheiros e de Diretores?

Sim. Por favor especificar abaixo quantos.

Não

Comente, se necessário:

C10. A Empresa possui Conselheiros Independentes?

Conceito de Conselheiro Independente: Não ter qualquer vínculo com a Empresa, exceto eventual participação de capital; Não ter sido empregado da Empresa ou de alguma de suas subsidiárias; Não estar oferecendo serviço ou produto à Empresa; Não ser empregado de entidade que esteja oferecendo serviço ou produto à Empresa; Não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum diretor ou gerente da Empresa; Não receber outra remuneração da Empresa além dos honorários de conselheiros e eventuais dividendos (se for também acionista).

Sim. Por favor especificar abaixo quantos.

Não

Comente, se necessário:

C11. O Conselho mantém atualizado um plano de sucessão do Executivo Principal e de todas as pessoas-chave da Empresa?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C12. O Executivo Principal indica os membros da Diretoria para aprovação do Conselho?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C13. Qual foi a remuneração paga ao Conselho no último exercício social?

Resposta: (Por favor especifique quanto)

GRUPO 3: DIREITOS AOS NÃO-CONTROLADORES

C14. Caso tenha mais do que um tipo de ação, a Empresa planeja unificar todos os tipos existentes?

Sim. Favor especificar abaixo.

Não

Comente, se necessário:

C15. A Empresa concede ou pretende conceder aos preferencialistas votos restritos aos assuntos destes?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C16. Todos os acordos societários estão disponíveis para todos os acionistas e para o público em geral?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C17. Os acordos societários se abstêm de indicar diretores, considerando esta uma responsabilidade do Executivo Principal com a aprovação do Conselho de Administração?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C18. O estatuto da Empresa prevê mecanismos de salvaguarda dos interesses dos acionistas não controladores?

Sim

Não

Comente, se necessário:

C19. No caso de venda do controle da Empresa, o estatuto prevê um pagamento mínimo aos acionistas não controladores (tag along)?

Sim

Não

Comente, se necessário:

ANEXO G : Alunos Atendidos Na Educação Básica em 2002

Escolas	educ. Infantil	Ensino fundam.	ens.Médio Prof.técnica	Total
Cacoal-Ro	69	768	298	1.135
Canuanã - To	26	690	249	965
Conc. Do Araguaia - Pa	70	758	334	1.162
Macapá - Ap	69	853	330	1.252
Manaus-Am	70	682	346	1.098
Paragominas - Pa	70	735	279	1.084
Rio Branco - Ac	70	588	0	658
Subtotal	444	5.074	1.836	7.354
Caucaia - Ce	70	681	292	1.043
Irecê - Ba	70	679	311	1.060
Iaboatão - Pe	70	733	298	1.101
Joao Pessoa - Pb	60	692	301	1.053
Maceió-Al	70	682	299	1.051
Natal - Rn	70	725	294	1.089
Pinheiro - Ma	0	0	627	627
Própria - Se	69	843	300	1.212
Salvador - Ba	70	687	282	1.039
São Luís - Ma	70	729	299	1.098
Teresina-Pi	60	753	294	1.107
Subtotal	679	7.204	3.597	11.480
Aparecida De Goiânia- Go	70	678	263	1.011
Bodoquena - Ms	29	503	269	801
Ceilândia-Df	120	1.319	589	2.208
Cuiabá-Mt	70	680	265	1.105
Subtotal	289	3.180	1.386	4.855
Bagé- Rs	70	679	332	1.081
Gravata-Rs	140	1.373	575	2.088
Laguna-Sc	70	679	267	1.016
Paranavaí - Pr	70	680	330	1.080
Subtotal	350	3.411	1.504	5.265
Campinas - Sp	117	1.013	371	1.501
Itajubá-Mg	70	677	335	1.082
Marília - Sp	70	684	347	1.101
Osasco - Sp	896	3.965	1.549	6.410
Registro - Sp	70	767	357	1.194
Rio De Janeiro - Rj	205	1.779	640	2.624
São João Del Rei - Mg	70	766	282	1.118
Vila Velha-Es	41	513	275	829
Subtotal	1.539	10.164	4.156	15.859
Total Geral	3.301	29.033	12.479	44.813

ANEXO H: Alunos Atendidos na Educação Profissional Técnica em 2002

Escolas	Agropecuária	Informática	gestão	eletrônica	total
Canuanã-To	425	0	0	0	425
Manaus-Am	0	0	176	0	176
Subtotal	425	0	176	0	601
Caucaia-Ce	0	0	50	0	50
Feira De Santana -Ba	350	0	0	0	350
Gabanhuns - Pe	182	0	0	0	182
Jaboatão - Pe	0	0	82	0	82
João Pessoa-Pb	0	0	144	0	144
Maceió-Al	0	0	137	0	137
Salvador-Ba	0	0	94	0	94
Subtotal	532	0	507	0	1.039
Aparecida De Goiânia - Go	0	0	47	0	47
Bodoquena - Ms	269	0	0	0	269
Ceilândia-Df	0	0	172	0	172
Cuiabá-Mt	0	0	88	0	88
Subtotal	269	0	307	0	576
Gravata - Rs	0	0	0	50	50
Rosário Do Sul- Rs	148	0	0	0	148
Subtotal	148	0	0	50	198
Campinas - Sp	0	176	0	0	176

Marília-Sp	0	0	81	0	81
Osasco - Sp	0	329	283	0	612
Rio De Janeiro - Rj	0	184	135	0	319
Vila Velha-Es	0	0	41	0	41
Subtotal	0	689	540	0	1.229
Total Geral	1.374	689	1.530	50	3.643

C () D (X)	Data	08/01/04
ORIGEM:-	Mestrado	
NF nº	PREÇO	
ORG.	INDIC.	Autar
<input checked="" type="checkbox"/> FECAP <input type="checkbox"/> COLÉGIO <input type="checkbox"/> OUTROS	Nº DE CHAMADA	

Andrade, Rui Otávio Bernardes de

Gestão Ambiental: Enfoque estratégico
aplicado ao desenvolvimento
sustentável